



www.verdade.co.mz

MURAL DO POVO

"NO OFÍCIO DA VERDADE, É PROÍBIDO PÔR ALGEMAS NAS PALAVRAS" - CARLOS CARDOSO

MURAL DO POVO - Caso José Pacheco

Quanto é que o Procurador-Geral da República ganha para o defender?

MURAL DO POVO - Renúncia de Arão Nhamale

O Nhamale demitiu-se? O reino dele durou 5 anos e meio a mais. Qual é o B_o que a FRE-LIMO vai nomear no lugar do outro B_o???

MURAL DO POVO - Língua chinesa

Licenciatura em Chinês na Universidade Eduardo Mondlane a partir de 2014. Vê se pode! Não bastava a nossa madeira.

MURAL DO POVO - Estradas de Maputo

MURO DA VERDADE - Av. Mártires da Machava, 905

O asfalto que o município de Maputo tem colocado nas diversas artérias da cidade está no mesmo nível do passeio.

MURAL DO POVO - FMI: Colonização Política?

Os nossos pedagogos desenham um bom currículo mas o FMI monta uma armadilha. O objectivo é baixar a qualidade de ensino porque sabem que se a nossa educação não tiver qualidade continuarão a pisar-nos. O MINED diz que dependemos deles (FMI) na construção do currículo porque são eles quem paga os professores. Então, temos "PATRÕES EXTRANGEIROS". Mas o que é

um ensino justo e com conteúdo? O ensino justo e com conteúdo é aquele que não transcorre longe daquilo que é a realidade vivida pelos educandos no seu país, cidade, bairro, etc. Ex: Casos de lixo, as poluições dos riachos, o carente nível de vida que vivem as populações locais, etc. Estamos a ser colonizados, mas desta vez a colonização não é económica, mas sim política. Deve-se respeitar as questões socio-históricas nos nossos manuais de ensino. O grande desafio para a melhoria da qualidade de ensino é a construção do currículo sem dependermos de "PATRÕES EXTRANGEIROS (FMI)"!!!



Sobreviver reaproveitando... garrafas

Sociedade PÁGINA 08



Passámos a ser um país produtor de drogas

Democracia PÁGINA 10



Desaparecem infra-estruturas desportivas em Nampula

Desporto PÁGINA 26



@shirangano Interessante!!! Um leitor do @verdademz em #Angoche lendo a edição de 8 de Fevereiro do ano em curso. pic.twitter.com/iyZouiB1DM



@DemocraciaMZ Salas de cinema em #Angoche. Em cada bairro suburbano há pelo menos duas. São bastante concorridas. @verdademz pic.twitter.com/WF1Qp1swNj



@DemocraciaMZ Imagem muito comum no bairro d Mossuril em #Angoche: pessoas c galão de água na mão ido defecar na praia. @verdademz pic.twitter.com/TkpmjyHn3S



John McArthur @mcarthur Armed (with @VerdadeMZ) and Ready (to distribute the news!) w @Drumjamie #MaputoSaturday thx @echaras! pic.twitter.com/ciK6kZaf4s



@shirangano Sala de aulas da Escola Primária 26 de Setembro no bairro da Boleia em #Angoche. @verdademz pic.twitter.com/TrXXKDjJPj



Seja o primeiro a saber. Receba as notícias d'Verdade no seu telemóvel. Envie uma SMS para o nº 8440404 com o texto

Siga verdademz



Editorial

averdademz@gmail.com

Irresponsabilidade

Na semana passada ficámos a saber, por intermédio da imprensa, que a empresa pública de transportes urbanos ia lançar uma carreira de luxo para quem pode, na maior das comodidades, pagar 70 meticais por viagem. Na ocasião, estávamos convictos de que o festival de disparates, desrespeito e atropelo aos direitos elementares dos utentes não poderia chegar mais longe. Puro engano. O pior, afinal, ainda estava por vir.

No início desta semana, qual cereja no topo do bolo, a Empresa Municipal de Transportes Públicos de Maputo (EMTPM) lançou um anúncio de abate, onde torna público que vai proceder à alienação de 33 autocarros e três viaturas ligeiras, todos imobilizados. Qualquer coisa não bate certo neste anúncio, sobretudo quando voltamos no tempo para confrontar a retórica executiva de outrora.

Os mesmos autocarros que hoje são descartados foram apontados como a bandeira que vinha salvar o caos no sector dos transportes. A China, disse-o Luísa Diogo, na altura Primeira-Ministra, era uma boa alternativa. Portanto, a desculpa que se avança agora, para descartar, em menos de seis anos, autocarros que custaram, cada um, 141 mil dólares é, na melhor das hipóteses, ridícula.

Afirmar, assim sem pejo, que o fabricante não produz peças sobressalentes e que, por isso, temos abdicar de autocarros que significam um prejuízo de 3.5 milhões de dólares aos cofres do Estado é, à falta de melhor termo, celebrar a irracionalidade de um Governo eleito por maioria absoluta. O que será daquelas pessoas que outrora defenderam com unhas e dentes que era melhor comprar na China? Ninguém será responsabilizado por tamanho desperdício?

A declaração pública da PCA da EMTPM, em face do abate, aponta para o sentido de que não há peças sobressalentes. No mínimo, este anúncio concludente reflecte ausência de planificação sem enquadramento mesmo nas mentes mais torpes. A razão de ser deste ponto de vista, que ora lançamos, resulta de que mesmo na gestão de uma barraca é necessário fazer previsões e antecipar os riscos. Não passou pela cabeça de nenhum gestor público, a ser verdade que já não se fabricam sobressalentes, que tal poderia ocorrer?

Temos de deixar de ser um país que ataca sintomas. Temos de responsabilizar criminalmente os cidadãos que nos impingem hipocritamente esse tipo de embustes. Moçambique é hoje um lugar caótico em termos de transporte onde os governantes, apenas porque sim, apenas porque há qualquer coisa dentro deles que os faz sentirem-se acima da lei, tomam decisões irresponsáveis. Basta...



Boqueirão da Verdade

“Distancio-me das irregularidades detectadas na minha candidatura, as quais devem ser exclusivamente imputadas à direcção da ONP. Na minha óptica irregularidades, ainda que sanáveis, são irregularidades e por isso retiro a minha candidatura. A bem da credibilidade dos órgãos eleitorais e a bem da credibilidade dos pleitos que se avizinham”, Leopoldo da Costa

“(…) há alguma coisa honrosa em Leopoldo da Costa renunciar à sua recandidatura como membro da sociedade civil à presidência da Comissão Nacional de Eleições? É que a polémica sobre a sua recandidatura via Organização Nacional dos Professores já tinha barbas, tanto que na altura Benilde Nhalivilo, que também havia sido proposta pela sociedade civil, retirou a sua candidatura em protesto pela forma pouco clara como da Costa aparecia também como candidato da sociedade civil”, Bayano Vally

“Face aos protestos diários sobre a sua recandidatura, porque teve que da Costa esperar pelos pronunciamentos do presidente da Comissão dos Assuntos Constitucionais, Direitos Humanos e de Legalidade da Assembleia da República, Teodoro Waty, para retirar a sua recandidatura? Portanto, o que há de honroso para que algumas pessoas aplaudam a sua decisão como sábia? Não foi sábia a decisão de Benilde Nhalivilo? Porque temos que dar parabéns ao da Costa? Será que os merece?”, Idem

“Se (Leopoldo da Costa) não tivesse feito outros “statements” ainda lhe restaria alguma credibilidade. Mas no início desta polémica, andou com a história de dizer que avançava com a candidatura, colegas do partido e da AR vieram defendê-lo na tentativa de passar por cima. E agora?”, Gito Katawala

“Guebuza não pode pensar que o seu antecessor, Joaquim Chissano, que se sentava e aturava, em alguns momentos, os mimos de Afonso Dhlakama o fizesse porque era, conforme o apelidou, “Deixar-andar”. Se Chissano o fez foi porque tinha a noção de que os seus interesses particulares não podiam estar acima dos interesses de uma nação. Chissano lucidamente sabia que uma nação não podia estar refém dos seus apetites. É esta visão que falta ao nosso visionário e milagroso Presidente Guebuza”, Lázaro Mabunda

“O Presidente Guebuza tem de perceber que as causas da frustração dos homens da Renamo, ao ponto de fazer refém o seu líder, Afonso Dhlakama, são as mesmas que frustram a maioria dos moçambicanos: a exclusão social, política, os aumentos do custo de vida num contexto em que a elite política está cada vez mais a enriquecer e, acima de tudo, a marginalização dos membros da oposição”, Idem

“Guebuza diz que ‘o povo não pode viver assustado’. Ora, este povo já vive assustado desde que descobriu que a sua intenção nunca foi a de colocar este país ao mesmo ritmo com que se combatia a pobreza, antes de 2005, mas de empobrecer mais a população e enriquecer mais a elite partidária. Mais, desde que descobriu que os nossos governantes não ‘têm medo de enriquecer’, porque a ‘pobreza não é uma dádiva divina’, Ibidem

“Tenho votado no ANC durante todos estes anos, mas infelizmente já não poderei votar neles, pela maneira como as coisas vão. (...) Nós precisamos de uma mudança. O ANC esteve muito bem na condução da luta pela libertação contra a opressão”, Desmond Tutu

“Na AIM não há células da Frelimo, mas há membros da Frelimo que se reúnem, na sala de reuniões, com a minha autorização. Eles reúnem-se, elegem-se, conversam à vontade, mas não é uma célula, são apenas membros que são funcionários da AIM. Não sei quantos são, mas conheço o chefe deles na AIM”, Gustavo Mavie

“A paz é diálogo, e o diálogo deve estar presente a todos os níveis da sociedade. Por exemplo, as pessoas devem ser livres de conversar umas com outras mesmo sendo de partidos diferentes. Hoje ainda há desconfiança quando as pessoas encontram um membro da Frelimo a conversar com alguém da oposição... Fazem-se muitas interpretações”, Raúl Domingos

“Há um excesso de confiança da parte de uns ao verem as massas em frente do grande líder. A História Democrática diz que só um eleitor e não necessariamente membro, estará em condições de decidir nas urnas. Confundir o cartão de membro com o cartão de eleitor é uma arma que pode virar a qualquer altura contra o atirador”, Eusébio Gwembe

“Quando Armando Guebuza se candidatou muitos camaradas mais velhos levantaram interrogações para não dizer coisas piores. Porém, muitos de nós acreditaram no seu discurso nacionalista, pró-renovação, auto-estima, crescimento económico real a partir do distrito, de potenciação das pequenas e médias empresas; combate à corrupção, revolução verde. (...) Ao fim do segundo e último mandato muito pouco foi conseguido”, Amad Camal

“Ora, em incentivos redundantes que nós estamos a dar a multinacionais, Moçambique está a perder 240 milhões de dólares por ano. Nós é que estamos a fazer o dinheiro sair do país com as políticas que estamos a seguir. É verdade que aqueles 240 milhões de dólares não dão para todas as necessidades de Moçambique, mas dão para muita coisa. São 10% do Orçamento do Estado”, Carlos Nuno Castel-Branco

OBITUÁRIO:

Henrique Pereira Rosa
1946 – 2013
67 anos



O Ex-Presidente de transição da Guiné-Bissau, Henrique Rosa, morreu, esta quarta-feira, aos 67 anos de idade, depois de vários meses internado num hospital de São João, no Porto, em Portugal.

Nascido em Bafatá, leste da Guiné-Bissau, a 18 de Janeiro de 1946, empresário e conhecido pelo seu fervoroso catolicismo, entrou para a política activa em 2003 como Presidente de transição da Guiné-Bissau, depois de o Presidente eleito, Kumba Ialá, ter sido derrubado num golpe militar.

Henrique Rosa conduziu o país até às eleições presidenciais de Julho de 2005, tendo entregado o poder ao posteriormente assassinado João Bernardo “Nino” Vieira.

Candidatou-se às presidenciais antecipadas de 2009 e voltou a concorrer em 2012, escrutínio do qual só se realizou a primeira volta devido a mais um golpe de Estado, a 12 de Abril do ano passado.

Há vários meses em tratamento em Portugal, Henrique Rosa acabaria por morrer, esta quarta-feira de madrugada, no Hospital de São João no Porto.

O corpo do antigo dirigente guineense deverá chegar no fim-de-semana à capital da Guiné-Bissau para as cerimónias fúnebres.

Henrique Pereira Rosa começou a trabalhar muito cedo e foi na vida activa que foi consolidando a sua formação profissional. Foi funcionário público, afecto aos Serviços de Fazenda entre os anos 1965 e 1971.

Para além de político, era empresário do ramo de seguros marítimos, comércio internacional e agropecuária. Frequentou diversos cursos e estágios em matérias de gestão e de comércio internacional e tinha uma larga e diversificada experiência política, empresarial, desportiva e social.

Henrique Rosa deixa viúva e cinco filhos.

Os nossos leitores nomearam os Xiconhocas da semana. @Verdade traça em breves linhas as motivações.

1. Arão Nhancale

Arão Nhancale teve inúmeras oportunidades para ser prestativo aos matolenses, mas, como bom Xiconhoca que é, preferiu fazer de contas de que a Matola não só estava ser bem gerida, como era o exemplo a seguir neste rochedo à beira-mar. Às reivindicações dos pobres matolenses, Nhancale respondia com o seu sorriso cínico e de servidor público preocupado com a causa de todos. Estranhamente, renunciou a menos de seis meses de terminar o seu mandato. Um autêntico absurdo que prova que o ex-edil da Matola, depois de ser nocivo aos matolenses, sucumbiu à vontade do seu partido que, diga-se, agiu desse modo Xiconhoca por temer os resultados das urnas nas eleições que se avizinham.

2. Domingos Tivane

Segundo correspondência diplomática secreta norte-americana divulgada pelo Wikileaks, Domingos Tivane era considerado o rei da corrupção em Moçambique, dada a alegada facilidade com que os funcionários dos portos e das Alfândegas eram corrompidos. Ser rei da corrupção é o mesmo que dizer rei dos Xiconhocas. Tivane, um servidor público, construiu um império invejável. Desconhecemos a proveniência do dinheiro que levantou o ISTEAG e umas tantas casas luxuosas no Belo Horizonte. Os nossos leitores que o elegeram como Xiconhoca dizem que tudo veio de fora e não há registo de pagamentos de direitos. O bom do Tivane diz que está à disposição do seu partido. Ou seja, pretende continuar a servir o seu partido.

3. Jorge Khalau

Cada indivíduo que a Força de Intervenção Rápida detém, espanca, tortura ou marginaliza é mais um ponto para o comandante-geral da Polícia da República de Moçambique no ranking dos Xiconhocas. Khalau somou mais pontos com a detenção de três oleiros em Moatize. Os agentes da FIR só cumprem ordens e essas vêm de quem manda. Se quem manda é Khalau, é justo que o galardão de Xiconhoca, como dizem os nossos leitores, seja levantado por ele. Nada mais justo.

Por opção editorial, o exercício da liberdade de expressão é total, sem limitações, nesta secção. As escolhas dos leitores podem, por vezes, ter um conteúdo susceptível de ferir o código moral ou ético de algumas pessoas, pelo que o Jornal @Verdade não recomenda a sua leitura a menores ou a pessoas mais sensíveis.

As opiniões, informações, argumentações e linguagem utilizadas pelos participantes nesta secção não reflectem, de algum modo, a linha editorial ou o trabalho jornalístico do @Verdade. Os que se dignarem a colaborar são incentivados a respeitar a honra e o bom nome das pessoas. As injúrias, difamações, o apelo à violência, xenofobia e homofobia não serão tolerados.

Diga-nos quem é o Xiconhoca desta semana. Envie-nos um E-MAIL para averdademz@gmail.com, um SMS para 821111, uma MENSAGEM BLACKBERRY (pin 28B9A117) ou ainda escreva no Mural defronte da nossa sede.



Xiconhoquices

Os nossos leitores nomearam as seguintes Xiconhoquices da semana.

1. Autocarros da nossa desgraça

A notícia caiu que nem uma bomba no coração da dignidade de um país. Quase todos os autocarros de marca chinesa Yutong, adquiridos entre 2006 e 2007 pelo Governo através da extinta empresa Transportes Públicos de Maputo, estão avariados e a companhia quer desfazer-se deles.

A actual Empresa Municipal de Transportes Públicos de Maputo (EMTPM) lançou um anúncio de abate, onde torna público que vai proceder à alienação de 33 autocarros e três viaturas ligeiras, todos imobilizados.

Dos 33 autocarros, 25 são de marca Yutong, importados da China, com fundos públicos, nos últimos sete anos. A desculpa para tão estapafúrdia medida é que o fabricante, a ZhengzhouYutong Bus, já não produz peças sobressalentes para as viaturas que o país adquiriu.

Os autocarros são da marca Yutong, e foram produzidos pela ZhengzhouYutong Bus e importados pela empresa Técnica Industrial, do grupo João Ferreira dos Santos, um dos mais importantes de Moçambique.

Na altura falou-se de um projecto piloto que envolvia autocarros movidos a gás. O mais estranho é que nem a empresa moçambicana nem a chinesa revelaram os montantes envolvidos naquela operação.

@Verdade sabe que a Yutong Automobile Co. Ltd. exportou em 2005 mais de 2.400 autocarros, avaliados em 140 milhões de dólares.

Em 2004 a companhia, que é a maior produtora de autocarros na China, vendeu cinco milhões de dólares de viaturas para Cuba, Irão, Chile, Egipto e Bangladesh.

A opção por uma maior encomenda à indústria automóvel chinesa foi anunciada pela então Primeira-Ministra moçambicana, Luísa Diogo, durante uma visita oficial a Pequim em Setembro de 2005 e justificada por vantagens relativamente a outros fornecedores.

“Há claramente mais vantagens em importar autocarros da China, pois através da Europa e da América, o preço fica duas ou três vezes mais caro”, disse, então, Luísa Diogo.

“Não faz sentido comprar a terceiros

o que podemos adquirir directamente a um preço muito mais baixo”, acrescentou a Primeira-Ministra de Moçambique.

Afinal fazia todo o sentido comprar a terceiros. Nós é que não sabíamos.

2. A jogada

Os encontros sucedem-se, mas não há o mínimo sinal de diálogo. A Renamo constrói o seu muro de imposições e a Frelimo responde com um arsenal de justificações. Tudo, diga-se, é válido. Se a Renamo tem o direito de impor condições não seria, de todos os modos, justo não alastrar esse direito ao outro lado da mesa de negociações.

Contudo, o que é estranho e faz deste encontro o maior festival da Xiconhoquice é a ausência de diálogo. Ou seja, a ausência de avanços e de consensos. A Renamo impõe questões prévias e quer ver as mesmas resolvidas antes de entrar na agenda do debate. Os representantes do Governo alegam que não houve debate porque a Renamo exigiu uma resposta escrita sobre as inquietações que colocou em cima da mesa. Xiconhoquice.

3. Adijamento das eleições

O editorial do Magazine Independente dá conta de uma Xiconhoquice que pode manter, por mais tempo, o actual Presidente da República no poder. Ou seja, a lei que regula a realização de eleições gerais e presidenciais foi atropelada pela amnésia cúmplice de quem de direito. O dispositivo legal determina que a marcação da data do processo deve ser feita com uma antecedência mínima de 18 meses e esse prazo já foi ultrapassado.

O que sabíamos é que a Renamo, pela sua retórica belicista, já deixou claro que não está, de forma alguma, interessada nas eleições e nem quer que elas ocorram. Não sabíamos, isso sim, que da parte da Frelimo estava a ser cogitada a mesma ideia. No entanto, os últimos acontecimentos que dão conta da impossibilidade de realizar eleições obrigam qualquer pessoa sensata a concluir que estamos diante de um artilho que interessa aos dois maiores partidos políticos do país. Contudo, importa questionar que papel os dois ex-beligerantes andam a discutir e pretendem dedicar ao MDM. Ou seja, o que será do MDM quando ambos se entenderem e apertarem as mãos?

Avó e neta vítimas de crimes hediondos

Jazem no Cemitério de Lhanguene, desde a passada quarta-feira, 08 de Maio, os restos mortais de Margarida Massinga, de 68 anos de idade, brutalmente assassinada por três criminosos, na madrugada da última segunda-feira, 06, na sua residência, no bairro da Costa do Sol, em Maputo, quando tentava socorrer a sua neta, Elisa Nhandiro, abusada sexualmente pelos mesmos malfeitores. A menina, de apenas 10 anos, ficou mais de uma semana internada no Hospital Central de Maputo em consequência da gravidade dos ferimentos nos seus órgãos genitais e no pescoço, facto que resultou numa cirurgia. Os familiares das duas vítimas e os residentes daquela zona exigem justiça e tomada de medidas penosas contra os agressores e supostos assassinos ora a contas com a Polícia.

Texto & Foto: Coutinho Macanandze

Uma cópula não consentida contra as crianças, sobretudo em tenra idade, e ainda tirar a vida de seus ascendentes (na sua presença ou não), são alguns dos crimes cujas penas deviam ser implacavelmente severas, uma vez que afectam negativamente o desenvolvimento do cérebro, causam anomalias a nível social, emocional e cognitivo caracterizadas por comportamentos tais como agressividade e perturbações de memória. Este é um dos riscos que corre Elisa Nhandiro, que, para além do trauma de ser vítima de um acto sexual forçado, é apoquentada pela dor de ter visto a sua avó morrer diante dos seus olhos. As pessoas que violaram sexualmente a menina e agrediram Margarida Massinga até à morte, com recurso a um machado com o qual desferiram um golpe na cabeça, vivem no mesmo bairro das vítimas, segundo apurou o @Verdade, na quinta-feira passada, 09 de Maio em curso, quando visitou a família enlutada. Alguns residentes da zona afirmaram que o crime que culminou com o desaparecimento físico da anciã e com a hospitalização da criança semeou insegurança, trauma, medo e incerteza na Costa do Sol.

Na altura em que o filho da malograda, João Nhacumba, falava à nossa Reportagem lembrou-se da forma bárbara como a sua mãe encontrou a morte e deitou lágrimas de dor e angústia. Visivelmente inconformado com a perda de uma pessoa que considerava uma “biblioteca viva” devido aos ensinamentos que transmitia aos seus parentes, o jovem desabafou exigindo que se faça justiça, punindo os criminosos com uma pena severa e exemplar. O nosso interlocutor acredita que a tomada dessas medidas não vai fazer a sua progenitora voltar da morte à vida, nem anular as sequelas que atormentam a sua sobrinha, mas pode desencorajar a prática de acções má-lévolas similares.

A reconstituição do crime

Segundo a Polícia, o trio que violou a menor e matou a sua avó responde apenas pelos nomes de Armando e Júnior, ambos de 25 anos, e Richard, de 45. Por sua vez, João Nhacumba disse à nossa Reportagem que os malfeitores frequentavam a casa das vítimas e eram tratados como parentes, não obstante o facto de que Armando já era malvisto por no passado ter roubado um telemóvel na mesma residência. O nosso interlocutor afirmou ainda que a petiz agredida e a malograda dormiam numa habitação separada da dos restantes membros da família. Por volta das duas horas de madrugada do dia 06 de Maio corrente, a quadrilha, munida de instrumentos contundentes, dos quais um machado com que feriram na anciã numa das regiões da cabeça, vandalizou o domicílio de Margarida Massinga e dirigiu-se ao quarto em que a criança se encontrava a dormir, maltratou-a e abusou-a sexualmente. A idosa foi despertada pelos gritos da neta



que implorava por socorro, mas a sua tentativa de prestar auxílio terminou em morte. Traumatizada, a petiz ainda chama pela sua ascendente, apesar de estar morta.

De acordo com a corporação, Armando e os comparsas assassinaram Margarida porque foram reconhecidos quando a vítima ficou de caras com eles. Para além da violação sexual, Elisa foi agredida no pescoço e contraiu ferimentos graves. Devido à demora na prestação de socorro, a criança perdeu os sentidos e quando os recuperou constatou que o seu quarto estava ensanguentado e a sua antepassada estatelada no chão, sem vida. Correu para alertar os demais membros da família que pernoitavam numa outra residência dentro do mesmo quintal. Nhacumba disse-nos também que um dos supostos criminosos, por sinal vizinho, que constava da lista dos suspeitos, foi encontrado pela Polícia na sua casa ainda com a mesma roupa sanguinolenta que trazia no momento em que os acontecimentos tiveram lugar. Ninguém quis acreditar que o cidadão tivesse cometido tal crime, alegadamente porque, para além de morar perto da moradia onde se deu o delito previsto e punido pela Lei no. 20/2009, não tinha um comportamento duvidoso.




O que é que diz a legislação sobre a violência sexual?




Em Moçambique, a Lei no. 20/2009, sobre a Violência Doméstica Praticada Contra a Mulher, pune “Qualquer conduta que constrange a praticar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou utilizar de qualquer modo a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimónio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício dos seus direitos sexuais e reprodutivos.”


Entretanto, o dispositivo a que nos referimos não diz, com clareza, que medidas punitivas são impostas àquelas pessoas que abusam sexualmente de crianças. O artigo 17 (cópula não consentida), prevê uma pena de seis meses a dois anos de prisão e multa para aquele que mantiver cópula não consentida com a cônjuge, namorada, mulher com quem tem uma relação amorosa duradoura, laços de parentesco ou consanguinidade, ou mulher com quem habite no mesmo espaço. Enquanto isso, o artigo 18 (cópula com transmissão de doenças), sustenta que aquele que, consciente do seu estado infeccioso, mantiver cópula consentida ou não consentida com a cônjuge, namorada, mulher com quem tem uma relação amorosa duradoura, laços de parentesco ou consanguinidade ou mulher com quem habite no mesmo tecto transmitindo-lhe doenças de transmissão sexual, é punido com pena de dois a oito anos de prisão maior, sendo a mínima elevada a três anos.

Em 2012 duplicou o número de violações sexuais

Segundo o informe do Procurador-Geral da República, Augusto Paulino, no ano passado foram registados 677 processos-crime de abuso sexual de menores, contra 338 em igual período do ano anterior, sendo 454 de violação de menores, 106 de atentado ao pudor, 112 de estupro, quatro de maus-tratos a menores e um de corrupção de menores. Destes casos, 336 consubstanciam acusações, tendo sido julgados 221, contra 158 do ano 2011.

Previsão do Tempo	
Sexta-feira	
Zona SUL	
	Céu pouco nublado passando a muito nublado. Possibilidade de chuvas locais. Vento de nordeste rodando para sueste fraco a moderado.
Zona CENTRO	
	Céu pouco nublado passando para muito nublado a partir do final da tarde com possibilidade de ocorrência de chuvas fraca locais. Vento de nordeste rodando para sueste fraco a moderado.
Zona NORTE	
	Céu pouco nublado localmente muito nublado. Períodos de ocorrência de chuvas fracas locais principalmente na faixa costeira de Nampula e extremo nordeste de Cabo Delgado. Vento de sueste fraco a moderado.

Sábado	
Zona SUL	
	Tempo fresco com o céu predominantemente muito nublado e períodos de chuvas fracas locais. Vento de sudoeste a sueste fraco a moderado.
Zona CENTRO	
	Céu geralmente muito nublado com períodos de chuvas locais em Sofala e Zambézia assim como na província de Tete. Vento de sueste fraco a moderado.
Zona NORTE	
	Céu muito nublado com períodos de ocorrência de chuvas nas províncias de Nampula e Cabo Delgado. Vento de sueste fraco a moderado.

Domingo	
Zona SUL	
	Continuação do tempo fresco com céu muito nublado. Períodos de ocorrência de chuvas locais. Vento de sueste em regime fraco a moderado.
Zona CENTRO	
	Céu muito nublado com continuação de chuvas locais principalmente na faixa costeira. Vento de sueste fraco a moderado.
Zona NORTE	
	Céu predominantemente muito nublado com períodos de ocorrência de chuvas locais principalmente na faixa costeira e nas terras altas do interior. Vento de sueste fraco a moderado.
Fonte: Instituto Nacional de Meteorologia	

Diga-nos quem é o

XICONHOCA



Envie-nos um

SMS para

821111

E-Mail para

averdademz@gmail.com

ou escreva no

Mural do Povo

O município de Nampula está a ficar sem zonas verdes

A par do que aconteceu com os espaços reservados ao lazer e à recreação, as extensas áreas verdes urbanas destinadas à prática da agricultura, floricultura, piscicultura e fruticultura, nos bairros de Muhala, Namicopo, Murrapaniua, Napipine, Muatala e Marrere, dentre outros, na cidade de Nampula, estão a ser paulatinamente ocupadas pelas construções desordenadas, maioritariamente de baixo custo, e por outras infra-estruturas, tais como barracas para o comércio e estabelecimentos de diversão nocturna. Essas zonas são, cada vez, mais tomadas por populações pobres que não têm acesso a financiamentos bancários para a compra de uma casa, utilizando-as como alternativas de sobrevivência uma vez fixados os seus abrigos. A edilidade tem conhecimento do assunto mas não está a fazer nada para impedir a fixação de residências nos mesmos locais e alega que o problema se deve à procura de talhões para habitação.

Texto: Redacção • Foto: Nelson Miguel

As áreas nas quais os cidadãos em causa fixaram domicílios sem o aval do município são húmidas, o que faz com que as suas infra-estruturas estejam propensas às inundações e à destruição quando a chuva cai. Contudo, apesar do risco a que estão expostos, eles não abandonam as zonas alegadamente porque não têm outro lugar para morar.

Alguns funcionários do Conselho Municipal da Cidade de Nampula estão, em convivência com os secretários dos bairros, a promover as edificações desordenadas e o caos, uma vez que atribuem licenças de construção a algumas pessoas de forma ilícita.

Neste momento, nos bairros de Muhala, Namicopo, Murrapaniua, Napipine, Muatala e Marrere, por exemplo, é difícil encontrar espaços verdes para o cultivo de hortícolas, fruteiras e para a prática da piscicultura.

Antigamente, os lugares a que nos referimos eram consideradas como de grande importância para as comunidades e para a população de Nampula em geral porque produziam variedades de hortaliças com as quais abasteciam os mercados locais, as unidades hospitalares, os lares de estudantes, os centros de formação, os supermercados, dentre outros estabelecimentos públicos e privados.

A partir de uma certa altura a esta parte, as quantidades significativas de produtos agrícolas, tais como vegetais consumidos pelos residentes de Nampula provêm dos de Ribáuè, Malema, Murrupula, Nampula-Rapale e alguns da província central da Zâmbia.

Todavia, não obstante a construção desregrada de edifício nas referidas áreas reservadas ao cultivo de hortícolas, ainda há vestígios, tais como represas, nas quais



eram criadas várias espécies de peixe, que provam que em alguns bairros da cidade de Nampula os moradores desenvolviam a piscicultura. Porém, não existe nenhum indício de que no passado tenha havido a produção de vegetais comestíveis.

Na zona de Benelenses, vulgo “viveiros”, por exemplo, outrora plantava-se flores para a ornamentação, cultivava-se hortícolas e fruteiras mas actualmente é uma área residencial, na qual somente um pedaço de terra é que está a ser aproveitado pelos agricultores.

As residências erguidas naquela área são maioritariamente de material de baixo custo e não obedecem a nenhum processo de ordenamento territorial, o que dificulta a movimentação de pessoas.

Os munícipes ou os automobilistas que a partir da mesma zona pretendam chegar às avenidas Forças Populares de Libertação de Moçambique (FPLM) e Eduardo Mondlane recorrem a vias alternativas, porém, perdem muito tempo para ir de um ponto a outro. Alguns cidadãos que praticam a agricultura nos espaços verdes dos bairros de Muhala, Namicopo, Murrapaniua, Napipine, Muatala e Marrere viram os seus campos serem ocupados pelas construções e, por via disso, ficaram desempregados e na miséria.

António Maurício, de 37 anos de idade, residente no bairro de Murrapaniua, disse ao @Verdade que outrora tinha uma porção de terra mas a mesma foi por edifícios.

Para além do cultivo de hortaliças, dedicava-se à piscicultura mas o negócio ficou reduzido a zero devido, em parte, aos baixos preços praticados pelos outros comerciantes e à falta de qualidade.

Em relação ao bairro de Napipine, as zonas verdes foram completamente tomadas por residências feitas de materiais de betão utilizado nas construções (blocos), loja de géneros alimentícios, barracas de diversão nocturna, dentre outras infra-estruturas pertencentes a pessoas abastadas.

Segundo alguns moradores entrevistados pelo nosso Jornal, antigamente os munícipes não compravam legumes nem outros produtos de horticultura porque eram também cultivados nos seus próprios quintais. A humidade do solo em todo o período do ano garantia um bom rendimento.

Ainda de acordo com os moradores de Napipine, em todas as unidades comunais havia um lençol freático que permitia a lavoura, porém, a partir da altura em que a área ficou povoada, as condições que permitiam a prática de actividades agrícolas só existem nas imediações do rio Napipine, que também estão a ser paulatinamente ocupadas por pessoas com o intuito de construir casas.

Madalena Gaspar, de 40 anos de idade, é um dos residentes do bairro de Napipine, desde o ano de 1982.

A senhora disse-nos que a partir de uma certa altura os preços de compra de vegetais passaram a ser proibitivos porque quase todos os espaços verdes nos quais se cultivavam hortas foram vendidos pelos funcionários da edilidade e pelos secretários da sua área de jurisdição.

Refira-se que o bairro de Muhala é um exemplo típico das zonas que estão a registar um crescimento populacional que contrasta com a disponibilidade de infra-estruturas e que, para além do precário saneamento do meio que se agrava de há uns tempos para cá, enfrentam problemas sérios de construções desregradas.

O que é que diz a edilidade?

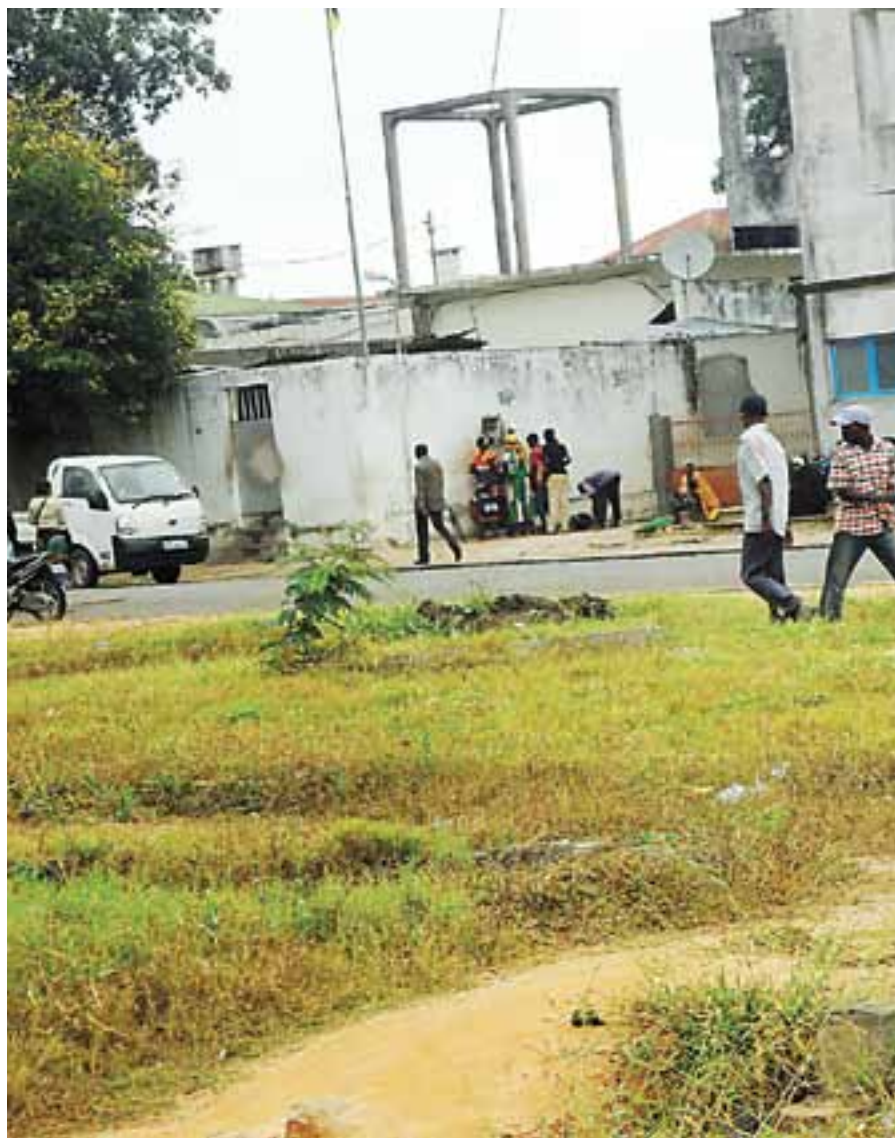
Guilhermina Fania, chefe do Departamento de Relações Públicas do Conselho Municipal da Cidade de Nampula, disse à nossa Reportagem que a transformação das zonas verdes em locais de habitação é um problema que se deve à procura de lugares para o efeito por parte da população.

Entretanto, a nossa interlocutora mostrou-se a leste do assunto, uma vez que parece que não tem conhecimento claro dos bairros onde os espaços em causa foram irregularmente ocupados perante a indiferença da edilidade.

Reclusos da Cadeia Provincial de Nampula vivem em condições precárias

À semelhança do que acontece na maior parte dos cárceres moçambicanos, onde homens e mulheres estão confinados em péssimas instalações, em condições insalubres, expostos a inúmeras ofensas físicas e psicológicas, a situação carcerária na Cadeia Provincial de Nampula continua significativamente deplorável e caracterizada pela falta de alimentação adequada, condições de higiene, saúde, educação dos reclusos, trabalho de reinserção social a superlotação das celas devido à ineficácia da assistência jurídica e incumprimento de penas, factos que denunciam, em certa medida, uma violação dos direitos humanos. Nesta penitenciária, desde o dia que em as visitas passaram a ser quinzenais, os cidadãos “furam” o esquema de segurança montado, subornando a Polícia, desembolsando 30 meticais para poderem visitar os seus familiares.

Texto & Foto: Redacção /Júlio Paulino



As visitas dos parentes aos encarcerados são feitas nos dias 15 e 30 de cada mês, porém, enquanto a corrupção prevalecer nas prisões, parece que este calendário se tornará disfuncional. Na Cadeia Provincial de Nampula, segundo a nossa Reportagem apurou, o suborno deve-se a lacunas no sistema de segurança do mesmo presídio, contrariamente ao que ocorre na Penitenciária Industrial de Nampula, onde, para se ter acesso às celas, é preciso atravessar muitos portões e passar por muitos agentes carcerários.

Na penitenciária provincial, ainda prevalecem alguns problemas, tais como o congestionamento das celas e junção de cidadãos com penas preventivas e condenados por causa da morosidade na tramitação de processos por parte dos que administram o Sistema da Justiça em Nampula. Aliás, alguns criminosos considerados perigosos ou os que praticam actos hediondos são igualmente misturados com os “ladroes de galinhas”.

A Cadeia Provincial de Nampula foi construída para albergar aproximadamente 90 reclusos, contra os cerca de 400 que acolhe actualmente. Alguns enclausurados permanecem nas celas e o prazo de prisão preventiva expira sem que tenham sido ouvidos por um órgão da Justiça.

O calabouço a que nos referimos, também chamado Cadeia Civil, dispõe apenas de cinco celas, o que faz com que os detidos ali apinhados durmam nas esteiras, as quais não chegam para todos. Por isso, os prisioneiros supostamente “mais fracos” passam as noites deitados no soalho ou nas casas de banho, segundo apurou a nossa Reportagem.

O @Verdade apurou igualmente que na mesma cadeia há detidos que pagam montantes que variam de 500 a 1.000 meticais para comprar um espaço bastante diminuto, no qual possam descansar. Este valor é entregue a supostos chefes das celas, os mesmos que, segundo as nossas fontes, praticam outras actividades ilícitas, tais como venda de drogas, sobretudo a cannabis sativa, vulgarmente conhecida como maconha.

Este estupefaciente é introduzido no estabelecimento prisional com a conivência de alguns agentes da polícia que aceitam ser subornados. Aliás, há cidadãos que, apesar de estarem na cadeia, garantem a sobrevivência das suas famílias através do valor obtido de práticas ilegais num local que supostamente serve para a reeducação e reinserção social dos que estão em conflito com a lei e com a sociedade.

Recolher obrigatório a partir das 20 horas

Em contacto com um dos detidos na Cadeia Provincial de Nampula, o nosso Jornal soube ainda que as celas 4 e 5 são as mais espaçosas e com maior número de reclusos, por isso, nelas ocorrem problemas deveras preocupantes. “Aqui a situação agrava-se no período nocturno, mas antes do jantar realiza-se um culto religioso cujo cumprimento é obrigatório.

Por volta das 20 horas, todos somos obrigados a dormir, porém, os chefes ficam a jogar cartas e a conversar. Para ter acesso a bebidas alcoólicas basta pedir ao agente da prisão mediante o pagamento de uma gorjeta. Aqui sofre quem não tem dinheiro. No Verão os outros reclusos não nos deixam dormir para servirmos de ventiladores para os chefes, usando capulanas”, disse a fonte.

A alimentação melhorou

Alguns reclusos da Cadeia Provincial de Nampula com quem dialogámos consideram que, apesar das deploráveis condições de prisão, a alimentação melhorou de forma significativa, uma vez que estão asseguradas as três refeições diárias. Contudo, a ementa é basicamente a mesma, constituída por xima e feijão e nos dias festivos serve-se arroz com carne de vaca ou carapau.

Há problemas no fornecimento de água

Um grande número de detidos da penitenciária a que nos referimos disse-nos que há problemas graves de falta de água, por isso suspeitam de que a doença de pele que afecta alguns reclusos tenha a ver com a precariedade das condições de higiene individual e colectiva. Por vezes, a população prisional só toma banho uma vez por semana, devido à crise no abastecimento do precioso líquido.

Há soluções para o problema da superlotação

O Governo moçambicano vai construir um presídio de raiz, orçado em cerca de 13.5 milhões de meticais, no Posto Administrativo da Rex, que fica a uma distância de 20 quilómetros da cidade de Nampula. O projecto prevê que a infra-estrutura tenha uma capacidade para albergar um maior número de reclusos em que cada um ocupará uma cela individual. Fonseca Etide, director provincial de Justiça em Nampula, disse que para o efeito decorrem trabalhos de tramitação do expediente referente ao arranque das obras e está à espera do desembolso dos fundos.

“No ano passado aplicaram-se 6.5 milhões de meticais na construção de pavilhões nas instalações da Penitenciária Industrial de Nampula para acolher reclusos que seriam transferidos da Cadeia Provincial de Nampula, isso como uma das alternativas encontradas para se evitar o congestionamento das celas”, explicou Fonseca Etide.

Refira-se que a superlotação das cadeias da província mais populosa do país é generalizada. A Penitenciária Industrial de Nampula, por exemplo, foi construída para encarcerar 400 pessoas, contudo, neste momento, acolhe 1.598 cidadãos cujas penas variam de três a 30 anos de prisão maior.

Os centros de violação dos direitos humanos

Uma pesquisa Liga Moçambicana dos Direitos Humanos (LDH) lançada em Novembro passado, em parceria com a Amnistia Internacional, sobre a situação prisional no país, aponta que as cadeias moçambicanas constituem lugares de violação dos direitos dos reclusos devido a uma extensa lista de anomalias, dentre os quais a superlotação, más condições de higiene e detenções arbitrárias.

A lista dos problemas que atentam contra os direitos humanos nas penitenciárias do país é ampla. A LDH refere ainda que há dificuldades no acesso aos advogados, incluindo práticas coercivas que infringem o direito à presunção de inocência e falta de prontidão na apresentação dos detidos a uma autoridade competente, a não concessão de liberdade provisória, a detenção de menores e, em caso de detenções ilegais, aos visados não é garantida nenhuma compensação.

O relatório recomenda que a Justiça moçambicana realize investigações imediatas, imparciais e independentes sobre os casos de prisão e detenção arbitrária e, por conseguinte, que sejam responsabilizados, disciplinados e penalizados os agentes da Polícia envolvidos em actos que não abonam os direitos humanos.

No documento denominado “Aprisionando os Meus Direitos”, a LDH reconhece as acções realizadas pelo Governo no sentido de tornar as prisões nacionais dignas, capazes de educar os reclusos e garantir a sua reinserção na sociedade.

Contudo, desafia os intervenientes do sector da Justiça a apostarem em métodos de trabalho mais transparentes e eficazes durante a sua actuação, a comprometerem-se com a melhoria das condições carcerárias, a acelerarem a tramitação de processos, a tratarem os reclusos como humanos e a humanizarem as cadeias.

Cumprem-se penas sem julgamento

Por sua vez, a ministra da Justiça, Benvinda Levi, disse na altura que estava ciente dos problemas avançados pela Liga.

Apontou como solução o envolvimento dos agentes judiciais, guardas prisionais, Polícia, tribunais, procuradores e magistrados para se ultrapassar as deploráveis condições de prisão no país.

Segundo a governante, um dos problemas que ainda afectam o sector sob a sua alçada é o deficiente funcionamento e desempenho dos agentes da Justiça, o que concorre para a superlotação das cadeias. Consequentemente, cerca de 35 por cento do total dos reclusos cumprem penas sem julgamento.

Governo tenta silenciar oleiros de Cateme

O governo da província de Tete recorreu, esta Terça-feira (14) à Força de Intervenção Rápida (FIR), à Polícia de Protecção e às Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM) para reprimir uma manifestação de um grupo de cidadãos forçados a sair das suas terras de origem para instalação da mineradora Vale em Cateme, no distrito de Moatize, na província de Tete. Em consequência dessa acção dos agentes da Lei e Ordem, três cidadãos foram presos e até ao fecho desta edição ainda não tinham sido restituídos à liberdade.

Texto: Redacção

Os cidadãos, oleiros de profissão, contestam a actual indemnização no valor de 60 mil meticais fixada na sequência da sua retirada, pela empresa Vale Moçambique, dos seus bairros nativos onde desenvolviam projectos de fabrico de tijolos. Eles exigem um novo critério de ressarcimento da “perda” das suas fontes de rendimentos.

A par do que aconteceu em Abril passado, este Domingo os oleiros reagruparam-se e inviabilizar a circulação de comboios da a partir da mina da Vale em Tete. Confrontado com esta situação, o governo de Tete convocou uma reunião com os oleiros mas ao invés de um diálogo no sentido de se encontrar uma solução para os problemas que opõem a Vale e os cidadãos reassentados, três pessoas foram detidas. Faz parte do trio um indivíduo que num passado recente teria sido enclausurado quando participava numa manifestação pacífica similar para defender os seus interesses e da maioria relativamente às compen-

sações.

Esta Quarta-feira, o @Verdade soube de um dos detidos que quando os três cidadãos (incluindo ele mesmo) caíram nas mãos da Polícia, no distrito de Moatize, foram encaminhados para a primeira esquadra na cidade de Tete, onde permaneceram cerca de 45 minutos.

Passado esse tempo, foram transferidos para a Cadeia Civil de Tete onde estiveram detidos durante mais de hora e meia. Mais tarde, a corporação deslocou os indivíduos para a segunda esquadra situada na mesma urbe.

Um dos prisioneiros devia ter sido posto em liberdade esta Terça-feira (14), o que não aconteceu porque a sua soltura depende, em parte, de um encontro entre o governador de Tete e as demais partes interessadas no assunto, incluindo o advogado dos detidos.

Professores contestam o reajuste salarial de 9%

Esta quarta-feira, 15 de Maio, os docentes de algumas escolas públicas de Moçambique suspenderam as aulas como forma de protestar contra o recente aumento salarial de 9% determinado pelo Governo, alegadamente por ser insignificante relativamente ao que ganham actualmente.

Texto: Redacção

Nas províncias de Nampula e Gaza, alguns professores não foram dar aulas, enquanto nas cidades de Maputo e Matola a paralisação aconteceu, de forma generalizada, no período da manhã.

Na Escola Secundária Josina Machel, em Maputo, só houve lições depois de uma conversa entre os docentes e o director da mesma instituição, Armindo Mutimba. Este disse ao @Verdade que as primeiras três aulas da manhã não tiveram lugar porque os professores foram induzidos em erro pelas mensagens de convocação de uma greve geral difundida telefonicamente.

Na Escola Primária Completa 3 de Fevereiro, também na capital do país, os docentes disseram ao @Verdade que não paralisaram as aulas porque foram sensibilizados pela directora da mesma instituição e temiam ser despedidos como aconteceu no ano 1990.

“A insatisfação de alguém não deve ser tratada com passividade, por isso, como educadores reconhecemos que o reajuste salarial que houve é um insulto à classe. A indignação do professor deve ser manifestada de forma legal, organizada e com base na criação de uma comissão para fazer chegar as preocupações ao Governo”, disse a directora Linda Elidja.

Enquanto isso, na segunda-feira, 13 do corrente mês, pouco mais de sete mil crianças de cinco escolas do município da Matola ficaram sem aulas porque os professores paralisaram as suas actividades para protestar contra o atraso dos seus salários referentes ao mês de Abril passado. Os estabelecimentos de ensino em causa são as primárias completas de 12 de Outubro, Wa Matidjana e Nkobe, e as primárias do primeiro grau de Siduava e

Michisso.

Os pedagogos afirmaram que os seus vencimentos não foram pagos até à data da interrupção das aulas porque o director-adjunto provincial da Educação de Maputo não assinou o documento que autorizava o desembolso dos montantes alegadamente porque estava de viagem à cidade de Quelimane por motivos de infelicidade.

Refira-se que nesta terça-feira, 14, a Organização Nacional de Professores (ONP) distanciou-se da alegada greve que estava a ser propalada.

Beatriz Manjama, presidente da mesma agremiação, disse em conferência de imprensa que não fazia sentido os pedagogos pretenderem paralisar as aulas enquanto ainda está em curso o processo de diálogo com o Governo sobre vários assuntos que preocupam a classe.

Segundo Manjama, a ONP privilegia o diálogo para o alcance do consenso, por isso, “chama uma especial atenção aos colegas para não aderirem à greve, para não andarem sozinhos e fora dos procedimentos legais porque só unidos formamos uma grande força e alcançamos os nossos objectivos”.

A dirigente reafirmou que o sindicato não está satisfeito com o aumento salarial de 9% estipulado pelo Executivo: “É insignificante se tivermos em conta o baixo salário que o professor auferi”.

A fonte acrescentou que a organização está a consultar os professores em todo o país relativamente ao tecto salarial que permitiria aos educadores suportarem o custo de vida em Moçambique.

Caros leitores

Pergunta à Tina... Porque é que para ela três horas de sexo é pouco?

Queridos leitores,

Constatámos que a maior parte das perguntas que recebemos dos homens tem a ver com a ejaculação precoce. O que estará a acontecer, manos? Será que os homens têm conhecimento sobre o seu corpo, sobre a sua sexualidade? Para mim, o problema vai para além de vir mais cedo ou mais tarde, para integrar questões relacionados com o autoconhecimento, e também com o conhecimento das vossas parceiras. Nem todos os casos de ejaculação precoce têm a ver com problemas de saúde, mas sim com a falta de informação e comunicação entre os parceiros. Esta coluna tem em vista responder a perguntas sobre a saúde sexual e reprodutiva. Por isso, se queres saber mais sobre a tua sexualidade,

enviem-me uma mensagem através de um sms para **821115**
E-mail: **averdade.mz@gmail.com**

Boa tarde, Tina. Estou interessado em saber algo. Casei recentemente e não sei o que está a acontecer com a minha mulher. No acto sexual, não sei se ela não fica cansada; mesmo depois de eu me sentir bem, continuo para satisfazê-la. Consigo mesmo três horas de tempo a fazer sexo, o que para ela ultimamente é pouco. Não sei o que posso fazer porque me sinto mesmo agastado e muito cansado e ela ainda a precisar de mim. Estou a pedir ajuda.

Olá, meu querido. Não consegui evitar um sorriso, porque até parece que estou a ver a tu face cansada. Mm...a tua questão pode ser simples, eu acredito. Como eu disse na introdução desta coluna, a sexualidade tem a ver com conhecermos o nosso corpo e o corpo dos nossos parceiros. Para isso, a amizade e a comunicação sincera são importantes. As mulheres tendem a ser um pouco mais complexas quando se trata de satisfação sexual, porque elas, para além de encontrarem prazer físico, também encontram prazer emocional no sexo. Algumas pessoas mais informadas dizem que o sexo não deve ser apenas para atingir o orgasmo, mas para que cada pessoa envolvida sinta prazer durante todo o momento, percebes? Eu também acho que sim. O prazer deve vir do toque, das carícias, das palavras, da cumplicidade entre vocês e isso conseguimos se nos comunicamos. Pode ser que, até hoje, tu estejas a concentrar-te mais em atingir o teu orgasmo e saibas pouco sobre o que lhe faz feliz. Ela pode não se sentir satisfeita porque não está suficientemente estimulada física e emocionalmente. Então, dá mais tempo para que isso aconteça, torna-te mais amigo, comunicativo e criativo. Isso vai fazer bem à vossa relação.

Bom dia, Tina. Tenho ouvido falar de um método contraceptivo de implante ou chip, mas não sei em que consiste, como se faz, e qual é a sua eficiência. Pode esclarecer-me sobre o assunto? João.

Eh, João, adorei saber que estás interessado neste assunto! Então, vamos lá. O que aprendi é que o implante é isso mesmo, um método contraceptivo ou, em linguagem simples, um método de evitar a gravidez. É um pequeno bastonete que se insere no braço, mesmo sob a pele da mulher. Este bastonete contém uma hormona que, ao ser liberta, evita a ovulação e, dessa forma, não é possível a mulher engravidar. Este método tem uma duração de cerca de três anos, acredito, após os quais ele deixa de ser eficaz. O implante contraceptivo só deverá ser inserido ou removido apenas por profissionais de saúde com conhecimentos do procedimento. Qualquer mulher em idade fértil pode usar o implante. Mas, atenção, o implante não pode ser inserido em casa. Só deve ser inserido numa unidade sanitária, por enfermeiras ou médicos especializados.

MozMed A plataforma virtual de saúde em Moçambique

Manda tuas questões através de SMS para **6640** ou Internet **http://mozmed.com/** e recebe resposta dos especialistas de saúde e de outros cidadãos

A reutilização de garrafas gera renda em Nampula

O reaproveitamento de vasilhames de cerveja, de 340 mililitros, das marcas nacionais e importadas, tais como 2M, Manica, Heineken, Lite, Laurentina, Spin, Amstel e Reds, está a gerar renda e garante a subsistência de algumas famílias na cidade de Nampula. Este é um negócio que, para além de constituir uma fonte de receita para um número considerável de pessoas, tem um efeito positivo para o meio ambiente, uma vez que de há uns tempos para cá é difícil encontrar uma garrafa para o enchimento de bebidas alcoólicas, descartada na via pública ou nos quintais. Todavia, é uma actividade que exige muito esforço para quem pretende ganhar um pouco mais de dinheiro porque os preços estipulados na venda são considerados bastante diminutos e é preciso juntar uma quantidade significativa de garrafas.

Texto & Foto: Júlio Paulino

A partir de uma certa altura a esta parte, o comércio de objectos a que nos referimos, segundo os praticantes, registou uma queda de rendimento em consequência da paralisação de uma das maiores fábricas que compravam garrafas em quantidades enormes, a Vinical, situada na cidade de Nacala-Porto, e que supostamente detinha o monopólio deste negócio.

Aos fins-de-semana, em Nampula, os recipientes destinados a conter bebidas feitas de cevada e outro tipo de líquidos são descartados sem o devido cuidado um pouco por todos os lados da urbe, sobretudo nas zonas onde funcionam alguns estabelecimentos de diversão nocturna. Contudo, num instante, os munícipes recolhem os vasilhames um a um.

Com os sacos às costas, certos cidadãos que levam uma vida modesta frequentam as casas de pasto nos períodos diurnos e nocturnos para conseguir determinadas vasilhames que garantam a renda: cinco garrafas custam um metical e são revendidas por um metical cada. Ao nível da cidade de Nampula, alguns postos fixos instalados para a comercialização desses objectos de vidro são as imediações dos mercados 25 de Setembro, vulgo Matadouro, e Memória, sitos ao longo da Estrada Nacional número 08.

Em diferentes partes do território moçambicano, as garrafas recolhidas em vários locais são posteriormente negociadas a um grupo de revendedores.

Estes, por sua vez, vendem a outras firmas que fabricam produtos tais como Gin e Água de Papá bastante consumidos um pouco por toda a província de Nampula, sobretudo nas zonas rurais e circunvizinhas de Cabo Delgado, Niassa e Zambézia, e o preço de aquisição raras vezes excede os 50 meticais por unidade.

O @Verdade apurou que a venda de garrafas recicláveis é uma actividade que envolve também alguns vendedores da capital do país, que fazem o negócio directamente com as fábricas de Nacala-Porto e Nampula.

De Maputo para aqueles pontos do país transportam quantidades significativas de recipientes de 2M, Manica, Heineken, Lite, Laurentina, Spin, Amstel e Reds em camiões de grande tonelagem. Os preços de aluguer dos



meios de transporte usados para o efeito ascendem os 80 mil meticais por viagem, enquanto o preço cobrado para levar a mesma carga de Nampula para Nacala, por exemplo, é de cinco mil meticais.

Na capital da região Norte, as pessoas envolvidas na entrega de garrafas vazias nos lugares a que nos referimos, com o intuito de ganhar dinheiro, são também as economicamente estáveis e, segundo contaram à nossa Reportagem, subiu na vida graças à venda desses mesmos objectos. Refira-se que esta actividade é exercida somente por homens, na faixa etária compreendida entre os 20 e os 40 anos de idade. Porém, em Maputo, o cenário é inverso.

Não faltam crianças que, diga-se, contra a sua vontade, são obrigadas a ajudar as suas famílias. É igualmente normal encontrar, para além de petizes, idosos a fazerem o mesmo tipo de trabalho. Para conseguir recolher grandes quantidades desses objectos, eles têm de despertar cedo e percorrer as ruas, as lixeiras e os mercados, principalmente fins-de-semana.

Os negociantes com quem dialogámos contaram-nos que quando a procura de vasilhames é maior cada um chega a custar três meticais. Antes de entrar neste negócio, Pablo trabalhou como estivador e ao contrário do que alguns colegas do ramo têm dito (no final das contas o rendimento não compensava o esforço feito) ele considera-se uma pessoa de sucesso:

“Faço este negócio há cerca de quatro anos e comecei com o meu antigo patrão, com quem eu viajava de Nampula a Nacala para vender garrafas. No princípio esta actividade era pouco rentável devido aos custos de transporte, mas ultrapassei esta dificuldade.”

Eugénio António, também comerciante de garrafas para o enchimento de bebidas alcoólicas e outros líquidos, narrou que iniciou a actividade em 2010 com 500 meticais: “Outrora vendia petróleo de iluminação, mas o lucro não chegava para nada, isso a medir pelo número do agregado que eu tinha na altura.

Passei a exercer este negócio a convite de um amigo; comprava os vasilhames em algumas casas ao preço de 50 centavos cada e revendia por um metical na fábrica de aguardente Enika. Pouco a pouco, acumulei grandes quantidades para revender na cidade de Nacala-Porto, e os lucros eram avultados”, sublinhou o nosso entrevistado.

Amisse Aly lidera o grupo de revendedores na cidade de Nampula e disse ao nosso Jornal que tem uma longa experiência no ramo. Todavia, queixa-

-se da falta de mercado desde a altura em que a fábrica Vinical encerrou as portas temporariamente. “Este negócio é benéfico para nós mas o mercado está fraco.

Em Nacala, compramos um conjunto de caixas nas quais depositamos as nossas garrafas a um valor de 125 e revendemos a 1000 meticais, enquanto na cidade de Nampula os lucros são altos porque negociamos o produto com os proprietários de algumas barracas que operam junto da fábrica de Enika sem que tenha sido embalado.”

Caetano Miguel, director do Meio Ambiente, Água e Energia no Conselho Municipal da Cidade de Nampula, disse que os comerciantes de garrafas estão a reutilizar esses objectos de forma positiva dando um desti-

no certo e benéfico para a urbe do ponto de vista ambiental, sobretudo porque a província de Nampula ainda não dispõe de fábricas de copos que possam reaproveitar os recipientes de vidro descartados em vários locais da via pública.

“Nos últimos anos temos observado muita procura de garrafas sobretudo de água mineral e de bebidas alcoólicas.

Trata-se de objectos que poderiam ser usados para outros fins e actualmente o negócio ocorre de forma espontânea quando devia haver um acompanhamento devido ao crescimento do número de interessados na sua prática”, observou o nos-

so entrevistado, para quem há uma necessidade de se regularizar o processo de comercialização de vasilhames para que possa ser feito de forma regrada e garantida a sua acumulação em locais apropriados e não se prejudique o exercício de outras actividades.

O Conselho Municipal da Cidade de Nampula oferece-se a disponibilizar um espaço apropriado para os operadores daquele ramo de reaproveitamento de garrafas.

É um negócio que, “para além de gerar receitas e postos de trabalhos para muitas pessoas, reduz a quantidade de resíduos sólidos produzidos na cidade”, concluiu o director.

Refira-se que, recentemente, os proprietários da fábrica Vinical realizaram uma exposição de vários objectos recicláveis, dos quais uma parte era composta por garrafas de vidro. Na altura, alertaram a sociedade para a necessidade de obter dinheiro através da venda de garrafas usadas.

A partir daí, alguns munícipes passaram a ter uma fonte de rendimento. Aliás, uma experiência recente deu-se em Nampula, numa exposição promovida pelo Fundo Nacional do Ambiente.

Livro de Reclamações d'Verdade



O acto de apresentar as suas inquietações no **Livro de Reclamações** constitui uma forma de participação dos cidadãos na defesa dos seus direitos de cidadania. Em Moçambique, assistimos de forma abusiva à recusa ou omissão, em muitos estabelecimentos comerciais e em instituições públicas, da apresentação do **LIVRO DE RECLAMAÇÕES** aos clientes, mesmo quando solicitado. Na ausência de uma autoridade fiscalizadora dos Direitos dos consumidores, tomámos a iniciativa de abrir um espaço para onde o povo possa enviar as suas preocupações e nós, o jornal **@Verdade**, tomámos a responsabilidade de acompanhar devidamente o tratamento que é dado às mesmas.

Reclamação

Boa tarde, jornal @Verdade. Sou agente da Polícia da República de Moçambique (PRM), em Maputo e quero, através do vosso meio de comunicação, apresentar uma inquietação sobre o desconto compulsivo de que fui vítima, incluindo os meus colegas de serviço em Fevereiro passado.

Parece que o nosso Governo está apenas preocupado em retirar o pouco que conseguimos, graças à perda de dias e noites a deambular pela cidade de Maputo. Em Fevereiro aos agentes da PRM foram descontados, de forma compulsiva, sete por cento do seu salário sem explicações por parte do seu patronato.

Esperava eu e os meus companheiros de serviço que com a entrada da nova tabela salarial em Abril, em face do reajustamento, o valor poderia ser ressarcido. Para meu espanto, nada disso aconteceu e ninguém disse nada sobre o mesmo, embora a Lei do Trabalho seja clara nessa vertente.

A cada mês que passa descontam-nos parte do ordenado, sem ser consultados e muito menos é-nos dado algum esclarecimento das razões do roubo, porque aconteceu o mesmo em Janeiro aquando das cheias no país. Perante esta situação, como é que um agente da PRM não po-

derá envolver-se em actos pouco dignos para conseguir algum dinheiro para atenuar a fome, porque o empregador não incentiva, não há diálogo e a cada dia que passa somos desvalorizados e tratados como alheios à corporação, e, como fruto disso, é o paupérrimo salário de que usufruímos?

Mesmo com a falta de consideração pelos agentes da PRM, ainda nos exigem um combate cerrado contra o crime e que arrisquemos as nossas vidas para os defender e garantir a ordem, segurança e tranquilidade públicas.

Não passa de um insulto para os agentes da corporação, porque os superiores hierárquicos não imaginam o perigo que nós passamos quando estamos no patrulhamento, apenas falam de barriga cheia no escritório.

No entanto, o caricato é que não compreendo como é que uma instituição dum Estado soberano em vez de proteger o direito do trabalhador, apenas atropela-o constantemente e de forma propositada. Por favor, peço a quem de direito para que nos defenda dos oportunistas e aproveitadores na corporação. E depois dizem que temos de combater o crime. Como é possível se o Governo é o grande criminoso? Socorro. Ajudem-nos.

Resposta

Sobre este assunto, o @Verdade ouviu o porta-voz do Comando da Polícia da República de Moçambique (PRM), Orlando Modumane, que disse não ter nenhum conhecimento do sucedido.

Modumane distanciou-se da inquietação do agente, alegando que não podia tecer nenhum comentário. Mas recomendou que o lesado se deslocasse ao sector que responde pelos casos malparados, ou seja, de injustiças, porque podem estar fora do controlo e conhecimento do comando.

Modumane é da opinião de que a reclamação é justa, embora ache estranho porque, pelo menos na unidade policial em que ele se encontra, ninguém tinha sofrido algum desconto no seu salário.

O nosso interlocutor acrescentou que qualquer irregularidade passível de prejudicar os agentes da PRM é condenável, e estes que apresentem comprovativos no departamento que tem como tarefa principal dirimir conflitos, injustiças e descontos que não estão plasmados na corporação.



As reclamações apresentadas neste espaço são publicadas sem edição prévia, e da exclusiva responsabilidade dos seus autores. O jornal @VERDADE não controla ou gere as informações, produtos ou serviços dos conteúdos fornecidos por terceiros, logo não pode ser responsabilizado por erros de qualquer natureza, ou dados incorrectos, provenientes dos leitores, incluindo as suas políticas e práticas de privacidade.

Escreva a sua **Reclamação** de forma legível, concisa e objectiva, descrevendo com pormenor os factos. Envie: por carta - Av. Mártires da Machava 905 - Maputo; por Email - averdademz@gmail.com; por mensagem de texto SMS - para os números 8415152 ou 821115. A identificação correcta do remetente, assim como das partes envolvidas permitir-nos-á que possamos encaminhar melhor o assunto à entidade competente.



Mamparra of the week

Paulo Zucula

Luís Nhachote
laverdademz@gmail.com

Meninas e Meninos, Senhoras e Senhores, Avós e Avós

O Mamparra desta semana é o ministro dos Transportes e Comunicações, Paulo Zucula e os seus acólitos adstritos à Empresa Municipal Transportes Públicos de Maputo (EMTPM), que acabam de brindar os cidadãos da capital com um o azedo anúncio de que mais de metade da frota está obsoleta.

Isto é, sob a gestão mamparra dos gestores daquela empresa, dos 353 autocarros que custaram dinheiro ao erário público, 223 estão avariados!!!!

Isto é de bradar aos céus! Para apimentar o caos, uma mente mamparra nesta cadeia sob o comando de Zucula veio a plenos pulmões afirmar que a fábrica dos autocarros Yotong, já não produz peças sobressalentes!

E como a mamparrada está em curso, agora vão introduzir autocarros de luxo, que custam 70 meticais, alegadamente para aumentar as receitas da empresa!!?

Quem é ou quem são os pacatos cidadãos que têm a capacidade financeira para pagar diariamente esse valor? Em tempos não muito recuados, aquela empresa pública adquiriu 150 autocarros movidos a gás, pelo executivo de que Zucula faz parte, através do Fundo de Desenvolvimento de Transportes e Comunicações (FDTC).

A mamparrada dessa operação, protamente denunciada pela imprensa atenta, indicava (e ninguém desmentiu) que os autocarros eram da marca TATA. Foram adquiridos à TATA Group, da Índia, a companhia mãe da TATA Moçambique Limitada, que tem como um dos sócios Armando Guebuza, o presidente da República e chefe do Governo.

A escolha da empresa fornecedora dos autocarros, a TATA, não foi efectuada por concurso público internacional, conforme manda a Lei do Procurement. Era mais uma mamparrada, à luz do dia, perpetrada pelos predadores do poder do dia, que viram os cifrões crescer nas suas contas bancárias!

Basta deste tipo de mamparrices.

Mamparras, mamparras, mamparras.

Até para a semana, juizinho e bom fim-de-semana!

ALERTAR

A verdade em cada palavra.

Seja um Cidadão e Reporte a Verdade

SMS: 90440

WhatsApp: 84 399 8634



O Jornal mais lido em Moçambique.

Democracia

O usuário de drogas não é criminoso

Em Moçambique o usuário da droga é tido como criminoso, à semelhança do que acontece com quem fomenta a sua venda e o consumo. Porém, na opinião de José Ferreira, coordenador nacional da Associação Desafio Jovem de Moçambique, esta é uma percepção errada.

“Isso não é correcto. O usuário da droga é uma vítima, é um dependente. Criminoso é quem vende. As autoridades e a sociedade podem não estar a ver, mas o consumo de drogas tem consequências graves, tanto para a sociedade assim como para as famílias”.

Por outro lado, o nosso entrevistado alerta para o facto de o país ter passado de corredor a produtor de droga, o que deve constituir motivo de preocupação para as autoridades competentes, a quem acusa de nada estarem a fazer para inverter o cenário. “O Estado pouco tem feito em relação ao consumo e à venda de drogas. Por exemplo, quais são os benefícios que o Estado concede às organizações que trabalham nesta área para que sejam um parceiro válido nesta luta? Há financiamento para as outras áreas, menos para esta”.

Texto: Victor Bulande • Foto: Miguel Manguze

Jornal @Verdade (@V) - O que é a Associação Desafio Jovem de Moçambique e quando é que foi criada?

JF - A Associação Desafio Jovem de Moçambique é uma organização não governamental criada em 1990 por jovens provenientes de igrejas. O objectivo dos mesmos era trabalhar com jovens usuários de drogas, vulneráveis. O país ainda estava num contexto de guerra civil e havia jovens que abandonavam a vida militar e não tinham onde viver por estarem longe das suas zonas de origem. A solução era ficar na rua, em casas abandonadas, espaços públicos tais como jardins. As nossas acções consistiam na reinserção social e na reunificação familiar.

@V - Como eram realizadas as actividades da associação?

JF - As nossas actividades resumiam-se a quatro vertentes, nomeadamente as células familiares, a ergoterapia, a reinserção social, a reunificação familiar e actividades de prevenção.

@V - Em que consistia cada uma dessas vertentes?

JF - Nas células familiares nós tínhamos facilitadores, que era um grupo constituído pelos próprios jovens que se encontravam nas situações a que me referi. Eles nomeavam um líder, um responsável pela limpeza e alguém que respondia pela assistência espiritual.

A ergoterapia é uma terapia ocupacional. Muitos caíam na delinquência porque não tinham o que fazer. Com a ajuda de parceiros, criámos o Centro de Reabilitação Psicossocial de Chihango. Numa primeira fase tivemos 230 jovens inscritos e envolvidos em diversas actividades, tais como carpintaria, serralharia e avicultura.

A componente reinserção social e a reunificação familiar consistia na promoção do regresso dos jovens vulneráveis, usuários de drogas, desertores da vida militar, delinquentes, entre outros às suas zonas de origem porque muitos deles abraçavam o crime, e preferiam viver nas ruas devido ao desprezo que sofriam na comunidade. No que diz respeito à reunificação familiar, nós tínhamos reuniões com os pais e familiares desses jovens. O nosso objectivo era convencê-los a aceitá-los de volta.

Já nas actividades de prevenção ao consumo de drogas e álcool, seleccionávamos activistas no seio dos usuários de drogas e alcoólatras. O aconselhamento era feito nas células familiares, ou seja, entre eles. Optámos



por essa via porque é difícil um usuário de drogas aceitar dialogar com uma pessoa comum.

@V - Porque é que o centro de reabilitação fechou?

JF - O centro abriu em 1992 e funcionou até 1997. Encerrou devido à mudança da política dos doadores. Ele tinha sido criado num contexto de emergência. O país estava em guerra, e com o seu fim eles (os doadores) acharam que já não se justificava a sua continuidade.

@V - Isso foi um revés aos objectivos que a associação tinha traçado...

JF - Sem dúvidas. O encerramento do centro de Chihango teve consequências negativas porque era o único cujas actividades estavam viradas para a reabilitação e reinserção de usuários de drogas. Depois do seu encerramento, as Nações Unidas aconselharam-nos a criar, em coordenação com outras associações, a UNIDOS (Rede Nacional Contra a Droga), que agora tem delegações em todo o país.

@V - A associação foi criada numa altura em que o país estava em guerra. Com o seu fim houve uma redefinição dos objectivos ou mantiveram-se os mesmos?

JF - Com o fim da guerra, outros desafios impuseram-se. Tivemos de abrir novas frentes. Temos o VIH /SIDA, o aumento da criminalidade, o desemprego, entre outros. É evidente que tivemos de traçar novos objectivos.

@V - Quais foram os objectivos traçados?

JF - Traçámos quatro objectivos, nomeadamente (1) assegurar uma ocupação útil dos jovens nos tempos livres, (2) desenvolver habilidades e competências profissionais, (3) inserção no mercado de emprego, e (4) desenvolver actividades de prevenção no contexto do VIH /SIDA, álcool e drogas.

@V - Pode falar de cada um dos objectivos?

JF - Há falta de ocupação por parte dos jovens e isso acaba por “empurrá-los” para o álcool e para as drogas. O seu rendimento escolar baixa. Por isso apostamos na racionalização dos tempos livres dos jovens.

Ministramos cursos profissionais de curta duração, tais como gestão bancária, secretariado, montagem e reparação de computadores, gestão e administração de empresas, línguas, relações públicas e marketing, entre outros. Mas os cursos não são gratuitos. Apesar de não termos fins lucrativos entanto que organização, eles têm de participar para que possamos ser sustentáveis.

Em relação à inserção no mercado de emprego, nós temos duas linhas, nomeadamente os estágios profissionais em empresas parceiras da organiza-

ção para os melhores alunos de cada curso. A segunda linha consiste na absorção ou contratação dos nossos graduados através da Unidos Rede, uma congregação composta por 84 organizações não governamentais.

A componente de prevenção é desenvolvida a nível das escolas secundárias. No ano passado seleccionámos 30 jovens de 15 escolas. Eles foram formados em matérias de prevenção ao consumo abusivo de drogas e álcool. Depois tiveram de trabalhar nos estabelecimentos de ensino de que eram provenientes. Auferiam um subsídio mensal de 3.000,00 meticais financiados pela Organização Mundial Contra Drogas e Crime (NODIC)

É importante frisar que todas as nossas actividades têm o jovem como alvo.

@V - Qual é a situação do jovem em Moçambique?

JF - É delicado falar do jovem em Moçambique e da sua situação. Por mais que tenha uma formação superior, acaba por não ter emprego. Não há uma abertura política. Há que resolver os problemas desta camada.

Apesar de haver um slogan que diz que eles são a “Geração da Viragem”, os seus valores estão comprometidos. Isso deve-se, em parte, à influência dos meios de comunicação social, que transmitem hábitos e comportamentos não correctos. Há também influências nas comunidades. Para mim, não faz sentido que tenhamos barracas situadas ao lado de uma escola.

Por outro lado temos a criminalidade, que está associada à pobreza e à falta de ideais. Os jovens não racionalizam o seu tempo livre. Reconheço que os jovens de hoje são empenhados, principalmente a rapariga. Mas a sua situação é delicada. Há muito que se fazer para melhorá-la.

@V - Como inverter esse cenário?

JF - Não basta elaborar políticas. Há normas que são instituídas num gabinete e que podem não corresponder às expectativas dos jovens. Devemos enquadrar o jovem em várias vertentes. Diz-se que esta camada é a “seiva da nação”. Embora isso seja questionável, será que ele está a ser ouvido? Tem as suas preocupações atendidas?

A nível político, o jovem tem facilidades? Sei que existem facilidades, mas será que são para todos? Foi criado o Pro-Jovem, mas será que são todos os jovens que dele beneficiam? Não serão os que vestem umas camisetas com cores e símbolos partidários?

continua Pag. 12 ➔

Democracia

Polícia deve acompanhar a evolução da consciência de cidadania

A Polícia da República de Moçambique deve acompanhar a evolução da consciência de cidadania e da reivindicação do exercício dos direitos fundamentais. Quem assim o diz é a presidente da Liga dos Direitos Humanos de Moçambique, Alice Mabota, que falava no acto de abertura da 1ª Conferência Nacional sobre o Papel da Polícia num Estado Democrático e de Direito em Moçambique, que decorreu na semana passada em Maputo.

Texto: Redacção • Foto: Miguel Mangueze

Segundo Alice Mabota, em Moçambique, à semelhança do que acontece noutros países do mundo, a Polícia é o órgão que menos dialoga e ao qual tem sido atribuída grande responsabilidade na problemática da violação dos direitos humanos.

“A Polícia, na sua missão de garantir a ordem e tranquilidade públicas deve estar atenta a esta evolução de modo a não permitir que seja usada para

compensar a fraqueza da implementação das nossas políticas públicas no âmbito dos inúmeros desafios sociais, económicos e políticos que o país enfrenta de modo que da sua actuação não resultem limitações ilegais aos direitos fundamentais”, recomenda.

Entretanto, para que este cenário mude, Mabota diz que “há uma necessidade de mudar a forma de actuação da nossa Polícia e as percepções que a sociedade tem sobre ela”, e acrescenta que “a Polícia em Moçambique enfrenta uma realidade em que a sua imagem se encontra profundamente desgastada por diversos motivos. Muitas vezes ela é associada a graves violações dos direitos humanos. Vários relatórios nacionais e internacionais já colocaram a nossa Polícia como uma das que mais violam os direitos humanos”. Na opinião da presidente da Liga dos Direitos Humanos, esta situação deve-se à falta de incentivos aos agentes, daí que sugere a melhoria das condições de trabalho, para além do estabelecimento de um salário justo e compatível com a sua função. “As condições da Polícia são miseráveis. Os agentes são tratados como se de seres humanos não se tratasse. Recebem mal e não têm condições de trabalho”.

A FIR e a PIC são os principais violadores

Porém, Alice Mabota diz que a questão da violação dos direitos não pode ser imputada a todas as especialidades da Polícia, e justifica: “Quando falamos da má actu-

ação da Polícia, não nos referimos à de Protecção, apesar de esta também não actuar como deve ser. Os principais violadores dos direitos dos cidadãos são a Força de Intervenção Rápida e a Polícia de Investigação Criminal. Esta última, quando quer obter uma confissão durante as investigações, tortura ou extorpe os indivíduos. Em relação à FIR, é o que vemos no nosso dia-a-dia. A actuação destas especialidades é péssima”, acusa.

“Corrupção é uma questão de personalidade e não consequência de baixos salários”, Eduardo Mussanhane

Por seu turno, contrariamente a Alice Mabota, que afirma que a corrupção no seio da Polícia se deve aos baixos salários que a mesma aufer, o Comissário da Polícia, Eduardo Mussanhane, que falava em representação do Ministério do Interior, considera que não se pode invocar este dado para justificar o comportamento de alguns agentes. Para si, “a corrupção é uma questão de personalidade e atitude, e não tem nada a ver com o baixo salário”.

Porém, Mussanhane reconhece que o salário da Polícia deve ser revisto e que esta é uma questão que já vem sendo discutida, mas cuja solução não depende só do Ministério do Interior. “Já colocámos esta questão e a resposta foi que se aumentarmos o salário da Polícia os enfermeiros e outras classes profissionais também vão reclamar”.

Ainda na conferência, foi duramente criticado o uso de armas tidas como de guerra por parte dos agentes da polícia, que diariamente circulam por todo o lado durante as acções de patrulha. De acordo com Graça Samo, directora executiva do Fórum Mulher, “esta situação provoca uma sensação de medo e dá-nos a ideia de estarmos em guerra. É constrangedor cruzar-se com um agente portando uma arma daquelas nas costas”. Em resposta, o representante do Ministério do Interior reconheceu o problema e disse estar em curso um processo com vista a mudar este cenário. “Os instrumentos de trabalho da Polícia são inadequados. As armas que os agentes portam são de uso colectivo e não individual”.

Urge definir a missão da PRM

Durante a sua intervenção, subordinada ao tema “Desafios da Polícia na Promoção do Estado Democrático e de Direito”, Mussanhane apontou como principal desafio da Polícia da República de Moçambique a prossecução das reformas legais iniciadas visando superar o paradigma de uma Polícia criada num sistema de partido único. Para tal, urge definir a missão da PRM, definir com clareza e objectividade o conteúdo de trabalho concreto das várias classes e categorias profissionais e os mecanismos de responsabilização individual dos agentes pelos actos que praticam durante o trabalho. Não menos importante, a PRM deve ter um efectivo suficiente para “garantir a visibilidade social, sem sobrecarga de trabalho para os agentes actualmente em serviço, cujas escalas são sub-humanas, nomeadamente de 24 horas de serviço”.

Também é necessário desenvolver critérios transparentes de ingresso nos quadros da Polícia que tenham em vista a promoção de atitudes dignas de um Estado Democrático e de Direito, pois, na sua opinião, o actual modelo de selecção de candidatos a membros da PRM está a falhar.

“Reconheço que a PRM, tal como outras instituições do Estado, é uma fonte de emprego. Mas este emprego é especial! Talvez devíamos pensar em mecanismos em que o período probatório não fosse depois da formação, mas sim antes desta. Ou seja, há uma selecção feita, onde os novos agentes colaboram com as autoridades, enquanto são monitorados os seus comportamentos e atitudes, e daí chegar-se-á à conclusão de que vão ou não para a formação”, sugere.

Erros dos tribunais resultam de falhas da Polícia

Não raras vezes, os tribunais têm absolvido e restituído à liberdade indivíduos indiciados da prática de crimes alegadamente devido à insuficiência de provas ou de má instrução dos processos. Esta situação, segundo Afonso António Antunes, resulta das falhas do aparelho policial de investigação pois o mesmo é constituído por agentes desmotivados e insuficientemente preparados, para além de não dispor de instrumentos adequados, trabalhar com métodos ultrapassados, e, sobretudo, por não ter independência para o desempenho das suas actividades de investigação, tal como acontece com a Polícia de Investigação Criminal (PIC), que se debate com uma “falta de viaturas e equipamento laboratorial”.

“Cada vez mais casos dos chamados erros judiciais surgem. Inocentes são detidos por crimes que não cometeram, ou em situações em que o facto nem mesmo crime é. Mais delinquentes são colocados em liberdade, quando mereciam ser detidos e condenados. As prisões estão cheias de pequenos delinquentes, jovens carenciados, enquanto criminosos habituais não são detidos, andam à solta, beneficiando de uma legislação inadequada, e do poder económico e social”, diz. Este problema, para o orador, não é actual, e para a sua solução urge tomar medidas políticas, e não administrativas ou técnicas, como se pode pensar.

Ideias Iluminadas Merecem sério investimento

REAJA AGORA COM REACT MOÇAMBIQUE!

Você precisa de investimento para estimular o seu negócio?

Seu negócio pode:

- Aumentar a produtividade rural e reduzir a vulnerabilidade às mudanças climáticas dos pequenos agricultores?
- Aumentar resiliência e valores dentro das cadeias de valor da pecuária inclusive em comunidades pastoralistas e situadas em terras áridas?
- Gerir ecossistemas frágeis a fim de conservá-los e gerar renda (e.g. turismo ou pesca sustentável)?
- Proporcionar acesso aos mercados para produtos artesanais e serviços que provém de regiões áridas ou semi-áridas e outras regiões ecologicamente vulneráveis?
- Transformar a gestão de recursos hídricos, especialmente em regiões áridas (e.g. irrigação, sistemas de colheita de água)?

Então reaja agora com REACT MOÇAMBIQUE!

Saiba mais ou inscreva-se para concorrer:

www.aecfafrica.org/react/

Inscrições encerram-se no dia 31 de Maio 2013



The Fund Manager of the AECF is KPMG Development Services Limited



Democracia

O ProJovem serve a elite, a pessoas que nem precisam daquele dinheiro. Nós, a Organização Desafio Jovem de Moçambique, por estarmos a trabalhar com jovens, sentimos que eles estão empenhados, têm vontade de trabalhar, de fazer algo, mas não têm oportunidades.

@V – E em relação à droga, que é um inimigo a combater por parte da organização?

JF – A droga é um problema muito sério no nosso país. Nós passamos de um corredor para um país produtor de drogas. Por exemplo, na Vila Algarve, vivem jovens vulneráveis, mas também há consumidores de drogas. Eles podem ser uma réplica dos bairros Militar, Maxaquene, Mafalala, entre outros.

@V – Quais são as drogas mais consumidas em Moçambique?

JF – A Cannabis Sativa, vulgo soruma, o mandrax e a cocaína. Temos cerca de 2000 jovens que por semana passam pelas “bocas de fumo”, que são os pontos de venda e consumo de drogas. O mais preocupante é que 70 por cento deles são seropositivos. Isso deve-se à partilha de seringas, e à prática de relações sexuais desprotegidas sob o efeito de drogas. Esse é conside-

rado um grupo de alto risco.

@V – E o que é que o Estado está a fazer para inverter essa situação?

JF – O Estado criou o Gabinete Central de Combate à Droga, que trabalha na componente política e do crime, para além de coordenar as organizações da sociedade civil que lidam com o problema. Por outro lado, o grupo de usuários de drogas não era considerado de alto risco, mas sim criminoso.

Para nós isso não é correcto. O usuário da droga é uma vítima, é um dependente. Criminoso é quem vende. As autoridades e a sociedade podem não estar a ver, mas o consumo de drogas tem consequências graves nas famílias. O usuário leva bens para vender, espanca o parceiro ou os progenitores, entre outras situações pouco abonatórias.

@V – Mas o papel do Estado faz-se sentir?

JF – Não, não se faz sentir. Pouco tem feito em relação ao consumo e à venda de drogas. Por exemplo, quais são os benefícios que o Estado concede às organizações que trabalham nesta área para que sejam um parcei-

ro válido nesta luta? Há financiamento para as outras áreas, menos para esta.

E nós estamos a ignorar as consequências disso. Temos casos de raptos, violações, casas abandonadas que são ocupadas por jovens drogados, dependentes do álcool. Isso deve constituir motivo de preocupação por parte das nossas autoridades.

@V – Consta que os usuários de drogas, quando têm de ser submetidos à desintoxicação, são internados no Hospital Psiquiátrico de Infulene...

JF – Sim, é o que acontece, mas isso não é correcto. Por mais que o usuário queira submeter-se a um tratamento, ele sente-se desmotivado só de saber que será internado no Hospital Psiquiátrico de Infulene. Ele não é um doente mental. A sua doença tem uma natureza diferente.

O Estado devia trabalhar e incentivar as organizações que já têm centros enquanto cria os seus. O Hospital Psiquiátrico de Infulene não oferece condições e nem devia atender ou acolher o usuário de drogas. Isso inibe o indivíduo.

A Sociedade Civil eleita para a Comissão Nacional de Eleições

A Assembleia da República elegeu nesta quarta-feira os três membros da sociedade civil que vão integrar a Comissão Nacional de Eleições. Trata-se de Abdul Carimo, proposto pelo Centro de Estudos de Democracia e Desenvolvimento, Rabia Valgy, da Associação Luta Contra a Pobreza, e Paulo Cuinica, do Observatório Eleitoral.

Texto: Redacção • Foto: Miguel Manguze

Entretanto, a votação contou apenas com os deputados das bancadas da Frelimo e do Movimento Democrático de Moçambique. A da Renamo, o maior partido da oposição, optou por abandonar a sala, demonstrando firmeza na sua posição de não participar em nenhum processo de preparação das eleições até que sejam sanadas as divergências por ela apresentadas sobre a Lei Eleitoral aprovada no ano passado.

No que ao escrutínio diz respeito, Abdul Carimo obteve 159 votos, correspondentes a 91 por cento, Rabia Valgy 157, equivalentes a 91 por cento, enquanto que Paulo Cuinica teve 155, ou seja, 89 por cento. Foram ainda eleitos como suplentes Delfim Júnior (com 88 por cento dos votos), Jeremias Timana (88 por cento) e Júlio Cunela (83 por cento)

Representantes da sociedade civil na CNE vão apostar no diálogo

Os três novos integrantes eleitos para a Comissão Nacional de Eleições (CNE), em representação da sociedade civil, afirmam que irão apostar no diálogo como forma de encontrar consenso nos assuntos que, eventualmente, possam criar algum impasse.

Na ocasião, Abdul Carimo, que ficou na primeira posição na eleição, disse ao @Verdade que o maior desafio da CNE, neste momento, é estabelecer um mecanismo de maior comunicação dentro do órgão, de modo a alcançar maior transparência. “Es-



pero corresponder aos anseios da sociedade moçambicana no que respeita ao funcionamento da CNE”.

Para Abdul Carimo, a actual CNE é um órgão que está a funcionar dentro das competências legais. Entretanto, é fundamental que se melhore, para além da comunicação, o relacionamento com os diferentes intervenientes dentro do processo de eleições, sobretudo, a interacção com os partidos políticos que são os principais actores nesse processo.

Sobre a sua “fórmula mágica” para ultrapassar os possíveis impasses dentro da órgão, o actual director executivo do Observatório Eleitoral afirmou que o espírito de equipa é que deve nortear os destinos da CNE.

Órgãos de apoio devem ter condições condignas

Por seu turno, Rabia Valgy, a única mulher que pela sociedade civil vai integrar a CNE, diz que para um melhor desempenho desse órgão devem ser melhoradas as condições de trabalho, sobretudo no diz respeito à habitação para os órgãos de apoio.

É que, segundo disse, durante o processo eleitoral, os membros dos órgãos de apoio, nomeadamente as comissões provinciais e distritais são sempre alojados em casas arrendadas e em condições não adequadas. “É preciso criar melhores condições para os órgãos eleitorais e que tais órgãos tenham estabilidade”.

Rabia Valgy defende ainda que a única forma de ultrapassar a divergência de ideias naquele órgão é através do diálogo. Ela disse contar com a sua experiência, adquirida durante o presente o mandato, para dar um contributo positivo ao órgão, uma posição também defendida por Paulo Cuinica, que também estará a renovar o mandato.

Segundo Paulo Cuinica, os desafios da CNE, neste momento, resumem-se a três aspectos, nomeadamente a verificação das candidaturas, a abertura para o diálogo, a aproximação dos eleitores e, por último, a educação cívica. “As pessoas precisam de se recensear e votar sabendo porque o fazem”.

Para o entrevistado, o processo que culminou com a sua eleição e a dos seus colegas foi o de muita credibilidade. “A CNE sai fortalecida e vai levar a cabo as suas funções com confiança”.

Breve perfil

Abdul Carimo



Abdul Carimo nasceu no bairro de Xipamanine em 1970, arredores da cidade de Maputo, e é pai de seis filhos. Foi neste subúrbio da capital que passou a sua infância e onde fez o seu ensino primário e secundário.

Depois da conclusão do nível médio, Carimo foi estudar o Alcorão na mesquita daquele mesmo bairro, formação que depois foi concluir na Zâmbia. Após essa fase rumou para a Universidade Islâmica de Medina, na Arábia Saudita, onde fez o ensino superior. Neste momento está a concluir os estudos superiores em Governação e Administração Pública, na maior Universidade Pública do País, a Eduardo Mondlane.

É membro fundador e actual director executivo do Observatório Eleitoral de Moçambique (OB), órgão que submeteu 16 candidatos a membros da CNE na Assembleia da República (AR). É ainda membro do Observatório Eleitoral da União Africana.

Paulo Cuinica



Paulo Cuinica, de 47 anos de idade, nasceu no distrito de Guijá na província de Gaza. Nesse distrito estudou até o ensino primário numa escola que distava dois quilómetros da sua aldeia residencial, tendo concluído o ensino secundário na província de Maputo.

Jurista formado pela Universidade Técnica de Moçambique, Cuinica concluiu a licenciatura em Ciências Jurídicas pelo Instituto Superior de Ciência e Tecnologia de Moçambique (ISCTEM), em 2007.

Está ligado ao processo eleitoral desde 1994, durante as primeiras eleições gerais do país, quando participou como observador, actividade que já teve a oportunidade de exercer em vários países de África. É membro da actual Comissão Nacional de Eleições desde 2007.

Recentemente, participou como observador do Referendo do Zimbábwe sobre a nova Constituição.

Rabia Valigy



Rabia Valgy, nasceu do distrito de Xai-Xai, na província de Gaza. Foi membro fundador da Associação das Secretárias de Moçambique, criada em 1994. “Na altura havia poucas secretárias com nível superior”, conta. Mas, graças à sua influência, o Instituto Superior Politécnico e Universitário (ISPU) introduziu este curso.

Em 2000 fundou a Associação de Luta Contra a Pobreza, através da qual concorreu e foi eleita para a Comissão Nacional de Eleições onde é vogal desde 2007.

É casada e mãe de duas filhas e avó de duas netas.

Democracia

Estatísticas e “crimes menores” no informe do Procurador-Geral da República

O Procurador-Geral da República, Augusto Paulino, apresentou na semana passada à Assembleia da República, o Informe Anual sobre o Estado da Justiça em Moçambique. No seu relatório, referente ao ano de 2012, o responsável pela garantia da legalidade deixou evidente que o combate ao crime exige mais do que está a ser feito até ao momento pelas entidades competentes.

Texto: Redacção • Foto: Miguel Manguze

Augusto Paulino optou por trazer um informe descritivo, detalhando os vários casos e tipos de crime, esquivando-se, no entanto, dos casos “quentes.” Sobre o caso de exploração e contrabando da madeira, por exemplo, o PRG disse simplesmente que “a questão está a ser tratada a nível administrativo” do órgão que tutela a área, daí que o Ministério Público não é chamado a intervir no assunto.

Ainda sobre a mesma matéria, o PGR referiu que, em caso de infracção, as penas previstas na lei determinam a aplicação de multas que variam de um a 100 milhões de meticais, dependendo da gravidade de cada situação.

Raptos: 21 acusados em prisão preventiva e mais de 10 milhões de dólares envolvidos

Na apresentação do informe, o Procurador-Geral da República fez saber que, por estarem envolvidos em crimes de rapto com exigência de valores de resgate, estão, neste momento, em prisão preventiva, 21 arguidos. Destes casos, 11 já têm a acusação deduzida e três continuam em instrução preparatória.

No entanto, como forma de fazer face a este tipo de crime, segundo apontou, foi reforçada a capacidade técnica de locomoção e de comunicação da Polícia de Investigação Criminal (PIC). A medida abrangeu também os magistrados no sentido de se ocuparem dos processos relativos a esta modalidade de delito, que tende a ganhar contornos alarmantes.

Na altura, Paulino apontou alguns casos de rapto ocorridos no ano passado, tendo referido que nuns os raptos chegaram a exigir oito milhões de dólares para o resgate das vítimas, havendo o registo de um em que os malfeitores solicitaram o pagamento de dois milhões de dólares. No total, os criminosos podem ter amealhado 10 milhões de dólares.

Aliás, associada a casos de raptos está a transacção de elevadas quantias de dinheiro em numerário ou com recurso a transferências bancárias para contas sediadas no estrangeiro, destinadas ao pagamento de resgates, reconheceu o Procurador.

Em relação ao tráfico de pessoas, Paulino disse ao Parlamento que durante o período em análise foram registados 30 processos, contra 24 do ano passado. Deste número, 15 foram acusados e seis julgados.

Relativamente à venda e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, foram tramitados no ano passado 537 processos contra 412 de 2012. Foram ainda acusados 433 e julgados 241 processos, tendo sido os réus condenados a penas que variam de dois meses a dois anos de prisão.

O Procurador-Geral da República apontou ainda que, em relação aos linchamentos, foram registados 14 casos, menos seis se comparados com os dados de 2011. Entretanto, apesar desta diminuição, Augusto Paulino reconhece que o número continua preocupante.

GCCC e desvio de fundos

No capítulo de desvio de fundos, Paulino disse que estas



práticas se manifestam principalmente através da duplicação de salários, de subsídios, de pagamento de salários acima do devido ou a funcionários inexistentes, processamento de ajudas de custo e subsídios a favor de funcionários sem direito.

O Gabinete Central de Combate à Corrupção (GCCC) e as procuradorias provinciais tramitaram, durante o período em análise, 698 processos, contra 677 em igual período do ano anterior. Foram acusados 256 contra 214, tendo sido julgados 88, menos oito que no intervalo de tempo homólogo do ano passado, e presos 190 cidadãos

“Estas situações têm-se traduzido em enormes prejuízos para o Estado que, muitas vezes, tem que mobilizar recursos adicionais para a reposição do que foi desviado para permitir a concretização dos objectivos planificados”, disse.

Segundo apontou, o Estado foi lesado em 62.930.984,07 meticais. Desta quantia foram recuperados apenas 17.465.425,00 e duas motorizadas.

Entretanto, como forma de combater estas práticas, segundo o PGR, foi reforçado o controlo e expandida a rede do Sistema de Administração Financeira do Estado (e-Sistafe) e, ainda, reforçadas as auditorias internas e externas nas instituições do Estado

Ainda na senda de práticas de corrupção, foram registados 14 casos de violação das normas do Regulamento de Contratação de Empreitada de Obras Públicas, Fornecimento de Bens e Prestação de Serviços ao Estado, por alguns gestores de instituições públicas, que resultaram na instauração de sete processos-crime. Em relação aos restantes, não tendo sido determinada matéria criminal, os envolvidos terão de compensar o Estado financeiramente.

Para a prevenção destes casos, os órgãos de administração da Justiça realizaram palestras em matérias que versam sobre os assuntos em causa, abrangendo 1.704 funcionários e agentes do Estado ao nível central, provincial e distrital.

Sete processos no caso INSS

Na ocasião, o responsável pela garantia da legalidade no país disse que sobre o caso de desvio de fundos do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) estão, neste momento, abertos sete processos por entidades competentes e “o Ministério Público está atento aos casos”. Destes, seis encontram-se na Procuradoria-Geral da Cidade de Maputo e um a ser tramitado no Gabinete Central de Combate à Corrupção, que tem, igualmente, o registo de casos de branqueamento de capitais.

“A questão do INSS foi reiteradamente colocada pelos deputados. Sobre os desvios de fundos, que incluem o desaparecimento de um milhão de dólares, cumpre-me informar que já foram instaurados sete processos que correm os seus trâmites, seis pela Procuradoria-Geral da Cidade de Maputo e um pelo Gabinete Central de Combate à Corrupção. Estamos a averiguar para ver que conexões existem entre os casos para remeter ao juízo”, revelou o PGR, depois de muita insistência por parte dos deputados.

Caso Muxúguè: 13 acusados em prisão preventiva

A respeito dos incidentes de Muxúguè, Augusto Paulino informou que estão em curso dois processos, um contra 13 arguidos em prisão preventiva e outro contra quatro, um dos quais há pouco tempo esteve hospitalizado.

Ainda sobre este caso, Paulino frisou que a Procuradoria é defensora de uma “profunda contenção verbal dos actores políticos no que tange ao incitamento à violência”, não obstante “o diálogo político em curso e das medidas de natureza policial e de procedimento criminal”.

Ressalvou que não podia ficar indiferente perante este caso, pois membros da Polícia da República de Moçambique (PRM) e cidadãos indefesos perderam a vida, em resultado de uma violência injustificável.

“A polícia é acessível a todos”

O PGR abordou levemente o assunto relacionado com o direito à manifestação, cujo exercício, não poucas vezes, tem sido alvo de impedimento por parte dos agentes de segurança pública. Em resposta, Augusto Paulino optou por ignorar as obstruções à manifestação reportadas pelos meios de comunicação e afirmou que “a Polícia é acessível a todos” e, portanto, nada impede que qualquer cidadão, querendo gozar do seu direito, peça protecção a ela.

Relativamente ao índice de criminalidade, o Procurador-Geral da República fez saber que no ano passado foram registados 39.861 processos contra 41.228 do ano anterior, uma redução de 1.367 casos, ou seja, de apenas 3.3 por cento. Dos 39.861, 18.543 são crimes sumários, 12.523 de natureza correcional e 8.795 de querela.

Entretanto, esta redução não tranquiliza o PRG pois, segundo apontou, “o impacto dos crimes praticados com recurso a arma do fogo e armas brancas inquieta os cidadãos”.

“O maior volume processual registou-se na cidade de Maputo com 8.364 processos, província de Maputo, com 7.814 e a província de Nampula, com 5.112, correspondendo a 21%, 19,6% e 12,8%, respectivamente, o que totaliza 53,4% dos processos registados em todo o país”, indica o PGR.

Segundo o documento, as províncias de Zambézia e Niassa são as que registaram um menor índice com 1.435 e 1.397 processos, respectivamente.

No que respeita a crimes contra a propriedade, foram registados durante o período em análise 24.741, seguidos de delitos contra pessoas, 9.508, e 3.390 contra a honestidade.

O informe ignora questões de intolerância política

Em resposta à insistente pergunta da Bancada Parlamentar do Movimento Democrático de Moçambique sobre a vandalização de sedes de partidos políticos, destruição de bandeiras ou outras formas de inviabilização da actividade política, o Procurador-Geral disse que na instituição por ele dirigida não há registo de processos ligados a tal assunto.

Paulino asseverou ainda, em sede do Parlamento, que no seu informe não há espaço para assuntos de “intolerância política”, tendo frisado que o relatório por si apresentado “não está para tratar de questões de intolerância política”.

Entretanto, durante a sessão do Parlamento, reservada às perguntas de insistência ao Procurador, o deputado do Movimento Democrático de Moçambique (MDM), José Manuel de Sousa prometeu que, tal como fizera com o Primeiro-Ministro, iria apresentar as provas inerentes aos casos ora denunciados.

Macia

Os desafios são maiores do que as obras...

Quando o Governo criou mais 10 autarquias em 2008, a Vila da Macia foi contemplada, mas estava longe de ter as características de um município. Aninhada nas 'margens' da EN1, Macia encontra no comércio informal a sua principal actividade. Volvidos quatro anos –, na qualidade de autarquia – o lixo ainda disputa os passeios com os vendedores informais e o acesso à água canalizada, no domicílio, só cobre 2.7 por cento dos 41 mil habitantes. No que diz respeito à corrente eléctrica, os números são mais animadores: 38.2 por cento da população têm luz em casa...

Texto & Foto: Rui Lamarques

A movimentação de vendedores informais à entrada, saída e no coração do Município Vila da Macia é um retrato preciso sobre a ocupação da população activa local. São centenas de munícipes provenientes dos 18 bairros com o firme propósito de fazer dinheiro numa circunscrição que continua associada à miséria. As bombas de combustível, os supermercados e as lojas de venda de roupa ocupam uma margem da mão-de-obra, mais isso é apenas uma parte insignificante do total da população activa que Macia oferece. Ou seja, por cada 100 crianças ou idosos, existem 112 pessoas em idade activa.

Para se antecipar à falta de emprego, João Cicuque, de 23 anos de idade, optou por vender castanha de caju na EN1. “É arriscado, mas é o lugar mais fácil de conseguir algum dinheiro”, diz. Num município sem grandes alternativas de sobrevivência, a edilidade não consegue disciplinar a actividade informal, mas justifica a vista grossa que faz alegando que “a municipalização é um processo que leva tempo”.

A ideia de construir um mercado para melhorar a imagem da Vila não encontra acolhimento em vendedores como Cicuque. “Não são os residentes da Vila que compram os nossos produtos, mas sim os cidadãos que transitam pela EN1 com vários destinos. Não faz, portanto, sentido ficar num sítio fechado”. A tese do nosso interlocutor é secundada por Júlia, de 19 anos de idade, que se dedica à venda de papaias e é repetida pelo grosso dos vendedores informais que se espalham pelas duas margens da EN1 na Macia.

Efectivamente, existem em funcionamento 156 barracas, 205 bancas, 33 estabelecimentos comerciais, dos quais funcionam apenas 26, duas agências funerárias privadas, uma clínica, sete restaurantes, uma fábrica de descasque de castanha de caju, 20 carpintarias de pequeno porte, uma olaria, duas padarias e 17 oficinas de pequeno porte. Estas actividades asseguram 2789 postos de trabalho. O Estado emprega apenas 719 munícipes. O total de pessoas assalariadas é de 3200 cidadãos. O sector privado ocupa praticamente o dobro da actual capacidade do Estado na Macia: 1344 funcionários.

Na verdade, 14889 cidadãos estão em idade laboral. Portanto, excluindo os que procuram emprego pela primeira vez, a população economicamente activa é de 9383 pessoas o que, de acordo com dados municipais, reflecte uma taxa implícita de desemprego e subemprego estimada em 46.4 por cento.

O grosso da população que não encontra ocupação for-



mal é absorvida pela actividade agrícola. A Vila possui cerca de 300 hectares de terra arável. Grande parte dos bens que são comercializados na EN1, com excepção da castanha de caju, sai desse espaço. A papaia, a banana, as laranjas, a batata doce e o ananás são os produtos que podem ser adquiridos em qualquer ponto da Vila.

apesar do esforço dos funcionários da edilidade, é complicado limpar uma Vila cujo ADN dos residentes convive pacificamente com a sujeira.

O edifício do Município

O edifício do Município, com paredes decrépitas, será substituído por outro construído de raiz. Actualmente, as receitas próprias da edilidade são insuficientes para encorajar o investimento em sectores críticos da Vila. Os impostos provenientes da fiscalização não representam sequer dois por cento daquilo que a Macia amealha em cada ano. Só para dar um exemplo, em 2009 as receitas da Vila foram de 8.604.832,92 meticais. O fundo de compensação autárquica contribuiu com 48,30 por cento desse valor. Ou seja, 4.153.040,00 meticais. Por



sua vez, o fundo de investimento de iniciativa local significou 38 por cento do bolo. A cobrança pelo exercício económico ofereceu aos cofres do Município a irrisória quantia de 111 mil meticais, apenas 1.3 por cento.

Em 2010, 2011 e 2012 a situação prevaleceu. O património da edilidade esclarece de forma eloquente o drama de uma autarquia que tem de se virar com o que não possui e nem sabe onde ir buscar receitas. Um documento com o registo dos bens da Macia, a que o @Verdade teve acesso, é estarrecedor. No rol dos bens da autarquia constam 152 cadeiras plásticas, oito cacifos, 12 secretárias simples e respectivas cadeiras, uma máquina fotocopadora industrial, dois laptops, cinco computadores de mesa, e igual número de impressoras.

Contudo, os meios de maior valor são móveis e têm como missão recolher os resíduos sólidos. Macia adquiriu dois tractores e os respectivos atrelados, mas,

Tipo de habitação

Diferentemente das grandes superfícies urbanas, 95 por cento da população de Macia tem casa própria. A percentagem de pessoas que alugam o espaço onde moram é praticamente insignificante e partilha uma característica: não é população nativa. Ou seja, os funcionários afectos ao Aparelho de Estado provenientes de outros pontos do país é que dão corpo aos três por cento de residências alugadas.

No entanto, ter casa própria não significa habitação de qualidade. 59.6 por cento das casas de Macia têm paredes de caniço ou paus. 0.4 por cento dos edifícios apresenta tecto de laje ou betão. 84 por cento contam com cobertura de chapa de zinco. No que diz respeito ao piso, a situação é bem melhor. 77.2 por cento dos lares dispõem de um piso feito com material durável.

Rute Manuel, de 43 anos de idade, vive numa palhota com chão de terra. É apenas um número e representa os 14 por cento de cidadãos cujo piso da sua residência é caracterizado por “chão sem nada”. Mas não é a única. O seu negócio é a venda de carvão.

“Eu poderia fazer um chão de adobe, mas não tenho muito tempo. Tenho de produzir carvão e os meus filhos têm de es-

ACONTECEU

A verdade em cada palavra.

Seja um Cidadão e Reporte a Verdade

SMS: 90440 WhatsApp: 84 399 8634

@Verdade
O Jornal mais lido em Moçambique.

Macia

tudar”, justifica. Contudo, as casas com pavimento de adobe não são muitas. Só sete por cento é que dispõe daquele tipo de piso térreo. A grosso é abarcado pelo chão de cimento que significa 75 por cento. O de madeira conta com apenas um por cento nas estatísticas da Vila de Macia.

Saneamento

Cuidar do saneamento do meio para preservar o meio ambiente é um dos maiores desafios de Macia nos próximos tempos. Para se ter uma ideia, 60 por cento da população não têm acesso a uma latrina melhorada. 7.2 nem sequer possuem uma



latrina e só 3.6 por cento dos munícipes, no coração da Vila, é que dispõem de uma retrete com fossa. Com a abertura e reabilitação de furos de água, a imagem de pessoas com bidões na cabeça, que atravessou gerações de residentes da Macia, deixou de ser uma realidade. Embora só 2.9 da população tenham água no domicílio, o número de pessoas com acesso ao precioso líquido cresceu nos últimos anos.

Os munícipes que residem nas localidades mais distantes da zona urbana são os que mais sofrem com as dificuldades de captar água de qualida-



de para consumo. Actualmente, 32.7 por cento dos cidadãos encontram água canalizada fora de casa. 22.5 recorrem aos fontenários. 12.7 dispõe de poço com bomba ou socorrem-se de furos. Os poços sem bomba servem 28.9 por cento dos cidadãos.

Quando Macia se tornou município existiam 30 pequenos sistemas de distribuição de água. Os dados indicam que foram ligadas à rede 2857 casas

contra as anteriores 1136. A edilidade orgulha-se de ter duplicado o número de residentes com acesso ao precioso líquido, embora reconheça estar muito longe do que seria ideal.

Energia

Mais de metade da população não tem acesso à corrente eléctrica. A situação é mais grave nos bairros mais distantes do centro da Vila onde a percentagem de casas sem iluminação chega aos 98 por cento nos casos mais graves. Os números indicam que apenas 38.2 por cento da população é que se pode dar ao luxo de acender uma lâmpada dentro de casa. 18.9, na sua maior parte concentrados na cintura da Vila, usam vela. 40.5 por cento recorrem ao petróleo, à parafina ou à querosene. Nos primeiros dois anos de mandato foram beneficiados 508 consumidores com ligação à rede da Electricidade de Moçambique.

Saúde

Macia debate-se com um problema grave de acesso aos cuidados básicos de saúde. Existe apenas um centro de saúde para uma população estimada em 41 mil habitantes. Um profissional técnico de saúde tem, como média, a seu cargo, 419 residentes.

Diante do baixo número de médicos no Centro de Saúde da Macia, pessoas como Suzana Fumo, de 32 anos de idade, percorrem longas distâncias para se submeterem a um simples teste de malária. A vendedora informal chegou ao centro de saúde por volta das 5 horas da manhã do último dia 9 de Maio, depois de uma viagem de “chapa” de uma hora e meia. “O transporte pára demais, mas onde vivo não há hospital”, contou. Com do-



res de cabeça e suspeita de infecção urinária, Suzana aguardou três horas para ser atendida.

O responsável daquela unidade hospitalar não quis prestar declarações ao @Verdade. No entanto, informações em nosso poder dão conta de que a taxa de ocupação de camas é de cerca de 51%. O número de partos tem vindo a crescer ao longo dos anos. Em 2009 foram 1680. No ano seguinte tiveram lugar 1707 e em 2011 tiveram lugar 1889.



Município de Macia em números

Vereações 4

Consumidores de energia 3825

Agentes económicos 1151

Transportadores licenciados 36

Escolas secundárias 2

Funcionários do município 130

Fontes de abastecimento de água 15

Fontes de abastecimento de água criadas pelo município 10

Vias de acesso terraplanadas 11.900 metros

Vias de acesso construídas 700 metros

Habitantes 41000

Escolas 15

Salas de aulas construídas 6

População vulnerável e em estado de insegurança alimentar 13 por cento



Tuberculose, Doenças de Transmissão Sexual e SIDA são as doenças mais frequentes. Macia arca com este fardo por ser um corredor e uma boa parte das raparigas que não encontram formas de sobrevivência convencionais vende o corpo aos camionistas que optam por pernoitar naquela Vila.

Educação

Os números indicam que cerca de 80 por cento dos residentes de Macia frequentam ou frequentaram a escola. No ensino primário do primeiro grau há o registo de 8755 alunos. No segundo grau do mesmo nível de ensino estão matriculados 4215 alunos. No ensino secundário geral do primeiro ciclo, Macia tem 2090 estudantes. No segundo ciclo estão contabilizados 1960.



“Estamos muito bem”

A bandeira de Reginaldo Paulino Mariquela, presidente do Conselho Municipal da Vila da Macia, é o cumprimento de 87 por cento do seu manifesto eleitoral. Quanto ao lixo, o primeiro edil da história daquela Vila diz que se está no bom caminho, embora reconheça que a resposta pode não ser totalmente eficaz. Aponta, por isso, o dedo ao munícipe que não sabe distinguir entre resíduos sólidos de produção doméstica e aqueles que são, refere, gerados pela acção voluntária dos cidadãos. Macia já teve água durante 24 horas, mas as cheias acabaram com essa bênção. Nem todos os bairros têm corrente eléctrica. Contudo, há mais casas que se podem dar ao luxo de beneficiar de luz proveniente duma lâmpada.

Texto & Foto: Rui Lamarques

(@Verdade) – É frequente ouvir falar de uma gestão que cumpriu mais de 90 por cento do manifesto eleitoral nos municípios liderados pela Frelimo. Qual é o balanço que faz do seu mandato?

(Reginaldo Paulino Mariquela) – A nossa Vila entra para o processo de municipalização em 2009. Esse processo encontrou a Vila da Macia numa situação caótica e foi difícil introduzir o conceito de município neste espaço. Contudo, importa dizer que estou satisfeito com o nosso trabalho. Um das tarefas iniciais foi instalar o Município Vila da Macia. Portanto, olhando para aquilo que é o conceito de municipalização, nós chegámos à edilidade sem nenhum técnico para uma operacionalização normal das nossas actividades e para responder aos anseios dos munícipes. Uma das tarefas iniciais foi consciencializar o munícipe de que existem diferenças entre a convivência rural e a urbana. Esse processo de incutir nos cidadãos a necessidade de compreender a municipalização e viver dentro dela, só está no início. Sentimos que ainda vai continuar e levará tempo até que os munícipes compreendam que devem tomar parte da gestão da edilidade.

Olhando para o manifesto eleitoral e para o nosso programa quinquenal sentimos que, de facto, estamos muito bem. Isso porque, no que diz respeito às nossas realizações, o nosso balanço é de 87 por cento de cumprimento. Este princípio consiste exactamente naquilo que foi projectado.

(@V) – O que foi feito no que diz respeito a infra-estruturas?

(RPM) – No que diz respeito a infra-estruturas projectámos a reabilitação das vias de acesso. Macia deparava, no início do nosso mandato, com um problema de degradação das ruas internas e aquelas que fazem a ligação da Vila a outros pontos do país. Neste momento temos cerca de 11 mil metros de estrada reabilitados em terra batida. Essa via facilita a circulação no mercado 5a Congresso, o acesso ao cemitério municipal e à zona agrícola Mangole que na altura era praticamente intransitável.

Neste momento estamos a construir uma estrada de pavimento de 700 metros lineares. Portanto, nessa área de estrada estamos nesse nível. Contudo, ainda neste mandato prevemos reabilitar ou construir novas estradas.

(@V) – Quanto aos edifícios, o que foi feito?

(RPM) – A idade do edifício onde funciona o Conselho Municipal revela que o mesmo já deu tudo que tinha a dar. Portanto, decidimos construir um novo edifício sede que está em fase conclusiva. Julgamos que até ao final do ano teremos a obra concluída. Quando entrámos, este edifício não oferecia as mínimas condições para desenvolvermos as nossas actividades. Hoje não apresenta o melhor



aspecto do mundo, mas está muito diferente do que era. Também reabilitámos o espaço onde funciona a Assembleia Municipal e o gabinete do presidente, e a Polícia Camarária. Isso tudo no que diz respeito ao nosso funcionamento. No que concerne à acção pública construímos uma morgue com capacidade para acolher três corpos e estamos a terminar o processo de construção do muro do Cemitério Municipal. Erguemos um pavilhão de venda de mariscos no Mercado 5o Congresso. Ainda na mesma leva edificámos o gabinete do chefe do mercado.

(@V) – Como é que estamos de fornecimento de água?

(RPM) – Neste momento conseguimos abrir 15 furos de água, dentre os quais dois têm um sistema de bomba eléctrica.

(@V) – Quantos furos existiam antes do vosso mandato?

(RPM) – Antes do nosso mandato existiam cinco furos feitos pelo Governo, mas esses já tinham muito tempo de uso. Ainda assim beneficiaram da nossa reabilitação. Portanto, neste momento o município conta com 20 furos. Esses furos servem apenas os bairros circunvizinhos. O centro da Vila vai usar um pequeno sistema que estava obsoleto e que parou na nossa vigência. Foi totalmente reabilitado e dentro em breve servirá os munícipes. Antes das cheias tínhamos água no centro da Vila durante 24 horas. Isso até Janeiro deste ano. Por ora a nossa capacidade reduziu porque estamos a distribuí-la aos bairros de reassentamento daqui da Vila, de Mazivila e de Chiahaquelane. A capacidade baixou por causa da actual sobrecarga.

Em termos do processo ligado à nossa área de infra-estruturas, decidimos promover a agricultura por causa da natureza do nosso município. Comprámos cinco juntas de tracção animal e distribuímos por quatro localidades. Essas cinco juntas estão acompanhadas de alfaías agrícolas de tracção animal.

Estamos a fazer um trabalho de sensibilização do munícipe para que este compreenda que é preciso contribuir para o desenvolvimento da Vila.

(@V) – O comércio informal é exercido nos passeios e ao longo da EN1. Na sua campanha uma dos desafios era dar uma melhor imagem à Vila. O que falhou?

(RPM) – É um processo que vive no nosso seio. Conhecemo-lo, mas o que podemos dizer é que estamos a fazer um trabalho de fundo com os munícipes de modo que compreendam que podem exercer a sua actividade, mas que também é preciso respeitar o trânsito e os outros cidadãos. Porém, como instituição, estamos a desenhar um projecto de construção de um mercado que possa albergar os vendedores informais que usam as ruas e a EN1. Ainda não temos em carteira o projecto final, uma vez que estamos no processo de nascimento. No entanto, assumimos os problemas uma vez terem nascido connosco.

(@V) – Qual é ponto de situação quanto à gestão dos resíduos sólidos?

(RPM) – Estamos no bom caminho, podemos não responder cabalmente, mas temos uma concentração de lixo que supera as nossas capacidades. Não temos meios suficientes. Na verdade temos dois tractores, um dos quais adquiridos na vigência deste mandato, os quais fazem o trabalho de recolha das 6h às 14h. Dentro desse processo é preciso falar de algo que é complicado fazer e que leva tempo, que é consciencializar o munícipe sobre a sua responsabilidade no lixo que produz. Ainda temos de compreender como é que se vive numa cidade. Temos casos de mistura de lixo nos nossos contentores. É frequente encontrar o doméstico que é nossa obrigação recolher e aquele que é fruto da produção voluntária do munícipe.

Tínhamos um défice em relação ao fornecimento de energia. Temos muitos bairros sem corrente eléctrica, mas electrificámos vários zonas. Neste momen-

to estamos a transportar energia para uma localidade chamada Minguelene em coordenação com a Electricidade de Moçambique. O município comparticipou com a compra de postes.

(@V) – Fala-se em seis bairros. Concretamente quantos bairros existem em Macia?

(RPM) – O nosso município não tem seis bairros. Na verdade são 18. No entanto, esses seis é que são numericamente designados. Isso de um a seis. Para ultrapassar essa situação, estamos a fazer um trabalho de fundo de toponímia. Aliado ao processo de toponímia desenhámos um projecto de urbanização para acabar com o problema de assentamentos informais.

(@V) – Quantos bairros ainda não estão electrificados?

(RPM) – Faltam cinco bairros. No entanto, a electrificação não se baseia exclusivamente naquilo que o município pretende ou julga ideal. Trata-se de uma acção que se faz em coordenação com a EDM. Na Vila da Macia todos os bairros circunvizinhos têm corrente eléctrica.

(@V) – Quantos habitantes tem o Município Vila de Macia?

(RPM) – 40 mil habitantes. Em 2009 eram 39 mil habitantes.

(@V) – Macia só tem uma escola pré-universitária. É suficiente?

(RPM) – Não é, mas como sabe o nosso país é o que é. No entanto, nós agradecemos pelo facto de termos uma escola pré universitária. Estamos preocupados com a introdução do ensino superior e estamos a fazer um plano de fundo para que essa realidade se efective.

(@V) – É um desafio para o actual mandato?

(RPM) – O desafio é permanente. Se acontecer agora será mais um passo para o desenvolvimento da Macia.

(@V) – Qual é a fonte de receitas do Município?

(RPM) – As nossas fontes de receita advêm das taxas de mercado, os vários impostos e a introdução do IPRA. Basicamente, Macia carece de investimentos de vulto para podermos implementar o princípio de receitas municipais.

Só para ter uma ideia, no primeiro ano, 2009, projectámos 750 mil meticais de receitas, mas conseguimos um milhão e quinhentos. Prevemos recolher cinco milhões e quinhentos mil.

“Reduzimos o fecalismo a céu aberto em 98 por cento”

Apesar do seu valor histórico, a Ilha de Moçambique é um dos municípios mais pobres do país. Por mês, em média, a edilidade colecta para os cofres municipais não mais do que 200 meticais. Porém, Alfredo Matata, presidente do Conselho Municipal daquela cidade insular, disse em entrevista ao @Verdade que a aposta no turismo pode ser a salvação da urbe. E, acrescenta, os primeiros passos já foram dados: a criação de um balcão de informação turística e a redução do fecalismo a céu aberto.

Texto & Foto: Helder Xavier

@Verdade (@V) – Qual é a avaliação que faz do seu mandato?

Alfredo Matata (AM) – Faço uma avaliação positiva. Estamos a terminar o mandato. O nosso compromisso eleitoral tinha três pilares. O primeiro trata de assunto de urbanização, obras públicas, construções, água e saneamento. Outro compromisso era relativo às actividades económicas como a pesca, o turismo, a extracção do sal, a agricultura e o comércio na parte continental. O terceiro pilar trata de assuntos sociais. É nesta base que o município trabalhou. Este ano vamos terminar todos os nossos compromissos.

@V – O que foi feito na área de urbanização e na componente de higiene da cidade?

AM – Nós procurámos manter a componente histórica da Ilha de Moçambique. Este município tem um peso enorme, daí a necessidade e a responsabilidade de manter esse laço histórico e este valor, que não é só nacional, é também internacional. Dentro dessa política de conservação, para nós a cidade deve estar limpa. A higiene da urbe mudou muito, mas também mudou muito a mentalidade dos munícipes em termos de comparticipação na limpeza e no tratamento de lixo. Nos herdámos uma situação de montes de lixo nas ruas. Antigamente, nas principais artérias da Ilha era impossível transitar. Nós pensamos que tivemos sucesso nessa componente, pois recolhemos o lixo todos os dias, incluindo os fins-de-semana.

@V – A questão de fecalismo a céu aberto já está controlada?

AM – Havia bastante desrespeito nas praias da Ilha de Moçambique, porém, invertemos o cenário de modo que as praias se tornassem locais de lazer. Felizmente, hoje é possível fazer qualquer actividade de diversão e lazer. A situação de fecalismo a céu aberto não acabou, mas está sob controlo. Os munícipes já começam a entender o valor das praias e as razões de não usarem as mesmas como casas de banho. Isso já é uma vitória muito grande, e nós sentimos que mais turistas, nacionais e internacionais, estão a vir para a Ilha de Moçambique e encontram um ambiente harmonioso, facto que não se verificava na gestão municipal anterior. Isso é um passo positivo. Estamos a falar de uma redução de cerca de 98 por cento.

@V – Qual foi papel do município na redução de fecalismo a céu aberto ao longo das praias?

AM – A edilidade construiu sanitários públicos comuns, com seis compartimentos. Um lado para os indivíduos de sexo masculino, e outro feminino. Nesses locais existem funcionários do Conselho Municipal que garantem a limpeza dos mesmos. Estamos a utilizar a água do mar, porque se utilizássemos a do sistema o nosso projecto fa-



lharia. Penso que resultou, mas, acima de tudo, o trabalho dos líderes religiosos na consciencialização dos munícipes foi fundamental, uma vez que se trata de assuntos que eram tidos como problemas culturais intocáveis. Nós construímos três sanitários e reabilitámos seis. Os mesmos são usados gratuitamente, uma vez que o nosso objectivo principal era reduzir o fecalismo na praia, além disso sabemos que a maioria da população é carenciada. Na verdade, a nossa preocupação é com a mudança de mentalidade das pessoas, e é isso que tem vindo a acontecer.

@V – O que é que o município está a fazer para estancar a erosão que tem vindo a corroer a cidade?

AM – A Ilha tem tido erosão de vária ordem, uma delas é a marinha, através das ondas gigantes que aparecem na época de mau tempo. A cada ano que passa a cidade vai ficando pequena. Porém, para estancar o problema nós fizemos a construção de muros na parte do bairro de São Francisco Xavier e também estamos a fazer a protecção na parte frontal da urbe a partir da Igreja Santo António até ao Hotel Omuhipiti.

@V – Apesar de se tratar de uma cidade muito pequena, o desenvolvimento da Ilha de Moçambique continua eternamente adiado. O que é que está a falhar?

AM – O importante é perceber que o desenvolvimento tem de ser feito por todos nós e uma das coisas boas é que, para haver desenvolvimento, tem de existir colaboração e participação dos munícipes. Por exemplo, as pessoas já começam a organizar sacos plásticos para guardar o lixo, isso é importante. Se não existir colaboração, não teremos desenvolvimento, porém, nota-se o esforço dos moradores para melhorar o aspecto da Ilha. No entanto, os munícipes devem ser informados sobre o que se passa na sua cidade, se há problemas deve haver uma comunicação.

@V – Quais são as actividades com grande peso nas receitas da Ilha?

AM – É a pesca, a produção de sal, a agricultura (na parte continental) e, nos últimos quatro anos, o turismo tem vindo a crescer de forma significativa. A Ilha de Moçambique era conhecida como uma zona de fome e em alguns casos encontravam-se famílias que tinha apenas uma refeição por dia, mas isso não se verifica com frequência. Reduziu muito a importação de produtos agrícolas de outros distritos porque já se produz mandioca, milho, amendoim, feijão e até já temos a criação de animais, como gado bovino. Além disso, somos bons produtores de castanha de caju.

Porém, pensamos que é preciso elevarmos o turismo. Se nós quisermos eleger uma actividade que possa estar à frente, podemos escolher o turismo, porque vai fazer com que também a pesca cresça. E uma das coisas que fizemos foi construir um balcão de informação turística, que se encontra na fase da sua criação, praticamente já inauguramos no ano passado, estamos agora a arrumar a casa. Enquanto isso ocorre, nós tivemos negociações com a Universidade Católica de Moçambique para instalar pelo menos uma faculdade de Hotelaria e Turismo, olhando para aquilo que é a actividade da Ilha de Moçambique, que seria útil para o enquadramento da juventude, sobretudo nas estâncias turísticas que vão aparecer no futuro.

@V – No que tange à arrecadação de impostos, o que se pode dizer sobre a Ilha de Moçambique?

AM – A arrecadação de impostos ainda é baixa, nós temos actividades locais nos mercados municipais e os nossos mercados são de pequenas dimensões. Temos actividades como comércio, refiro-me às barracas, é uma das nossas principais fontes. Também temos o Imposto Pessoal Autárquico, Predial, taxa de veículos, transporte e a travessia da ponte. Em média, por mês, essas taxas não ultrapassam os 200 mil meticais. Precisamos de nos reorganizar internamente para ver se conseguimos fazer uma colecta mais alargada e a nossa aposta vai ser no Imposto Predial Autárquico e estamos numa fase de organização do cadastro e o levantamento do que existe.

Mas o mais importante nesta componente é a consciencialização dos munícipes. As pessoas devem saber que têm de cumprir as suas obrigações fiscais. Com as receitas internas, embora poucas, estamos a construir duas salas de aulas neste momento, isso para demonstrar a importância de pagamento do imposto. Naturalmente, algumas pessoas devem ter passado muito tempo sem pagar impostos e é preciso consciencializá-las. Em suma, as nossas receitas são muito baixas, mas pensamos que estamos melhor. Nos anos anteriores estávamos com uma média de 50 mil meticais por mês.

@V – Em todas as ruas existem pequenos negócios informais feitos à porta de casa dos moradores, sobretudo a venda de produtos alimentares. O que o município tem a dizer em relação a esse cenário?

AM – Trata-se de uma situação recente. Esse negócio acaba por ser prejudicial para o município, assim como para a saúde pública por causa da exposição dos alimentos à poeira e aos veículos na via pública. Nós fizemos a primeira reunião, criámos uma polícia municipal que faz o complemento das actividades administrativas do município, e discutimos a ideia de recolher os produtos das pessoas. Eu particularmente não gosto da ideia porque aquela família a quem são retirados os seus bens é carenciada e aquilo é o garante do seu sustento, razão pela qual evitamos tomar essa acção de recolha. Prefiro gerir as coisas através do diálogo. Não se trata de um problema difícil, vamos resolver, até porque já resolvemos problemas mais difíceis do que esse.

@V – Os jovens queixam-se da falta de oportunidades de emprego na Ilha de Moçambique. Quais são as políticas do município relativamente à juventude?

AM – Oportunidades de emprego são daquelas coisas mais difíceis de gerir. Nós aqui no município neste mandato admitimos mais de 53 jovens, esse número é pequeno, refiro-me a nível do município. Por exemplo, a polícia que nós criámos é constituída por 25 jovens, 30 estão espalhados pelos serviços urbanos, escritórios, incluindo os motoristas. Neste momento que decorrem as obras de reabilitação de estradas e abastecimento de água, convidámos os jovens a integrarem as actividades. Contamos pelo menos com mais de 50. Pensamos que estamos a resolver o problema. Mas também podemos encontrar jovens a trabalhar nas estâncias turísticas, sobretudo nos hotéis e casas de acomodação. Devo dizer que grande parte dos jovens é desempregada. Também trabalhamos com o Governo na questão dos “sete milhões”, enquanto não resolvemos a problemática de emprego via município.

Onde a miséria impera

Elevada à categoria de Património Mundial da Humanidade em 1991, a primeira cidade moçambicana vive à sombra do passado colonial. O tempo passou, mas a Ilha de Moçambique perdeu-se na monotonia que se embrenha no seu quotidiano. Grande parte dos habitantes é carenciada e vive, precariamente, nas ruínas e casas de macuti de que é constituída a urbe, na incerteza do amanhã. Falta quase tudo: emprego, água e, principalmente, comida.

Texto & Foto: **Hélder Xavier**



Na entrada da parte urbana, um pequeno jardim esmeradamente cuidado sobressai aos olhos, porém, o mesmo não esconde os diversos problemas que enfermam a Ilha de Moçambique. Quem visita a mais antiga cidade do país não fica indiferente relativamente à miséria que se cola à pele dos seus residentes. A pobreza extrema, espalhada por todos os cantos, causa agonia aos moradores, e não só. A autarquia, em termos arquitectónicos, é dividida em duas zonas, nomeadamente a “cidade de macuti” e a de “pedra e cal”.

Quase todos os edifícios possuem aspecto abandonado. Na verdade, a urbe é um amontoado de ruínas que formam uma paisagem áspera. O município, com uma população estimada em 52 mil pessoas, é um lugar onde as condições de vida definham a cada dia que passa.

Ainda não são 6h00 da manhã, Ussene Amade já se encontra de pé. Todos os dias, acorda muito cedo e põe-se a olhar para o mar, relembrando os seus tempos áureos de pescador, profissão que abraçou durante muitos anos. Presentemente, com 69 anos de idade, já não se pode dedicar à pesca, a única actividade que sabe fazer, e, consequentemente, a sua família passa por privações no que toca à alimentação. “Perdi o meu barco, o único meio que me permitia garantir o sustento da minha família. Além disso, a minha idade já é avançada e, mesmo que tivesse uma nova canoa, não conseguiria fazer-me ao mar”, desabafa.

O nosso interlocutor mora no interior da ilha há mais de 20 anos numa ruína que não é da sua pertença; antes vivia na parte continental do município. Semelhante a muitas habitações em redor, a sua moradia distingue-se pelas suas paredes que, a qualquer momento, podem ruir. Diga-se, em abono da verdade, a primeira impressão que se tem do espaço é de que se trata de um local abandonado. Ou seja, a residência não é um lugar onde se possa albergar uma família, mas é a casa na qual Amade e o seu agregado familiar repousam a aguardar o passar de tempo na expectativa de que o dia seguinte seja melhor do que o anterior.



Amade, a sua esposa, Amina Tanquali, que não se lembra a idade, uma filha e nove netos dividem apenas um cómodo de uma cabana construída no interior da ruína. No interior da casa, a precariedade das condições é lamentável. “Não fosse a minha filha, nós já teríamos morrido de fome. Ela sempre consegue alguma coisa através do negócio que faz para termos pelo menos uma refeição por dia”, diz.

Assim como Ussene Amade, muitas famílias vivem castigados pela fome no interior das ruínas, ocupadas por centenas de pessoas. Na ilha moram cerca de 14 mil habitantes, e o restante encontra-se na parte continental. A precariedade das condições em que estão mergulhados os moradores faz daquela cidade insular um dos mais pobres municípios de Moçambique. É, na verdade, um lugar interdito à prosperidade, pois falta quase tudo.

A dor de viver na ilha

A Ilha de Moçambique tem uma população estimada em 52 mil habitantes, distribuídos em 32 bairros, dos quais oito se encontram na “cidade de pedra e cal” (a maioria vive na parte continental), e possui um posto administrativo rural. Dispõe de uma fábrica de descasque de castanha de caju que emprega perto de 400 pessoas, além da actividade de extracção de sal na qual trabalham dezenas de indivíduos. Os produtos mais cultivados são, nomeadamente, mandioca, milho, amendoim, feijão e castanha de caju. Além disso, já se assiste à criação de animais, como, por exemplo, o gado bovino. Refira-se que a agricultura é praticada exclusivamente na parte continental.



Na “cidade de pedra e cal” os munícipes dedicam-se ao comércio informal, sobretudo à venda de peixe frito e mandioca, por sinal a principal dieta dos residentes daquela autarquia. Ao longo das artérias da urbe é possível ver tabuleiros de produtos alimentares à porta de casa expostos à poeira.

Agira Chande, de 38 anos de idade, ganha a vida na praia dos pescadores vendendo chá e bolinhos de sura todas as manhãs. Sentada rigidamente no chão, ela ajeita a lenha e as pedras que sustentam um enorme panela contendo água. Por dia, consegue amealhar 300 a 450 meticais, valor que garante o sustento do seu agregado familiar constituído por sete pessoas. “Os meus clientes são os pescadores e os que vêm comprar peixe”, afirma e acrescenta: “esta é uma forma que encontrei para ajudar o meu marido nas despesas de casa”.

Porém, os jovens são as principais vítimas da monotonia que se verifica no quotidiano da Ilha de Moçambique. Grande parte deles possui o mesmo perfil: tem baixo grau de escolaridade e partilha as ambições. De diferente apenas têm a idade. Paire um sentimento de abandono no seio da juventude, pois emprego não há, tanto no comércio do centro urbano e na parte continental como a nível do Conselho Municipal, que já emprega pouco mais de 50 pessoas, e no governo distrital. Sem opção, nem profissional nem de formação, pensam, invariavelmente, na pesca ou em rumar para a capital do norte, a cidade de Nampula.

A camada juvenil leva uma vida recatada. Todos os dias, reúne-se ao longo da costa. É nesse

A CONTECEU

A verdade em cada palavra.

Seja um Cidadão e Reporte a Verdade

SMS: 90440 WhatsApp: 84 399 8634

@Verdade
O Jornal mais lido em Moçambique.

Ilha de Moçambique

local onde a maioria procura a oportunidade de sobrevivência. Uns dedicam-se à pesca, e outros compram pescado para revender. Muarabo, de 26 anos de idade, é um exemplo disso. Insatisfeito com as condições que se vive na ilha, o jovem diz que tem dificuldades em habituar-se à realidade da sua terra natal, ponderando a hipótese de se mudar para a cidade de Nampula. “Não há nada para fazer aqui, pois tudo é parado”, desabafa.



No entender popular, na Ilha de Moçambique a vida é monótona e o relógio parece não assinalar a passagem do tempo. Nos dias em que do mar não sai pescado, o que já era difícil, tende a piorar.

Estrada e urbanização

Os traços coloniais e da presença de árabes continuam patentes (e intactos) em cada uma das artérias da Ilha de Moçambique. Pouco ou quase nada foi feito no que respeita às infra-estruturas sociais e económicas de modo a galvanizar a vida naquele município. Ao longo dos últimos anos, foram construídas apenas duas pontes em Chilapane e Chebezi que presentemente facilitam a circulação



das pessoas, sobretudo crianças que usam a mesma para ir à escola. Antigamente, a travessia era feita de forma bastante precária e havia relatos de casos de afogamentos e conflitos homem-animal. Por semana, em média, duas situações de ataques de crocodilo eram reportadas.

Por outro lado, foi feita a reabilitação do cais, manutenção dos seis jardins, tendo sido instalado um sistema de regadio. Mas no tocante a vias de

acesso ainda há muito por ser feito. A dimensão das estradas é de 14 quilómetros. Já há algum tempo, iniciou-se com a colocação de pavês que já vai atingiu níveis acima de 50 por cento. Nas três principais vias as obras já estão quase concluídas.

No que tange à urbanização, o ordenamento ainda é uma grande preocupação, pois ainda é preciso fazer a requalificação dos bairros. A cidade “de pedra e cal” mantém ainda a sua estrutura arquitectónica colonial e os edifícios continuam intactos na parte exterior, pois o município conta com uma política de conservação daquela urbe que é considerada Património Mundial da Humanidade.

No ano passado foram demarcados 600 talhões para resolver o problema de desordenamento territorial, que cresce a olhos vistos na Ilha de Moçambique. Nos bairros onde há construções desordenadas são frequentes acidentes, sobretudo incêndios. Com o apoio do Programa de Desenvolvimento Au-

tárquico, presentemente o município conta com áreas delimitadas para as actividades sociais e económicas. Foram distribuídos 30 terrenos, principalmente para os jovens. E, neste momento, a edilidade prepara-se para atribuir mais espaços a pessoas interessadas.

Saúde

A autarquia conta com cinco unidades sanitárias. Devido às dimensões territoriais do próprio município, os moradores não percorrem mais de 10 quilómetros para ter acesso a cuidados médicos e medicamentosos. A principal preocupação dos munícipes tem a ver com o facto de não existir



um bloco operatório para a realização de pequenas cirurgias. No entanto, assuntos dessa natureza são transferidos para a vila municipal de Monapo que dista pouco mais de 45 quilómetros. Porém, já existe uma luz verde para a construção de um hospital rural na parte continental.

O acesso à saúde ainda não é satisfatório. A principal unidade sanitária localiza-se na “cidade de pedra e cal” e funciona num edifício precário,



Município da Ilha de Moçambique em números

População: 52 mil habitantes
Poços artesanais: 35
Cobertura de água: 45 por cento
Funcionários municipais: 53
Receitas municipais: 200 mil meticais por mês
Unidades sanitárias: 5
Bairros: 32
Terrenos parcelados: 600

onde os pacientes aguardam por atendimento médico a céu aberto. A cidade já dispõe de um médico a tempo inteiro, duas ambulâncias e um carro funerário.

Electricidade

O acesso à energia eléctrica ainda não é abrangente, sobretudo para os munícipes que vivem na parte continental. A cobertura não ultrapassa os 30 por cento da população. A iluminação pública continua fraca.

Água e saneamento

Já foram abertos 35 poços a nível dos bairros para o abastecimento de água, facto que levou a que a percentagem de cobertura subisse de 25 para 45 por cento. O sistema antigo que funciona desde 1960 já se apresentava incapaz de responder às necessidades dos utentes, uma vez que o número de habitantes quintuplicou; todavia, estão em curso obras de reabilitação do sistema de água que consistem na colocação de novos tubos e na construção de novos depósitos elevados no posto administrativo de Lumbo e na zona de Massicate. Nos próximos meses, a cobertura de água no município da Ilha de Moçambique será maior, esperando-se atingir 50 por cento da população.

Na parte continental, os moradores passam por situações difíceis por causa da falta de água. A maioria das comunidades não dispõe de poços artesanais e é obrigada a abrir poços. Por azar, devido a depósitos minerais, o lençol freático apresenta um elevado grau de salinidade, e o acesso à água potável nos bairros de Massicate, Tibane, Súrrio, entre outros, ainda é uma dor de cabeça. Até há pouco tempo, essa água era utilizada para beber, lavar roupa e confeccionar comida. E problemas de saúde era o que não faltava, sobretudo entre as crianças. Porém, actualmente, é usada para a agricultura de subsistência.



ALERTAR

A verdade em cada palavra.

Seja um Cidadão e Reporte a Verdade

SMS: 90440

WhatsApp: 84 399 8634

@Verdade
O Jornal mais lido em Moçambique


Cidadania


 **goste de nós no**
facebook.com/JornalVerdade


Jornal @Verdade


CIDADÃO REPORTA: Hoje no hospital provincial de Inhambane aconteceu uma ameaça de greve porque os enfermeiros tiveram aumento de 9% contra os 15 % dos médicos. A direção do hospital identificou os líderes das reivindicações e num encontro a porta fechada ameaçou-lhes chegando a dizer que são da oposição. apesar da frustração os enfermeiros poderão fazer uma greve silenciosa.


 **Baptista Rafael B** aproveitem chorar no domingo que é dia do enfermeiro.... E' perigoso ter um enfermeiro descontente senao ti aplica uma injeção errada e adeus facebook, vais teclar com apostolo paulo no ceu **Gosto · 10 · 10/5 às 19:28**


 **Abdullah Abou Shakur** Mas tbm reivindicar n é cntra o doente inocente, tao vitima qto o enfermeiro. É sim dzer NÃO a qm se deve dzer q é a escumalha q se afirma governar esta casca de amendoim em pleno mar cujos ventos de direcção so eles sopram 10/5 às 21:52

 **Pectínio Da Conceição Jeje** Greve silenciosa terá efeitos danosos a pacientes, ou seja, atendimento mais péssimo. **Gosto · 4 · 10/5 às 19:31**


 **Eddy Sochangana** So espero k ã tenham medo d lutarem silenciosamente na urna, cuja primeira batalha irá se travar a 20 d Novmbro próximo, aí sim vms tds emfmeiros, policias, profssores etc, mostrar a nssa improdutividade na urna votando em novas ideologias e projectos **Gosto · 4 · 10/5 às 20:49**


 **Mira Isaías O** problema e k tdos k xtão aki a reclamar quando xega dia do voto n vao, ficam em casa logo o resultado e est paxar a vida a reclamar. **Gosto · 1 · Sábado às 20:34**


 **Taliq Amuda Ossol Ossol** fazer greve em moz por mais que seja legitimo o motivo acaba por ser espancado, levar tiros de borachas ou despedido .a maneira + pacifica e menos ariscado de revindicar os salarios e nas urnas em novembro e proximo ano. **Gosto · 4 · 10/5 às 19:26**


 **Armindo Augusto Thudzure** Desde k entrou um corrupto no poder a percentagem foi 9%-9%=0% 8%-9%=-1% 6%-9%=-3% desta vez vamos pagar nos votos. **Gosto · 3 · Sábado às 7:14**


 **Raul Samuel Batela** greve..... gente pacificament... fzer d conta nao custa nada kuants sao d frelm... **Gosto · 2 · 10/5 às 21:20**


 **Stella Djedje** podia 9% para ox medicox e 15% para ox enfermeirox. **Gosto · 2 · 10/5 às 19:20**


 **Armindo Augusto Thudzure** desde que entrou aguebas sempre deu boa percentagem aqueles que estudaram ferindo nós. tou xorando papa xissano **Gosto · Sábado às 6:58**


 **Stella Djedje** eu tambem... **Sábado às 7:34**

 **Beto Matsombe** Eis o grande problema. Só se corre à ameaças nunca se procura a causa mãe de um problema. Essas direcções que só pensam em curar- AFINAL OS AGENTES DA SAÚDE NÃO SERVE NA PRIMEIRA FASE PRA ENSINAR A PREVENIR DOENÇAS? UM AGENTE DA PRM A SUA PRIMEIRA MISSÃO É PREVENIR O CRIME E O DA EDUCAÇÃO O ANALFABETISMO! Então porque os diretores, ministros, cct, governo, não usam o mesmo princípio pra tentar satisfazer esses membros? Cautela líderes... **Gosto · 1 · Sábado às 4:03**


 **Roque Vasco Roque Cachite** nao adianta desafiar , essa é uma maquina, melhor estudar para sair da pobreza **Gosto · 1 · 10/5 às 19:13**

 **Eunice Vembane** Mas porque não pode ser 15% pra todos? 10/5 às 19:12

 **Hermenegildo Muhate** eu tambem fico chateado pela diferença, se for 9% deve ser para todas categorias, esses homens abuzam sabe? **Gosto · 1 · Domingo às 19:01**

 **Ivany Sumburane** k pena de ate hje ter gente k pensa k quando tu exiges teus direitos es da oposicao... **Domingo às 16:55**

 **Raul Samuel Batela** "onde há 2 elefantes a lutar capim é ki sofrem", nisso fzeros d conta, muito mas aklex k nao tem medico especifico melhor k procure agora sinão.... **Domingo às 7:58**

 **Bambo Cejo** Essas brincadeiras pha, inocentes vao pagar! **Sábado às 20:37**


 **Mira Isaías** Docentes sao os piores nese vms fazer d contas pk eles t eliminam devagar e leva mtos anos enquanto k enfermeiro e num apse ja xtais no inferno. Coetado do povo k tanto confia em alguem e recebe em troca isto. **Sábado às 20:23**


 **goste de nós no**
facebook.com/JornalVerdade


Jornal @Verdade


CIDADÃO Julinho REPORTA: Uma das apostas do Presidente Armando Emilio Guebas no seu 1o mandato era acabar com espírito de deixa andar. Este é o seu 2o mandato a caminho do fim, será que conseguiu acabar com tal espírito? Pelo contrário está a semear o espírito de FAZ DE CONTA. Dizia o falecido pastor Gito: "ENQUANTO O GOVERNO NÃO PAGA SALÁRIO COMPATÍVEL, NÓS VAMOS FAZER DE CONTAS".


Os Cinzentinhos, assim carinhosamente chamados, ao invés de fazerem patrulha, vão fazendo tempo nos falecimentos; Os enfermeiros ao invés de atenderem pacientes com Deus, vão atendendo com Diabo; Os professores, como sempre são exigidos 85% no mínimo, ao invés de formarem pessoas, vão formando NABOS capazes de vender o País ao mesmo Guebuza...para todos o que importa é fazer tempo a espera desses trocos dos negócios do Papá. Vamo-la ver se mudamos isto pá!

 **Mocambique Perola Do Indico** Ah! armandinho va ku tsumbulile. **Gosto · 8 · Domingo às 19:56**

 **Manuel Cochol Paulo Gomane** olha! é incrível como as pessoas sempre falam mal dos professores na sua generalidade, mas e mais, eu me questiono??? será que essas pessoas todas que falam mal dos professores estudaram fora do país para terem esse poder e capacidade de critica? quem os ensinou a escrever a critica? **Gosto · 4 · Domingo às 21:23**

 **Vasco Junior Nhamuanzo** Meu caro nao é do meu desejo responde-lo mas neste caso tenho que lhe despertar que o censo do bom ensino la se foi com mano chissano neste sentido quero dizer lhe que quem escreve estas criticas nao dirige ao professor mas sim ao ridiculos metodos de ensino que os regem. E ele tendo um sindicato nada fazem mesmo vendo o erro. Manchando desta maneira a imagem do teacher como dessiminador da materia. Fui formado na era do chissano e tenho muito orgulho e meu irmao tambem é que se orgulhe por isso. Abraço bem forte para voce. Ao manuel Gomane. **Gosto · 2 · Domingo às 22:05**

 **Nelson Bernardo** Incrível que os alunos de Guebuza nao sabem ler ate a 12a classe. Nao eh falar mal dos professores, pelo contrario, eh criticar o sistema podre implementado apos o Mr 5%! **Gosto · 1 · há 18 horas**


 **Manuel Cochol Paulo Gomane** muito obrigado pelos vossos comentarios, concordo e sublinho o que dizem, sou professor, não sou dos bons, mas sou porque amo esta profissão e dou tudo e todo o meu melhor, sei que um dia serei um bom professor, pela pratica e carinho que tenho pelo que faço, muito obrigado, a luta continua contra e para melhorar sistema...phambeni. **Gosto · há 12 horas**

 **Bull Deve Aurelio** quem é Guebuza? Parece q ja ouvi falar-se desse nome? Qem é pa? **Gosto · 3 · Domingo às**


19:59


 **Clesio Uqueio** é um fudero **Domingo às 20:33**


 **Bull Deve Aurelio** aye! Mas ouvi algm a dizer q é uma PATÉIRO. **Domingo às 20:36**


 **Clesio Uqueio** o meu avo ved carvao 7 vezex max cara k patox. Max nao alcaça ox seus pex. **Domingo às 21:36**


 **Arcenio Pinto Velho** Bem falado mano Julinho! Nesse pais vive-se de FAZ DE CONTAS mesmo. **Gosto · 3 · Domingo às 19:06**


 **Raquel Guilhermina Chande** 85% no mínimo??? em algumas escolas PEDEM 97% de aproveitamento geral. é possivel isso??? mas acontece... **Gosto · 1 · Domingo às 19:38**

 **Atalia Simbine** Vamos fazer de conta k Quinino e benztinica, kkkkkkkkkk há 21 horas

 **Henoch Jemusse** Mr 5% esta de malas aviada para China, vai fechar mais boladas, usando os nossos impostos para subsidiar sua ajuda de custos. **Domingo às 20:26**

 **Mucipo Neuson Dos Santos** se o proprio presidente consegue ver de que há cheias pelos ares para nao sujar os sapatos de leda preferiu ir de helicoptero, enquanto outros morrem ele fecha negocios este Estado está entregue. MUDANCA A FORCA Ontem às 7:47


 **Simoes Simoes Jr.** Se o Guebusiness continuar na máquina, hão de ver ministros chineses, directores sul africanos, governadores americanos, deputados ingleses. Ja basta os patos precisam do farelo da tua machamba... **Gosto · 1 · Ontem às 2:18**


 **Axel Gustave Dupré** Ox filhos aprendem do papai, se exte for corrupto tbm ox filhos serao, kikikikiki **Domingo às 21:09**


 **goste de nós no**
facebook.com/JornalVerdade


Jornal @Verdade


CIDADÃO REPORTA: na passada Quinta-feira 8 um professor bêbedo incendiou quatro salas de aulas na Escola Primaria de Naworo, em Monapo. As salas eram se construção precária (blocos de adobe e capim). Não ouve vitimas nem feridos, ele foi detido na sede do distrito.


 **Lino Marques** Foi muito bom que não houve vitimas e tambem ele esta a diminuir escolas precarias que temos aqui em moçambique para ver se o nosso governo pode trocar D4D e 4*4 em salas de aulas para os nossos futuros doctores **Gosto · 2 · Domingo às 14:55**


 **Bsegues Mondon** Bem para mim é normal, se alguém não se respeita não esperem que ele possa respeitar o que ele é. Podia ser um policia, um advogado e outros por ai. O mundo está louco. **Gosto · 2 · Domingo às 14:43**


 **Joaquim Neves Joaquim** E uma reevindicaxao dos 9% **Gosto · 1 · Domingo às 17:04**


 **Roberto Cainde Manuel Cainde** Eu estou ate acostumado com os acontecimentos deste MOZ, nada me espanta... pois ja aconteceu muita coisa enesperada... **Gosto · 1 · Domingo às 16:41**

 **Chiyoma Pikwan Djih** Realmente, Alguma coisa o inquietou, e pelo facto acaba por nos despertar que ainda existe neste Pais bem individualizado Escolas Em Condições Precárias; Lembrem-se esforços foram feitos por aqueles que edificaram a estrutura Precária; Mas que tal fazermos uma pergunta: E para que lado foi destinado bilhões de Dólares pra construção de Edifício a altura?? **Gosto · 1 · Domingo**


 **Rafique Fernando** um educador exe!! Outrx coisax... **Gosto · 1 · Domingo às 14:35**


 **Januario Arao** Estes professores as vezes não giram bem. **Gosto · há 4 horas**

 **Joseph Maengua** traumatismo! É normal em moçambique um professor ser colocado numa povoacao sem sala d aula e o professor construir sozinho uma escola d palha sim. Depois para o governo dizer q construiu. Para o cumulo, o professor fica um ano sem receber horas extras dele. Investigue bem o assunto. É q o teacher reagiu mal e ficou todo culpado. **Gosto · há 5 horas**


 **Jorge Puaneleque** Alguns ainda admiram o facto de no país haver escolas cobertas de capim!? São tantas, até de algumas sedes distritais e postos administrativos. Não se deixem levar pelas falsas


estatísticas, este país é pobre, mas tão pobre que não justifica que o chefe do estado ande semanalmente em helicópteros abastecidos pelo sangue do povo, numa palhaçada teatral de ouvir problemas do povo, cegamente enganado pelas pessoas previamente preparadas para falar. O país é pobre que até aos nossos dias existem comunidades que devem caminhar mais de 40 quilómetros para encontrar uma unidade sanitária, e muitos outros factos que só acredita quem visita qualquer um dos distritos desta tão falada Pérola do Índico. **Domingo às 22:08**


 **Tuy Cipriano** gente com tanto financiamento porque sala de capim ok vao informar aos doadores se as estatisticas revelam nao existir capim coberto em salas de aula **Domingo às 16:15**

 **Zito Buló Nada** Nada justifique essa indisciplina. De certeza essas salas saíram do esforço dos encarregado e não dos corruptos patrões dele. Ensinando ao mesmo tempo aos seus alunos que basta frustração pra deitar esforço de dezenas de populares a baixo **Domingo às 16:13**


 **Baptista Garai Chimoio** Esse ta manifestar clandestinamente axo k ele ker ser director da escola haaaaaaaaa **Domingo às 15:56**


 **Narzya Francelyna** ja n existe nenhum exemplo a seguir. eish! pais do pandza essa m***a **Domingo às 15:30**

 **Valdo Pedro Tdc** ja tava cansado d jobar sem ter tako **Domingo às 15:05**

 **Reis Alfredo k** vergonha, tomou caravela k os teachers e alunos bebem mas escolas **Domingo às 14:53** através de telemóvel

 **Miguel Pires** Exes gajos kwando bebem... Sinceramente **Domingo às 14:50**

 **Ermelindo Da Conceicao** Moçambique a arder aos poucos dlakhama tá feliz com esta notícia **Domingo às 14:50**

 **Taquibo Raul Abilio Taquibo** Eya, assim é pra reflexao ate ki ponto as escolas d capim vao acabar, exe professor ja adiantou e devem ser queimadas todas pra construir boas **Domingo às 14:50**

Selo d'@Verdade

Debate sobre a inclusão e/ou exclusão da acção do Psicólogo Escolar/Educacional na escola pública regular (não especial)

Em primeiro lugar deixem-me encorajar a todos aqueles que por diversos motivos decidiram abraçar esta área, que não é fácil, e muitas vezes mal compreendida. E é nesta má compreensão que vou logo discursando sobre o papel do psicólogo, principalmente do psicólogo escolar/educacional, no processo de escola inclusiva em Moçambique. De forma imediata apelo para a calma quando adoptamos certas ideologias político-educacionais, pois, por mais benéficas que elas sejam, se não observam para o estágio actual (ou momentâneo) avaliando as condições da sua implementação podem agravar uma “sintomatologia patológica” sem precedentes jogando para o alto um sonho tão bonito que tinha tudo para prosperar: basta ter calma.

Ora bem a Escola inclusiva, salve a minha ignorância, é um projecto que visa essencialmente criar um ambiente escolar tal que alunos com determinadas necessidades educativas especiais aprendam nas mesmas condições, ou quase-condições, similares aos alunos ditos normais. Portanto, albergamos na escola não especial aqueles que sofrem de uma patologia que não impede o desenvolvimento cognitivo, contudo, cuja patologia requer, por parte dos professores, essencialmente, e em relação a esses alunos especiais, maior cuidado, perícia e atenção.

Este processo de inclusão escolar é benéfico tanto para os alunos especiais como para com os seus colegas, uma vez que ambos são seres ainda em desenvolvimento, corrigem desde cedo os seus preconceitos, aprendendo a conviver com as diferenças. No entanto, a escola enquanto instituição de ensino, ao invés de se tornar um meio acolhedor onde paira a harmonia e a camaradagem espontânea, a honestidade e a solidariedade entre colegas, revela-se um meio conflituoso, onde a disputa pelo destaque é evidente, onde o ciúme é inevitavelmente presente, com todas as suas consequências que advêm, e onde as desigualdades sociais se revelam ainda mais.

É neste âmbito que questiono a exclusão dos psicólogos escolares/educacionais na mediação de eventuais conflitos que possam decorrer da má compreensão de alunos, professores, pais e comunidade vizinha em relação a determinados comportamentos. Um dos papéis fundamentais do psicólogo escolar/educacional está em prever e prevenir certos comportamentos, alertando para um maior autocontrolo em relação às práticas educativas. Para o nosso caso (ou seja, nas nossas escolas públicas) esta função do psicólogo escolar/educacional reduz-se às acções de ensino-aprendizagem propriamente ditas: em sala de aula.

Parece que, no que concerne às escolas públicas (e mais uma vez salve a minha ignorância) não tem havido (e se houver agradecia que fosse mais divulgado) relatos de uma intervenção, pontual, programada e regular, de psicólogos escolares/educacionais com o intuito de, pelo menos, avaliar a quantas anda este processo de inclusão. Evidentemente não podemos generalizar, cada escola é o seu caso!

O problema pode não estar nos psicólogos, porque estes, sim, mais do que ninguém, conhecem as suas atribuições. Pode ser, novamente, um problema da má compreensão, (não incompreensão!), das políticas públicas do ensino inclusivo até então implementadas. Com efeito, parece que a solução imediata foi colocar dentro do currículo, sob a categoria geral de Disciplinas Transversais à Psicologia, ao lado do Empreendedorismo, Educação de Género, Educação Moral, entre outras. De facto, os alunos aprendem

as catequeses da Psicologia, recitam as primeiras orações (Freud, Piaget, Kholberg), que os habilitam a evangelizar para os demais membros da comunidade sobre a conduta humana; socraticamente falando, o maior benefício está em habilitá-los a conhecerem-se melhor, sem dúvida!

No entanto esta actividade nobre, a de ensinar, veda a capacidade de lançar um olhar externo ao ambiente escolar como um todo. Isto por si só já é um acto inclusivo-exclusivo. A maior probabilidade é do profepsicólogo preocupar-se mais com a sua turma, com os problemas dos seus alunos, e pouca voz levantar para influenciar a estrutura geral da escola, uma vez que ele também faz parte desta mesma cultura. Imaginem, também, um profepsicólogo preocupado com estatísticas como fazem os vários professores, que agastados com os paradigmas actuais de ensino, acomodam-se assumindo uma postura *laissez-faire* oferecendo dados estatísticos ao olhar ludibriado do director da escola que depois os apresentará às direcções da educação convicto de um ano lectivo excelente!

A exclusão do papel do Psicólogo Escolar/Educacional (entendido como privação da sua actuação na Escola, insisto, Escola pública regular) torna-o mercenário. Isto agrava os já existentes problemas da qualidade de ensino, bem como do papel igualitário, entendido como não de desigualdade, que pretende o ensino inclusivo. Quem efectivamente, dia após dia, pode oferecer um acompanhamento ao ensino inclusivo evitando que este seja discriminatório? Porque ao mesmo tempo que prestamos atenção a um aluno com “necessidades inclusivas” necessariamente desviamos a atenção em relação aos demais estudantes.

Será que os resultados académicos dos alunos especiais inclusos nas escolas públicas regulares são de tal forma confiáveis, se mesmo os alunos ditos normais na 5ª, 6ª, 7ª's classes (diga-se ao alto!) continuam a ter défices na escrita e leitura? Se é tão fácil para os professores hoje em dia deixarem ao deus-dará as crianças, movidos pela impaciente e resistente má compreensão de um ensino baseado em passagens semiautomáticas (que se insiste em dizer automáticas), imaginem abandonar, no meio de tantas outras crianças não especiais, aquelas que mais do que qualquer outra carecem de cuidados personalizados?!

Trata-se, apoiando-me em César A. Ribeiro (s/d), de uma falência e de uma patologização na educação que resulta da ausência de auto-responsabilização pelos agentes envolvidos no processo de aprendizagem os quais deixam as crianças suportarem sozinhas o peso de um sistema roto que lhes veda a auto-estima e atrofia o desenvolvimento cognitivo.

Num ambiente destes, ao invés de criarmos inclusão, que se pretende um factor de igualdade social e escolar, estaremos a promover um clima de desigualdades académicas, porque não sabemos como dosear a atenção prestada aos alunos especiais, nem como responder cabalmente aos demais vieses do ensino-aprendizagem, do ambiente escolar, no seu todo. Então, não criemos uma inclusão que exclua os profissionais da saúde escolar, sob o risco de apresentarmos estatísticas mais estatísticas, mais estatísticas, mais estatísticas...

Euclides Cossa

Carta aos “Chapeiros”

Rabisco esta carta para retratar o sofrimento deste povo que diariamente tem de enfrentar a árdua tarefa de “subir chapa”, pois das diversas dificuldades que ele tem passado, creio que esta tem sido um “calcanhar de Aquiles”.

Na verdade, a primeira dificuldade encontra-se em achar os tais “chapas” a tempo e hora nas respectivas paragens. Sarcasticamente, em muitos casos, não é por falta de “chapas”. Estes existem até em número admissível. O problema é que os “chapeiros”, nas primeiras e últimas horas do dia, andam demasiado atarefados a tentarem provar a todo mundo que eles são ignorantes e que são donos do Universo. Tudo isso deve-se ao facto de passarem a maior parte do tempo com as viaturas. Porém, estes meios, na sua maioria, não lhes pertencem.

Estranho! Vocês (chapeiros) acham que são nossos patrões, mas é o oposto, nós somos o vosso patrão. Se nós não “subirmos” o “chapa”, vocês não trabalham e sem trabalhar não terão dinheiro, que é o que mais lhes interessa. Então, qual é a dificuldade de vocês se fazerem presentes em todas as paragens, sobretudo nas terminais, que são cruciais?

A segunda dificuldade resulta da primeira, que é o obstáculo de entrar no próprio “chapa”. Quicá, essa culpa não seja imputada somente aos “chapeiros”. É necessário que os passageiros também pautem por uma conduta condescende e de respeito mútuo, e respeitar-se a regra geral da “Teoria das Filas” (FIFO). Deixe o primeiro da fila entrar sem constrangimentos (socos, empurrões, ...).

Mas, a terceira dificuldade é a que realmente me fez rabiscar esta carta: o encurtamento e ou o desvio de rotas. Sim, isso mesmo!

Lembro-me como se fosse ontem que o Governo aumentou o preço de “chapas” e, associado a isso, a população manifestou-se na tentativa de inverter o cenário. Porém, foi o mesmo que chorar sobre o leite derramado, pois a decisão era irreversível. Foi então que, devido a essa pressão do povo que os “chapeiros” “juraram” nunca encurtar ou desviar a rota e as autoridades prometeram tomar medidas drásticas caso tal acontecesse.

Entretanto, o cenário que se vive na prática é totalmente diferente; no final de cada dia os “chapeiros” não chegam ao destino alegando fundamentos fúteis como o de estarem para “parquear o carro”. Creio que os “chapeiros” usaram a Psicologia Reversa, uma forma de controlo mental que consiste em tentar convencer alguém a fazer algo, dizendo-lhe para fazer o contrário.

Não podia concluir a carta sem falar do acto macabro que vocês fazem com as nossas mães e avós. E que história é essa de rejeitarem pessoas com um Índice de Massa Corporal elevado? Será que elas, por serem gordas, não são pessoas?

“Chapeiros”, lembrem-se de que vocês fazem parte do povo, parem de agir como se nós fôssemos seus inimigos. Nós devemos unir-nos e fazer o papel de vigilantes e garantirmos que nenhum “chapeiro” encurte ou desvie a rota.

Mente Jovem Jr.

Incêndios

Nunca vi tantos incêndios, pelo menos na imprensa, como vi em 2012 e 2013 (ainda que estejamos no primeiro semestre). Tem havido (ou têm-se mediatizado) incêndios de grandes proporções no nosso país. Só este ano vi, através da televisão, fogo a devorar mercados, lojas, fábricas, armazéns e instituições afins nas cidades de Maputo, Beira e Pemba. E, como sempre, o Corpo de Salvação Pública (ou bombeiros) tem estado aquém do desejável para fazer face a estas situações num momento em que estamos a falar em canalizar o gás doméstico.

O que quero debater contigo é o seguinte: Será que a vontade de canalizar o gás doméstico está a ser acompanhada pela capacidade de melhorar o serviço dos bombeiros? Já imaginou um incêndio numa zona com gás canalizado e sem bombeiros capazes?

P.S.: É igualmente importante que a Polícia investigue/saiba o que poderá estar por detrás destes contínuos incêndios em negócios de cidadãos de origem asiática. Não estou aqui a levantar nada, mas não é normal que depois de perder um armazém cheio de produtos o comerciante continue cada vez mais rico. Quando é assim, é lavagem de dinheiro ou algo parecido.

Juma Aiuba

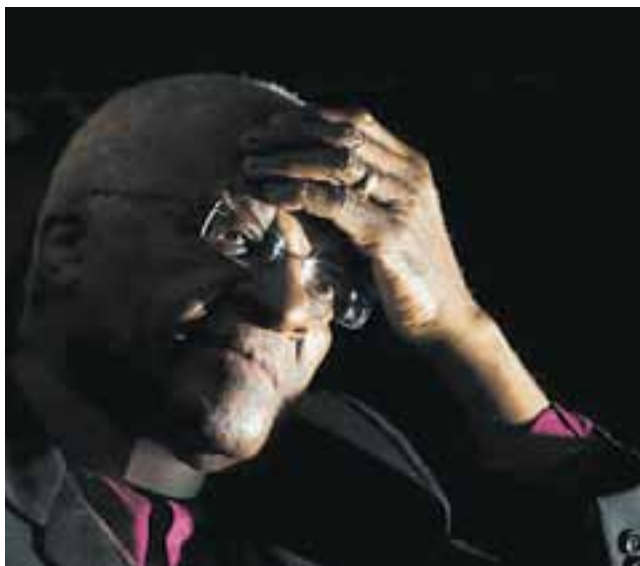
Desmond Tutu: “Não vou votar no ANC”

O arcebispo anglicano sul-africano e prémio Nobel da Paz, Desmond Tutu, anunciou na passada sexta-feira (10) que vai deixar de votar no ANC, o partido que Nelson Mandela levou ao poder na África do Sul há 19 anos.

Texto: Redacção/Agências

“Votei todos estes anos no ANC (Congresso Nacional Africano) mas infelizmente não vou poder votar neles, tendo em conta o modo como as coisas estão a correr”, declarou o arcebispo num artigo de opinião publicado no jornal Mail & Guardian.

“O ANC esteve muito bem na condução da luta de libertação contra a opressão ()”, escreve Tutu. “Mas a unidade forjada no combate para a libertação não facilita a transição para um partido político”.



-africanos para a morte de Nelson Mandela. “Ele tem 94 anos e viveu tempos difíceis, Deus foi muito bom por o ter deixado para nós estes anos todos. Mas a dor da sua perda será demasiado intensa se não começarmos já a preparar-nos para este acontecimento que pode dar-se a qualquer momento.”

“O país será muito mais um garante da herança de Mandela se, na realidade, aplicar os seus ideais”, avisa Tutu. “A melhor homenagem a Mandela será ter uma democracia real e em marcha” na África do Sul.

A 27 de Abril de 1994, o ANC venceu as primeiras eleições multirraciais pós-apar-

theid na África do Sul, e a 10 de Maio de 1994, Nelson Mandela tomou posse como o primeiro Presidente negro da história daquele país.

Oficialmente na reforma, o arcebispo Tutu, de 81 anos, continua a fazer ouvir a sua voz contra as injustiças e ainda hoje é considerado a consciência moral do país. Nos últimos anos não se tem esquivado a criticar duramente o partido no poder.

Em 2011, manifestou a sua irritação com o Governo sul-africano, que não deu um visto de entrada no país ao líder espiritual dos tibetanos Dalai Lama, convidado para o aniversário dos seus 80 anos, para não prejudicar as relações com a China.

Em 2009 também já tinha ameaçado não votar nas legislativas por causa das divisões e lutas de poder no interior do ANC.

África do Sul: Amplats anuncia despedimento de seis mil mineiros

Texto: Milton Maluleque

A líder mundial de produção de platina, a Anglo-American Platinum (Amplats), anunciou na semana passada o despedimento de seis mil colaboradores, o que provocou a ira no seio da sociedade sul-africana, que considera que o Governo de Jacob Zuma tomou uma decisão infantil ao permitir que tal acontecesse.

Este anúncio fez crescer os receios de novos conflitos no sector mineiro da África do Sul, pois a medida irá abranger minas situadas nas proximidades de Rustenburg, a cerca de 120 quilómetros da cidade de Joanesburgo, tido como o núcleo das violentas greves do ano passado.

Segundo justificou a Amplants, as perdas do ano passado, avaliadas em cerca de 140% dos lucros, estão por detrás desta decisão. Os sindicatos anunciaram

a realização de mais greves caso esta medida seja implementada, uma vez que já se tinham mostrado contra a mesma.

Com o provável corte de cerca de seis mil empregos, a capacidade de produção irá reduzir para 250 mil onças no presente ano, cerca de 11% da produção comparativamente ao ano passado.

Depois do massacre que ditou a morte de 34 mineiros no ano passado, que reivindicavam um aumento salarial e melhorias nas condições de trabalho, as minas da região têm registado várias ondas de greve e de confrontações sindicais com recurso a armas e à violência.

Só nas minas controladas pela Amplants, em Fevereiro último, cinco mineiros foram

mortos pelos guardas em disputas entre o sindicato tradicional, a NUM, e o sindicato recém-formado, a AMCU.

As grandes ondas de violência no sector mineiro sul-africano estão a assustar e a afugentar os investidores. Em Janeiro último, o consórcio havia anunciado um plano de contingência que levaria ao despedimento de cerca de 14 mil mineiros, numa tentativa desesperada de poupar 429 milhões de dólares por ano.

A Amplants defendeu na altura que esta medida continuava abaixo dos seus objectivos e que por isso iria retirar-se das zonas conflituosas e dividir a operação de Rustenburg em três unidades. A medida não foi bem vista pelo Governo e depois de intensas negociações a companhia concordou em rever a sua decisão.

Caso Marikana: Três testemunhas assassinadas em menos de 24 horas

Texto: Milton Maluleque

Três testemunhas do inquérito Forlam, que se encontravam envolvidas na procura das causas e responsabilidades do massacre de Marikana, em Agosto do ano passado, foram assassinadas em menos de 24 horas no subúrbio de Nkaneng, em Rustenburg, no último fim-de-semana.

Das vítimas figura Steve Khululekile, de 46 anos de idade, coordenador regional do Sindicato dos Trabalhadores do Ramo das Minas e Construções (AMCU). O assassinato ocorreu em plena luz do dia, no sábado, na Taverna Billy, nas proximidades da mina de Khomanani, da Anglo Platinum.

Segundo o porta-voz provincial da Polícia de North West, Thulani Ngubane, os três casos já estão a ser investigados. Nkaneng é um subúrbio habitado na sua maioria por mineiros afetos à mina de Marikana, pertencente a Lonmin.

“Até aqui não estamos a alegar a existência de uma conexão entre os assassinatos. As investigações irão mostrar se existe ou não uma ligação entre os crimes”, disse Ngubane. Entretanto, o porta-voz do (AMCU), Mangaliso Mdhlela, considera que o assassinato de Steve Khululekile não pode ser considerado um caso isolado. Ele era testemunha perante a Comissão de Inquérito Farlam. “Os que temem a

verdade são os responsáveis pela sua morte”

Outros casos

A 1 de Março último, o curandeiro Alton Joja foi alvejado mortalmente na sua residência na vila de Ludeke Holt, em Mbizana, na província de Eastern Cape. Ele deveria ser testemunha no inquérito em curso.

Alega-se que Joja teria dirigido rituais junto aos mineiros na véspera do massacre. No mês passado, o advogado das vítimas e dos mineiros assassinados, Dali Mpofo, foi assaltado e esfaqueado enquanto caminhava em pleno dia na praia de East London na província de Eastern Cape.

Lungani Mabutyana, de 27 anos de idade, sobrevivente dos disparos policiais no dia do massacre, foi encontrado sem vida pendurado por uma corda numa árvore em Marikana na semana passada. Com esta morte, sobe para dois

o número de testemunhas que optaram pelo suicídio.

Marvelous Mpofo, ferido pelas balas disparadas pela Polícia no massacre, pôs termo à sua própria vida na sua casa, em Marikana, em Dezembro último. No entanto, a governadora da província de North West, Thandi Modise, apelou aos mineiros para que contenham os ânimos e evitem a retaliação.

“Os mineiros devem resistir à tentação de retaliação e optar pela violência. Devem dar aos investigadores a oportunidade de fazerem o seu trabalho”.

De referir que o caso está nas mãos do juiz Ian Farlam, que, em coordenação com uma comissão de inquérito, irá investigar as causas da morte de 44 pessoas (entre mineiros, polícias e agentes de segurança) durante a greve de Marikana, ocorrida em Agosto do ano passado, e responsabilizar os culpados.

Propriedade agrícola de Julius Malema pode ir a leilão em Junho

Depois de ter a sua casa leiloada, o destituído presidente da Liga Juvenil do Congresso Nacional Africano (ANCYL), Julius Malema, corre o risco de a sua propriedade agrícola na província de Limpopo ter a mesma sorte no próximo mês, como forma de liquidar as dívidas resultantes da sonegação de impostos.



Texto: Milton Maluleque • Foto: Lucky Nxumalo/City Press

A propriedade, de cerca de 140 hectares, que vale cerca de 4 milhões de randes e que foi confiscada pelo Governo sul-africano a 19 de Março, deverá ir a leilão no dia 10 de Julho próximo como parte da venda dos bens de Julius Malema, reportou o City Press no último domingo.

O porta-voz da Autoridade Sul-Africana de Prosecução, Medupe Simasiku, afirmou que a propriedade foi legalmente confiscada no prosseguimento do caso de fraude, corrupção, roubo e lavagem de dinheiro, no qual Malema está envolvido.

Entretanto, os leiloeiros de Park Village revelaram que a casa de campo de Malema dispõe de quatro quartos, uma enorme sala de estar e de jantar, bem como um enorme pátio, para além de uma cozinha e um escritório. A mesma possui ainda uma piscina, uma garagem e sala de eventos e diversões. No mesmo terreno, há uma moradia semi-acabada também pertencente a Malema, que continua a dever cerca de 9 milhões de randes em impostos, dos 16 que devia pagar.

Na quinta-feira da semana passada, a mansão ainda em construção localizada em Sandown, Joanesburgo, foi comprada num leilão, por 5.9 milhões de randes.

Um abraço de morte “assustadoramente belo”

A fotógrafa Taslima Akhter revelou um abraço de um homem e de uma mulher congelado pela derrocada do edifício Rana Plaza, no Bangladesh. A imagem ameaça tornar-se um ícone da luta contra as condições de trabalho no sector têxtil naquele país.

Texto: Redacção/Agências • Foto: Taslima Akhter

Taslima Akhter não sabe quem são nem que tipo de relação mantinham. Tentou “desesperadamente” encontrar respostas para muitas perguntas que surgiram a jorros depois de horas e horas a fotografar corpos aprisionados nos escombros do edifício Rana Plaza, Daca, Bangladesh. Tentou “alguma pista” que fosse, mas nada. Para já, o homem e a mulher que se abraçam no momento fatal do colapso de há duas semanas que causou mais de 1000 mortos continuam anónimos. E perseguem o pensamento da fotógrafa que captou esta imagem que agora se afirma como uma das mais simbólicas da tragédia.

Os acidentes ligados às condições precárias de trabalho e exploração humana não são novidade para Taslima Akhter. Em Novembro do ano passado, fotografou um incêndio numa fábrica de confecções que causou mais de 100 mortos, trabalho que chamou a atenção do Lens, o blogue do jornal New York Times dedicado à fotografia e ao jornalismo visual. Nessa altura, a fotógrafa declarou-se “emocionada” e “esmagada” pelo que tinha acontecido, mas não se mostrou surpreendida – antes desta tragédia já tinha fotografado outras quatro no Bangladesh em tudo semelhantes. “A história é sempre a mesma”, dizia em declarações ao Lens. E no dia 24 de Abril a história voltou a repetir-se, agora a escala ainda mais dantesca.

Akhter, que trabalha sobretudo em temas ligados à denúncia da exploração laboral, fotografou intensamente o desenrolar dos acontecimentos logo depois da notícia do colapso do edifício. Passou o dia entre destroços, equipas de resgate e salvamento e olhares de famílias desesperadas que procuravam entes queridos. Esses olhares marcaram-na, eram olhares “assustados”. Akhter fotografou, fotografou, fotografou até ficar exausta física e psicologicamente. Ao início da tarde (o complexo ruí por volta das 9h locais), deparou com um casal abraçado, rodeado de ferros retorcidos e semicoberto por destroços. A reacção da fotógrafa foi de espanto. Sentiu depois proximidade, familiaridade. “Não queria acreditar. Senti que os conhecia – senti-os muito próximos de mim. Vi quem eles eram no último momento em que estiveram juntos e em que tentaram salvar-se”, disse a fotógrafa num depoimento escrito que enviou ao LightBox, o espaço online dedicado à fotografia da revista Time.



Apesar desta ligação imediata (e íntima) em relação àquela cena e àqueles dois seres humanos, Taslima Akhter confessa “desconforto” de cada vez que olha para a sua fotografia. Sente-se “estremecida” não tanto pelo momento extraordinário que captou, mas sobretudo pelo seu poder inquisitivo e comovente: “É como se me estivessem a dizer ‘Não somos números – não somos só mão-de-obra barata com vidas baratas. Somos seres humanos como tu. A nossa vida é tão preciosa como a tua e os nossos sonhos também são preciosos’”.

Uma das ambições de Akhter, que já foi bolsista da Magnum Foundation para estudar fotografia e direitos humanos, é que esta imagem contribua para que os trabalhadores do sector têxtil do Bangladesh “sejam tratados como seres humanos e não apenas como números”. E que os responsáveis pelo que aconteceu sejam punidos com as penas máximas previstas na lei. Contudo, aconteça o que acontecer aos que forem considerados culpados, a fotógrafa confessa que “não haverá alívio” dos “sentimentos horríveis” que lhe provocaram as últimas duas semanas em que esteve rodeada de cadáveres. “Como testemunha desta crueldade, sinto que é urgente partilhar esta dor com toda a gente. É por causa disto que esta imagem tem de ser vista”.

Também citado pelo LightBox, Shahidul Alam, escritor, fotógrafo e fundador da escola de fotografia Pathshala (onde Taslima Akhter estudou fotojornalismo), afirmou que esta imagem é ao mesmo tempo “altamente perturbante” e “assustadoramente bela”. Para Alam, a ternura que emana deste abraço “eleva-se acima dos destroços para nos tocar onde somos mais vulneráveis”. Ao dar-nos este momento tão pessoal, esta fotografia “recusa passar despercebida”. “É o tipo de imagem que nos atormentará os sonhos. Sem grande alarido, comunica. Nunca mais.”

A fotografia como acto político

Para Akhter, o exercício da fotografia é um acto político. Por isso está envolvida em organizações de mulheres e de trabalhadores e utiliza as câmaras para denunciar atropelos à dignidade e explo-

ração humanas no seu país. O Bangladesh é o segundo maior exportador de têxteis, depois da China, com mais três milhões de trabalhadores no sector.

Na quarta-feira (8), as autoridades anunciaram o encerramento, numa primeira fase, de 18 fábricas têxteis por razões de segurança. O último balanço da tragédia de 24 de Abril dá conta de mais de 1000 mortos e desconhece-se o número exacto de pessoas que estavam no edifício quando as suas estruturas cederam.

No Rana Plaza, situado a cerca de 30 quilómetros da capital, os trabalhadores já tinham denunciado a existência de fendas no edifício. No interior estariam mais de cinco mil pessoas, mas esta é apenas uma estimativa. Entre nove andares, funcionavam cinco fábricas, duas delas a trabalhar para marcas de roupa como a britânica Primark e a espanhola Mango. Até agora, 12 pessoas foram detidas no âmbito da investigação à derrocada do prédio, entre elas o proprietário, Mohammed Sohel Rana, que tentou a fuga para a Índia.

Depois de mais um acidente de grandes dimensões, o Governo do Bangladesh anunciou um reforço das medidas de segurança no trabalho e das regras de construção. Foi ainda anunciada a criação de uma nova comissão para coordenar vistorias a perto de 4500 fábricas têxteis. A promessa de mais inspecções já tinha sido feita em Novembro de 2012, depois de um incêndio numa fábrica ter causado 111 mortos. Nos meses que se seguiram, esse trabalho revelou ter dado poucos resultados quanto ao reforço das medidas de segurança.

“A história é sempre a mesma” dizia Taslima Akhter. E foi.

Violações na Índia revelam práticas policiais coloniais

A brutalidade da Polícia na repressão dos protestos que sacodem a Índia desde Dezembro, contra a onda de violações no país, traz consigo a demanda pela reforma de uma força que mantém características coloniais.

Texto: Ranjit Devraj/IPS

O Supremo Tribunal de Justiça, irritado com os graves excessos contra mulheres manifestantes em Nova Deli e outros Estados do norte do país, pediu em Abril informações sobre o grau de cumprimento das instruções que essa corte determinou há seis anos sobre a reforma da Polícia.

“Nem um animal faria o que fazem os oficiais da polícia todos os dias em diferentes partes do país”, afirmaram os juizes do Supremo Tribunal, referindo-se, entre outros casos, à surra sofrida por uma mulher de 65 anos quando participava num protesto na cidade de Aligarh, no Estado de Uttar Pradesh. “Como um polícia pode bater numa senhora desarmada?”, perguntaram os magistrados, ao fim de uma das suas sessões.

O juiz que presidiu a reunião, G. S. Singhvi, mencionou o caso de um polícia que esbofetou uma jovem que participava numa manifestação no dia 19 de Abril, nas proximidades de um hospital da capital, onde uma menina de cinco anos estava internada vítima de violação. “A Polícia pode fazer pouco para reduzir crimes como a violação, mas os oficiais devem ser julgados pela forma como reagem diante deles”, afirmou Jyotishwaroop Pandey, que deixou no ano passado o cargo de director-geral da Polícia no Estado de Uttarakhand.

Pandey, que agora integra a comissão de reforma policial, disse à IPS que é “inaceitável” a Polícia não

reagir às denúncias sobre o mau comportamento de um motorista de autocarro no dia 16 de Dezembro de 2012. Horas depois, as forças de segurança detiveram o motorista e outros homens por maltratarem e violarem em grupo uma passageira de 23 anos.

Os agressores atiraram para fora do autocarro a vítima e o seu companheiro, numa agitada rua de Nova Deli, nus e a sangrar, onde permaneceram quase uma hora sem ninguém se atrever a intervir por medo de se ver envolvido num caso policial. Face aos protestos públicos pelo facto, as autoridades levaram a jovem para um hospital de Singapura, onde morreu no dia 29 do mesmo mês devido a graves ferimentos.

Em Nova Deli, a Polícia reprimiu os manifestantes que se dirigiam ao Parlamento utilizando carros que lançam água e a golpes de cassetete. Também realizou detenções maciças. Pandey afirmou que a Polícia “se esqueceu de que o seu principal objectivo deve ser manter a paz e a ordem, sem recorrer à força ou exacerbar a tensão com o seu comportamento, em lugar de usar empatia para acalmar os ânimos”.

Além da brutal repressão policial, os defensores dos direitos humanos preocupam-se com o tratamento dado às vítimas de violação nas delegacias, que começa pela negação de registar a denúncia.

Em Dezembro, uma mulher matou-se tomando veneno, depois de ser violada por três homens na cidade de Patiala, no Estado de Punjab. Numa nota, ela acusou a Polícia de não tomar medidas após a sua denúncia e, pelo contrário, intimidou-a.

Pouco depois da agressão colectiva, a vítima apareceu nos canais de televisão a relatar o seu pesadelo, mas isso não comoveu a Polícia. O suicídio tampouco bastou, e foi necessária a intervenção de um alto tribunal estatal para que as autoridades tomassem medidas contra três polícias e iniciassem um processo judicial contra eles. A organização não governamental Commonwealth Human Rights Initiative (CHRI) divulgou um comunicado, no dia 23 de Abril, pedindo uma reforma da força policial. Também expressou a sua “grande preocupação pela contínua falta de resposta pelas vítimas de violação”.

Nem mesmo a nova legislação, que prevê dois anos de prisão para os polícias que se negarem a registar uma denúncia, parece ter modificado atitudes e comportamentos, segundo a directora da CHRI, Maja Daruwala. Uma nova lei, redigida com base em amplas consultas à sociedade civil, considera perspectivas de género actualizadas e comportamentos patriarcais para modificar aspectos do Código Penal, que o regime colonial introduziu em 1860.

Entretanto, os últimos acontecimentos mostram que a lei, aprovada no parlamento em 20 de Março, ainda não fez efeito. “As mudanças legais, impulsionadas pela violação de 16 de Dezembro, não terão muito significado se a polícia continuar a negar a justiça com as suas práticas abusivas”, afirmou Daruwala.

A reforma legal, que aponta para julgamentos mais rápidos e castigos mais duros contra os violadores, foi criticada por evitar totalmente o assunto grave de modernizar a força policial voltada para o serviço à cidadania e não à repressão, tal como propõe o Supremo Tribunal de Justiça. “Se as directivas apontadas pelo Supremo Tribunal em 2006 tivessem sido adoptadas e implantadas, a Polícia teria deixado de ser uma força temida e pouco confiável e se transformado num serviço essencial para defender a lei”, opinou Navaz Kotwal, coordenadora do programa de reforma policial da CHRI.

Em virtude de denúncias sobre a grande prepotência dos agentes ao lidarem com manifestações contra as violações, o alto tribunal pediu às províncias, no dia 6 de Março, informes sobre o avanço da reforma policial. Mas algumas autoridades policiais são cépticas, como o director-geral da força no Estado de Haryana, Vikash Narain Rai. Para mudar a Polícia é preciso uma “reforma judiciária, rever os serviços correcionais e realmente empoderar a sociedade”, afirmou.

Respeitar o solo dá mais frutos na Tanzânia

O pequeno agricultor Peter Mcharo, da região tanzaniana de Morogoro, tem motivos para estar alegre. As suas terras estão sãs e cheias de milho, embora passe menos tempo a trabalhar nelas.

Texto & Foto: Orton Kiishweko/IPS

No dia 22 de Abril, o ministro de Agricultura, Segurança Alimentar e Cooperativas, Christopher Chiza, exortou os pequenos produtores do país a praticarem a lavoura de conservação, sistema



também conhecido como “semeadura directa”, que procura evitar que se cause perturbação no solo onde se planta. Essa prática apresenta-se como uma possível resposta à grave escassez de alimentos que sofrem 47 distritos desta nação da África oriental. As regiões tanzanianas mais afectadas são Kilimanjaro,

Lindi, Tanga, Mtwara, Iringa, Kagera, Mwanza e Singida.

Mcharo, da aldeia de Kibaigwa, disse à IPS: “Nas cinco temporadas em que usei este sistema confirmei que é melhor aplicar a lavoura de conservação. Os meus colegas na cooperativa da aldeia e eu conseguimos maiores lucros por cada meio hectare do que quando cultivávamos uma porção maior de terra. Mcharo integra, a par de outros 30 produtores da sua aldeia, a cooperativa Umoja (“unidade”, em swahili), todos envolvidos na agricultura de conservação.

Estes são alguns dos vários produtos do país abrangidos por um projecto de agricultura de conservação apoiado desde 1998 pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). A iniciativa, administrada pelo Ministério de Agricultura, Segurança Alimentar e Cooperativas, beneficia cerca de quatro mil pequenos agricultores nas regiões centrais e do norte de Morogoro, Kilosa, Mbeya, Arusha, Babati e Manyara.

Segundo um relatório de 2007, redigido por Richard Shetto, Marietha Owenya, a FAO e outros sócios, intitulado A Agricultura de Conservação Praticada na Tanzânia: Três Casos de Estudo, a produção agrícola é a base económica do país. Responde por “cerca da metade tanto do Produto Interno Bruto como das exportações. Aproximadamente 80% dos 34,5 milhões de habitantes do país, especialmente os que vivem nas áreas rurais e periurbanas, dependem da agricultura para a sua subsistência”, acrescenta o documento.

A agricultura de conservação é uma prática de produção eficiente que implica uma mínima, ou nenhuma, perturbação do solo, que é mantido coberto o tempo todo, seja com a própria plantação ou com uma camada de resíduos de colheitas anteriores. Além disso, aplica-se um sistema de rotação de cultivos e reduz-se, ou evita-se completamente, o uso de pesticidas, enquanto se opta por outros métodos de protecção orgânicos.

Além disso, é dada ênfase a ferramentas simples e de baixo custo, como semeadoras e arados movidos por bois. O modelo Fitarelli de plantio directo a tracção animal, uma invenção brasileira, torna-se cada vez mais popular na agricultura de conservação.

Na última temporada de cultivos, Mcharo utilizou na sua terra, de 1,2 hectare, um arado que provoca uma mínima alteração no solo. Sem empregar fertilizantes, as suas colheitas aumentaram de 20 quilos de milho em cada meio hectare, há dois anos, para 50 quilos, em Novembro de 2012. Ele também intercalou cultivos de amendoim com o de milho.

“Antes podia chegar a gastar mais de 125 dólares na preparação do meu pequeno terreno e com a compra de fertilizantes e sementes, mas colhia apenas 15 quilos de milho em cada meio hectare e ganhava 106 dólares com eles”, contou Mcharo. “Além de reduzir os custos de produção, vi que esta tecnologia me poupa tempo e é menos exigente”, destacou.

A prática também melhorou a sua qualidade de vida. Mcharo ganhou 250 dólares na sua última colheita, quase três vezes mais do que o obtido no ano anterior. Com uma família de nove pessoas, contou que pôde colocar um novo telhado na sua casa, comprou uma fresadora e acrescentou mais 1,2 hectare à sua propriedade, onde começará a cultivar arroz na próxima temporada.

O engenheiro agrícola Mark Lyimo, do Ministério de Agricultura, dirigiu a fase inicial do projecto de plantio de conservação. Ele disse à IPS que essa prática demonstrou ser útil para combater a degradação do solo. “Foi necessária devido à erosão do solo e à perda de fertilidade, que ameaçavam vastas superfícies das terras agrícolas em África e, como consequência, a existência das fazendas e das famílias rurais”, acrescentou.

“A tecnologia concentra-se principalmente na produção sustentável por meio de um sistema intenso de plantação, pelo qual se intercalam duas vezes por ano dois tipos de cultivos, um de legumes e um de cereais”, detalhou Lyimo. O Ministério informou que, em geral, legumes, feijões e amendoim são intercalados em muitas plantações do norte e do centro do país. O engenheiro afirmou que deveriam ser redobrados os esforços para demonstrar que o plantio de conservação funciona efectivamente, e dessa forma mudar a mentalidade dos produtores, que por muitos anos araram as suas terras.

Joseph Ndunguru, do Instituto Mikocheni de Pesquisa Agrícola, da Tanzânia, destacou que os solos húmidos que são conservados com essa prática geram melhores colheitas ao longo de todo o ano. “O agricultor descobrirá que esta tecnologia, além de reduzir os seus custos de produção, lhe poupará tempo e exigirá menos”, acrescentou. Damian Gabagambi, da Universidade da Agricultura de Sokoine, disse à IPS que a prática também é boa para os pequenos agricultores porque reduz a vulnerabilidade dos solos face às secas.



Convite Oficial

Reunião para a apresentação do
Relatório do Painel de Progresso de África em 2013
“Equidade na Indústria Extractiva em África”

A quem esteja interessado,

Pela primeira vez em África, especialmente em Moçambique convidamo-lo a participar de um debate por ocasião do lançamento do **“Relatório do Painel sobre Equidade na Indústria Extractiva em África – Gestão dos Recursos para Transformação do Desenvolvimento Humano”**. Em 23 de Maio em Moçambique no Hotel Radisson das 10 da manhã às 13 horas.

Os sectores de petróleo, gás e minerais em África oferecem a oportunidade do milénio de tirar as pessoas da pobreza. Embora estes sectores estejam muitas vezes associados a níveis crescentes de corrupção, pobreza e conflito por exemplo, as receitas provenientes da riqueza dos recursos naturais poderia ser usada para financiar a saúde, educação e outros investimentos cruciais. Em 2010, as exportações de África em petróleo e minerais (€252 bilhões) superaram em sete vezes o valor da ajuda externa (€36 bilhões) ao Continente.

Este ano o Relatório Anual do Painel de Progresso da África reportará sobre os sectores do petróleo, gás e minas, desenvolvendo o tema do ano passado sobre equidade. O relatório argumentará a favor de que os sectores do petróleo, gás e minas em África devem contribuir mais para o benefício das populações africanas. Não podemos aceitar a situação actual como se fosse normal.

Profissionais do sector privado, organizações não governamentais com fins não lucrativos, académicos, governos africanos, ambientalistas, grupos conservacionistas, imprensa, blogueiros e activistas em Moçambique, Zâmbia e na República Democrática do Congo reunir-se-ão numa mesa redonda para examinar e colher ideias sobre o Relatório do Painel do Progresso de África em 2013 centrado na equidade e indústria extractiva.

Sobre o Painel do Progresso de África

Presidido por Kofi Annan, o Painel composto por 10 membros advoga níveis mais altos de desenvolvimento equitativo e sustentável em África.

O Painel de Progresso da África liga a influência dos membros do Painel tais como o antigo Presidente da Nigéria Olusegun Obasanjo, Graça Machel antiga Primeira Dama de Moçambique e África do Sul, esposa de Nelson Mandela, Tidjane Thiam, Presidente do Grupo Prudential plc, Strive Masiyiwa, Fundador da Econet Wireless com análise avançada de políticas para advogarem a favor de maior equidade e desenvolvimento sustentável em África, especialmente nas questões políticas que são cruciais para o desenvolvimento de África e onde a natureza da nossa organização significa que trazemos vantagem comparativa.

Sendo assim convidamo-lo a participar deste debate para junto contribuirmos por um continente melhor.

Queira por favor registar-se em:
<http://appreportmaputo2013.eventbrite.com/>

Visite-nos em:
www.africagathering.org

Contactos:

Africa Gathering: Marième Jamme - Fundadora • Email: marieme@africagathering.org
Apoio e coordenação - Maputo • Email: idenisemartins@gmail.com
Para mais informações contacte: +258 843006956

Visite-nos no Facebook: <https://www.facebook.com/africaprogresspanel>
Actualize-se via Twitter: <http://www.twitter.com/africaprogress>
Para o nosso canal YouTube: <http://www.youtube.com/AfricaProgressPanel1>

Moçambola: Maxaquene é o novo líder do certame

Decorreu, no passado fim-de-semana (11 e 12), a oitava jornada do Campeonato Nacional de Futebol, o Moçambola, edição 2013. O destaque desta ronda vai, sem dúvidas, para a equipa campeã nacional em título, o Maxaquene, que ascendeu ao topo da tabela classificativa mercê da vitória diante do HCB de Songo, por 2 a 1.

Texto: David Nhassengo • Foto: Miguel Manguze

À entrada desta ronda, o HCB de Songo assumia a primeira posição do certame, enquanto o Maxaquene estava na segunda, o que, de uma forma, ou de outra, fez com que a partida se tornasse de capital importância, visto que estava em disputa o topo da tabela classificativa.

O Maxaquene, que jogava em casa e diante do seu público no Estádio Nacional do Zimpeto, logo depois do apito inicial do árbitro assumiu o comando do jogo, atrás de golo. Obrigou, também, o HCB de Songo a encolher-se na sua zona central que sai somente em contra-ataque.

A primeira oportunidade de golo pertenceu à equipa tricolor, volvidos nove minutos, quando o malawiano Chikwepo, vendo um obstáculo à penetração da zona central contrária, desferiu um remate de longe com a bola a passar ao lado da baliza dos visitantes. O Maxaquene continuou a procurar caminhos para chegar ao tento e, numa jogada ofensiva de insistência, o esférico caiu no interior da área do HCB, faltando pontaria a Kito que atirou para fora.

A resposta do HCB surgiu ao minuto 13 quando, numa jogada rápida de contra-ataque, Nicholas teve a oportunidade de violar as redes do Maxaquene, enviando o esférico para lá das quatro linhas. A equipa tricolor não se deixou abalar e continuou a fazer o seu jogo, ainda que desprotegido na zona central devido às corajosas subidas de linha.

Volvidos 19 minutos, num lance espectacular, Kito, na condução duma jogada de ataque pelo flanco direito, apercebeu-se do desequilíbrio da equipa adversária na sua zona recuada e, ao fazer um cruzamento, o esférico tabelou mal na relva natural do Zimpeto, fazendo com que o HCB de Songo ganhasse um pontapé de baliza. Numa jogada similar, mas no sentido contrário, o extremo do HCB, Jacob, depois de fingir a defesa tricolor Calima, centrou para Zuma que tocou mal na bola, aparecendo o guarda-redes Acácio a dar por terminado o perigo.

A partir desse instante, a equipa visitante descobriu que, jogando encostada nos flancos, sobretudo do lado direito, era possível contrariar a onda ofensiva tricolor. Aliás, ao minuto 26, em jogada de contra-ataque do HCB em que o esférico “peregrinou” para o campo contrário pela linha lateral direita, Jacob respondeu positivamente a um cruzamento, introduzindo a bola no fundo das malhas.

Foi um golpe terrível para os tricolores que, mesmo antes de se refazerem da contrariedade, viram o mesmo Jacob a rematar para uma defesa espectacular de Acácio, transcorrido o minuto 28. Os campeões nacionais só acordaram no segundo e último minuto de compensação quando Kito, aproveitando-se de alguma distração dos centrais contrários que naquela altura clamavam pelo intervalo, restabeleceu a igualdade no marcador.

Uma segunda parte autenticamente tricolor

No reatamento, o Maxaquene voltou à “campeão” e deu a entender que havia encontrado o mesmo caminho que no ano passado o levou a carregar o troféu. Não se conformou com o empate e apresentou a mesma característica ofensiva do início da primeira parte.

Jogou, fez correr o adversário, atacou mas, por anuência sua, admitiu que o HCB de Songo pudesse, à medida que sofria um ataque, jogar em contra-ataque. E o primeiro lance verdadeiramente de perigo pertenceu ao Maxaquene, por intermédio de Macamito que, à passagem do minuto 65, rematou de longe com a bola a ganhar altura passando por cima da baliza.



Ao minuto 74, Kito após uma tabelinha com Eboh, centrou o esférico para o malawiano Chikwepo que, dentro da grande área, fez a reviravolta no marcador ao estabelecer o 2 a 1 favorável aos caseiros. E com o golo, o HCB arriscou com todas as suas armas no jogo ofensivo, encurralando o adversário no seu próprio campo, obrigando-o a que, quer o guarda-redes Acácio, quer os centrais tricolores, por diversas vezes fossem chamados a manter o resultado que colocou o Maxaquene no topo da tabela classificativa.

Johane silencia o Estádio da Machava

No sábado (11), em jogo de arranque da jornada oito, o Ferroviário de Maputo recebeu, no mítico Estádio da Machava, o Clube de Chibuto, equipa representante da província de Gaza no Moçambola, e que vinha à procura da sua primeira vitória naquele relvado sintético.

O jogo arrancou com o gazenses a contrariem todas as expectativas, assumindo as rédeas do jogo o que fez com que, volvidos seis minutos, Stanley desse o primeiro aviso à baliza de Germano, guarda-redes da locomotiva. Cinco minutos mais tarde, na sequência de um pontapé de canto, o mesmo guarda-redes voltou a estar no centro das atenções ao protagonizar uma defesa incompleta, deixando o esférico escapar para o pé de Stanley, que atirou por cima da baliza.

Ao décimo segundo minuto, a vez foi de Lalá tentar a sua vez, rematando forte contra o corpo do central Nhambombe. A resposta da equipa da casa deu-se ao minuto 14, quando Luís recebeu a bola na zona do meio campo, ganhou terreno até invadir a grande área contrária, centrando para Diogo que falhou no desvio para o fundo das malhas.

O Ferroviário de Maputo não conseguiu encontrar-se no campo e, até ao minuto 45, entre assobios e vaias contra a sua equipa técnica por parte do público, podia ter sofrido dois golos, primeiro ao minuto 30 quando Mambucho, dentro da grande área, serviu Lalá, com este último a chegar atrasado no lance. A outra jogada deu-se minutos mais tarde com a mesma marca, ou seja, Mambucho, que perto do seu meio-campo desferiu um remate para a defesa apertada de Germano.

Na segunda parte, as coisas mudaram totalmente de rumo e o Ferroviário de Maputo entrou com o objectivo firme de marcar golos. Mas o clube de Chibuto não cruzou os braços e arriscou também nas investidas ofensivas, ainda que limitado a jogar em contra-ataque. No primeiro minuto desta etapa complementar, Diogo fez um cruzamento com a bola a voar para Inocent que, por sua vez, cabeceou ao lado da baliza.

A resposta da equipa de Chibuto surgiu 11 minutos mais tarde, numa jogada de bola parada, em que Duda, na cobrança de um livre, colocou o esférico na confusão da grande área, com Lalá a amortizar para Johane que atirou por cima. O jogo prosseguiu como um autêntico “mata-mata” que só surtiu efeito ao minuto 70, num lance de contra-ataque rápido, em que Inocent fez um passe a isolar Diogo, que, só com o guarda-redes pela frente, rematou para o poste, antes de ganhar a recarga para o golo.

Quando tudo indicava que o Ferroviário de Maputo ia ficar com os três pontos, eis que, no quarto e último minuto de compensação, Johane, num lance individual, recuperou a bola na zona intermediária, arriscou pela vertical passando por dois centrais antes de desferir um portentoso remate que só terminou no fundo das malhas. Foi um golo que, se fosse possível, deveria ser revisto várias vezes por tão bonito e fantástico que foi.

Quadro de resultados

8ª Jornada				
Fer. de Nampula	0	x	1	Têtil de Púnguê
Maxaquene	2	x	1	HCB de Songo
Chingale de Tete	0	x	0	Matchedje
Estrela Vermelha	0	x	0	Liga Muçulmana
Fer. da Beira	1	x	1	Costa do Sol
Vilankulo FC	1	x	0	Desp. de Nacala
Fer. de Maputo	1	x	1	Clube de Chibuto

PRÓXIMA JORNADA - 9ª				
Fer. da Beira		x		Fer. de Nampula
Têtil de Púnguê		x		Fer. de Maputo
Clube de Chibuto		x		Maxaquene
HCB de Songo		x		Chingale de Tete
Matchedje		x		Vilankulo FC
Desp. de Nacala		x		Estrela Vermelha
Costa do Sol		x		Liga Muçulmana

L	Clubes	J	V	E	D	GM	GS	DG	P
1º	Maxaquene	7	5	0	2	8	5	3	15
2º	HCB de Songo	8	4	2	2	10	6	4	14
3º	Liga Muçulmana	6	4	1	1	11	3	8	13
4º	Costa do Sol	8	3	3	2	9	6	3	12
5º	Desp. Nacala	8	3	3	2	4	3	1	12
6º	Fer. Beira	8	3	2	3	9	8	2	11
7º	Chingale de Tete	8	3	2	3	5	5	0	11
8º	Clube de Chibuto	8	3	2	3	9	12	-3	11
9º	Têtil de Púnguê	8	3	2	3	6	9	-3	11
10º	Vilankulo FC	8	3	1	3	3	5	-2	10
11º	Fer. Maputo	8	2	3	3	6	7	-1	9
12º	Estrela Vermelha	8	2	2	4	5	7	-2	8
13º	Fer. Nampula	8	2	2	4	5	8	-3	8
14º	Matchedje	8	1	1	6	4	10	-6	4

Desporto

Nampula ainda com falta de infra-estruturas

A cidade de Nampula enfrenta, nos últimos tempos, sérios problemas relacionados com a falta de recintos desportivos, uma situação que compromete a massificação das várias modalidades praticadas naquele ponto do país. Alguns campos, sobretudo os que se encontram localizados nos bairros periféricos da cidade capital, estão a desaparecer de forma paulatina devido a vários factores, com especial atenção para a erosão dos solos e a invasão de populares que fixam residências e procedem a benfeitorias a seu bel-prazer.

O futebol (onze) é a modalidade mais sacrificada na cidade de Nampula, uma vez que é a que movimenta o maior número de atletas, arrastando consigo muita moldura humana. Esta situação está aliada à falta de acompanhamento por parte das entidades de direito, aquelas que, no lugar de dirigirem o desporto, o relegam para último plano.

O desaparecimento coercivo de recintos desportivos, neste ponto país, tem-se agravado a cada ano que passa devido ao crónico problema de erosão que surge em consequência das chuvas, como, por exemplo, as que assolaram a província nos passados meses de Janeiro e Fevereiro. Entretanto, depois de se assistir ao abrandamento deste fenómeno natural, não se verifica nenhum tipo de intervenção por parte das instituições de direito de forma a repor os solos.

À erosão junta-se a invasão desenfreada dos espaços desportivos por parte das populações que vivem nas proximidades dos campos, causado, por um lado, por falta de vedação e, por outro, pela anuência das próprias autoridades municipais que não delimitam as áreas nem as declaram recintos reservados à prática do desporto.

Dos cerca de vinte campos que acolhiam partidas de futebol em diferentes bairros da cidade capital de Nampula, somente dez é que se encontram disponíveis, sendo que grande número destes está em estado altamente deplorável.

Os únicos recintos desportivos em bom estado e passíveis de serem utilizados na prática de futebol recreativo localizam-se no bairro de Muatala, com destaque para os campos de Texmoque, de Textáfrica, de Matchedje no bairro militar, Aeroporto e Namutequilua no bairro Muhala-Expansão, este último que, recentemente, beneficiou de obras de reabilitação por parte da direcção do clube Sporting de Nampula.

Apesar das péssimas condições em que se encontram os campos, alguns núcleos criados nesses bairros têm-se desdobrado para movimentar os seus campeonatos. Aliás, algumas situações relacionadas com a erosão que afecta os recintos desportivos na cidade de Nampula têm sido minimizadas pelos próprios amantes da modalidade, que com enxadas e ancinhos tapam os buracos abertos pela chuva, sob o olhar atento de quem devia fazer o trabalho por eles.

Ainda na sequência desta reportagem, o @Verdade foi ao encontro de Tagir Samuel, secretário-geral a nível do futebol recreativo a nível da cidade de Nampula, que em 2010 remeteu ao Conselho Municipal e à Direcção Provincial da Juventude e Desportos de Nampula, uma carta na qual pedia, na sua qualidade de dirigente desportivo, que alguns campos fossem niveladas e vedados como forma de manter o controlo dos espaços. No entanto, soubemos dele que volvidos três anos, o assunto não teve resposta, ainda que o presidente do Conselho Municipal, Castro Namuaca, tenha voltado a falar deste assunto, em jeito de promessa, em 2011, durante uma visita efectuada ao sector do desporto da cidade.

“Até hoje continuamos a aguardar pela resposta. Caso esta conjuntura prevaleça, estamos todos cientes de que alguns bairros poderão ficar sem campos e, consequentemente, sem o futebol, sem o atletismo e outras modalidades que possam também usar esses espaços. Ainda que situações tais como a invasão dos recintos populares mereçam pronta resposta” disse a fonte.

No que diz respeito ao atletismo, sendo uma modalidade atre-



lada aos recintos onde se pratica o futebol, a nossa equipa de reportagem apurou que somente o campo Francisco Durão, do Benfica de Nampula, o do Ferroviário de Nampula e o Municipal 25 de Setembro estão em condições de acolher as provas. No Futsal, os praticantes continuam a utilizar recintos pertencentes às instituições de ensino, nomeadamente das escolas secundárias 12 de Outubro e de Muatala, da Faculdade de Educação Física e Comunicação, da Universidade Católica de Moçambique, ainda que as duas primeiras estejam, neste momento, sem balizas, restando substituí-las por blocos de construção.

A utilização do pavilhão do Ferroviário de Nampula, segundo apurámos, está reservada aos atletas que fazem parte do clube.

“Estamos ainda a trabalhar”

O @Verdade procurou, também, ouvir o governo provincial bem como o próprio Conselho Municipal acerca do cenário do desaparecimento de infra-estruturas desportivas de Nampula. No entanto, depois de várias tentativas, só foi possível manter uma conversa com Luís Massalo, director do Departamento Social, da Juventude e Desportos da mesma edilidade.

Confrontado com o cenário, o nosso interlocutor considerou que o actual estágio das infra-estruturas desportivas em Nampula espelha a actual conjuntura socioeconómica desta cidade reconhecendo, por outro lado, que alguns casos carecem, de facto, de alguma intervenção a nível do município.

Falando especificamente dos recintos onde se pratica futebol, o nosso entrevistado frisou que o seu pelouro levou a cabo, recentemente, um levantamento do número de campos que foram assolados pelas chuvas de Janeiro e Fevereiro do ano em curso, com vista a ser efectuada uma reabilitação dos mesmos. “A nossa margem de operação dependia necessariamente do calendário chuvoso. Temos, sim, um plano que visa a terraplanagem dos campos, como, por exemplo, o do Texmoque e do Textáfrica, todavia tivemos falta equipamento para a sua materialização” revelou, para a seguir acrescentar que “a nossa única motoniveladora está neste momento avariada. Mas assim que ela ficar pronta, o que está programado para breve, garantiremos a continuidade da prática desportiva na cidade de Nampula e naqueles dois recintos em particular, para onde, inclusive, já requisitámos as respectivas balizas”.

No que diz respeito à política pública para o desporto, empreendida pelo município, Luís Massalo avançou que, para colmatar a falta de espaços nesta cidade, a edilidade projectou para o presente ano a abertura de mais dois centros desportivos, um no bairro de Expansão e outro no bairro Marrere. “Estamos cientes de que continuamos a perder talentos que poderiam ajudar no futuro do desporto da cidade. Precisamos de massificar o desporto na sua generalidade, não só olhando para o futebol. Queremos, por outro lado, encurtar as distâncias percorridas pelos jovens para encontrarem um recinto desportivo condigno” declarou.

“À semelhança do projecto de nivelção dos campos, e enquanto aguardamos pela re-

paração urgente da motoniveladora, queremos também garantir o surgimento de mais núcleos desportivos com o apoio material do município” revelou o nosso interlocutor, esclarecendo, por outro lado, que nem todos os campos que sofreram erosão serão abrangidos pelas obras devido ao seu estado avançado de degradação, usando como exemplo o pavilhão de Napipine, onde a sua estrutura foi consumida quase que na totalidade pela fúria das águas em Janeiro último.

Quando confrontado com o assunto da usurpação dos recintos desportivos por parte de populares para a construção de residências, aliada à necessidade de vedar os mesmos, Massalo, escusou-se a comentar, limitando-se a dizer que “isso tem custos elevados e os nossos cofres, infelizmente, não permitem materializar tal actividade”.

Novo campo municipal (ainda) em “banho-maria”

No artigo publicado no jornal @Verdade, na sua edição de 25 de Janeiro do corrente ano, intitulado “Nampula sem infra-estruturas desportivas”, pode-se ler o seguinte: “(...) num passado recente, o próprio município surgiu publicamente a revelar que dos estudos feitos com vista à reabilitação do Estádio 25 de Setembro, ficou concluído que o custo ultrapassava a sua capacidade, tendo deliberado, no lugar de uma reabilitação, a entrega daquele espaço em troca da construção de um novo estádio, (em que) no acto do trespassse ao Grupo Royal Plastics, foi lançada em Agosto de 2010 a primeira pedra para a construção do novo campo municipal, localizado a cerca de 10 quilómetros da cidade de Nampula, na estrada que liga Nampula aos distritos de Angoche e Moma. Na verdade, as obras só arrancaram noventa dias depois, cujo término estava previsto para Agosto de 2012”.

Dando sequência ao assunto, volvidos cinco meses, a nossa equipa regressou ao local da construção da obra. Todavia, debalde. Ainda continua um sonho a construção do novo campo municipal de Nampula, apesar do negócio feito entre a edilidade e o Grupo Royal Plastics que correu perfeitamente.

No entanto Luís Massalo, director do Departamento Social, da Juventude e Desportos do Conselho Municipal da Cidade de Nampula, tratou de desvalorizar o assunto afirmando que a demora na entrega da mencionada infra-estrutura prende-se à burocracia ligada ao processo de importação de algum equipamento que deveria ser utilizado nas obras ora em curso. “Tínhamos de importar parte do equipamento de alguns países asiáticos. Mas neste momento posso-lhe garantir que já terminaram as obras de construção do campo polivalente, estando-se, neste momento, na fase de montagem das bancadas centrais bem como da construção do respectivo muro de vedação” disse a fonte, para a seguir concluir que “segundo as nossas previsões, tudo estará concluído, provisoriamente, até finais do próximo mês de Setembro”.

Desporto

Ligue 1: PSG passa pelo Lyon e é campeão francês pela terceira vez

Primeiro, chegaram os milhões de dólares do Catar. Depois, desembarcaram o técnico italiano Carlo Ancelotti e o diretor desportivo Leonardo. Mas, nada de título: na temporada passada, um decepcionante segundo lugar para o Montpellier. Então, vieram as estrelas. E a seca do Paris Saint-Germain acabou no passado domingo (12). Campeão apenas em 1985/1986 e 1993/1994, o clube venceu o Lyon por 1 a 0, fora de casa, e garantiu a sua terceira taça do Campeonato Francês, com duas jornadas de antecipação.

Texto: Redacção/ Agências

No total, os investidores do Catar gastaram quase 140 milhões de Euros para ter nomes como Ibrahimovic, Thiago Silva, Lucas, Lavezzi, Verratti e Van der Wiel no elenco nesta temporada. David Beckham, um fenómeno de vender camisas, ainda chegou de graça. Astro maior da companhia, Ibra balançou a rede 27 vezes na competição e é o artilheiro. Mas o golo do título foi francês: Jérémy Ménez, que está desde 2011 no clube, marcou após passe de Thiago Motta e garantiu o 1 a 0 no estádio Gerland.

O resultado deixou a equipa de Ancelotti com 77 pontos. O rival mais próximo é o Olympique de Marselha, que soma 70 e não tem como alcançar mais o PSG nas duas jornadas finais. O Lyon segue com 63, em terceiro, ainda sem garantir a vaga na Liga dos Campeões (o Nice, em quarto, tem 60).

O técnico italiano montou o PSG sem o capitão Thiago Silva, suspenso, e Lucas, machucado. A partida começou movimentada, com dois lances claros de golo logo nos três primeiros minutos. Aos dois, o Lyon quase marcou com Gomis, de cabe-

ça, mas o guarda-redes Douchez salvou o PSG. Logo em seguida, foi a vez de Ibra ter grande oportunidade, que parou em um zagueiro bem perto da linha.

A etapa inicial terminou com equilíbrio das duas equipas. Assim como o primeiro, o segundo tempo começou quente. Gourcuff arriscou um chute forte aos cinco e quase fez um golo, mas a bola passou rente à baliza de Douchez.

A rede balançou aos oito, com participação decisiva de Thiago Motta. O brasileiro roubou a bola no meio-campo e tocou para Ibra. O sueco arrancou pela direita e devolveu para Thiago, que achou Ménez pela esquerda, acertou o lançamento e o francês bateu cruzado, sem defesa para o guarda-redes Lopes.

Para fechar com chave de ouro, Ancelotti tirou Ménez nos minutos finais e colocou Beckham, o símbolo da era de marketing do novo poderoso francês. O inglês cobrou um pontapé de canto para Ibra, pararam juntos na lateral do campo e esperaram as fotos: o PSG é, depois de 19 anos, campeão francês.

La Liga: Barça vira sobre o Atlético após título, mas volta a perder Messi por lesão

Campeão sem entrar em campo no sábado graças ao empate entre Espanyol e Real Madrid, o Barcelona venceu o Atlético de Madrid por 2 a 1 no domingo (12), de virada, no Vicente Calderón, pela 35ª jornada do Campeonato Espanhol. A festa com direito ao tradicional "pasillo" (um corredor de aplausos formados pelos jogadores rivais) só não foi completa por causa de Lionel Messi: além de encerrar a série de 21 partidas seguidas com golos na competição, o camisa 10 deixou o campo novamente sofrendo com a lesão muscular na coxa direita.

Texto: Redacção/ Agências

Messi deixou o relvado aos 25 minutos do segundo tempo, quando Tito Vilanova já havia feito três substituições. Assim, o Barça ficou com um jogador a menos em campo. E acabou virando a partida mesmo assim. O Atlético marcou primeiro por Falcao García aos cinco. Dois minutos depois da saída do camisa 10, Alexis empatou para os visitantes. O golo da vitória aconteceu aos 34, quando David Villa chutou mal, a bola desviou em Gabi e enganou o guarda-redes Courtois.

A vitória deixou o Barça com 91 pontos, dez a mais que o Real Madrid. O Atlético segue em terceiro, com 72; O time treinado por Vilanova tem mais três partidas pela frente até o término do Espanhol, com o objetivo de passar dos 100 na tabela: Valladolid (Camp Nou), Espanyol (Cornellá-El Prat) e Málaga (Camp Nou).

Já a equipe de Diego Simeone tem um compromisso importante esta sexta (17): a final da Copa do Rei contra o Real, no Santiago Bernabéu. Esta será a última chance de títulos para os clubes da capital na temporada.

Com o título garantido por antecipação, Vilanova escalou o Barça com alguns reservas: Pinto, Daniel Alves, Piqué, Adriano e Alba; Song,

Fàbregas, Iniesta; Alexis, Messi e Tello.

Tradicionalmente, um clube campeão espanhol por antecipação é recebido no primeiro jogo após o título com o "pasillo" se jogar fora de casa: os anfitriões fazem um corredor e parabenizam os visitantes. E isso aconteceu no Vicente Calderón. Depois de uma etapa inicial sem muitas emoções, a partida melhorou após o intervalo. Logo aos cinco minutos, a falha do Barça falhou, Falcao recebeu sozinho na área e bateu de primeira, com o biquinho do pé direito, no canto esquerdo de Pinto para fazer 1 a 0.

Vilanova, que já havia perdido Daniel Alves machucado no primeiro tempo (Bartra entrou), fez mais duas mudanças: Song e Adriano deram lugar a Busquets e Villa. Aos 25, sem muito alarde, Messi deixou o gramado e foi para o vestiário do Barça, deixando a equipa com dez jogadores.

Mesmo sem o seu principal atleta, o time catalão conseguiu a virada. Aos 27, Alexis fez boa tabela com Fàbregas e chutou no canto direito para empatar. Aos 34, Tello cruzou duas vezes, Villa aproveitou a segunda tentativa e chutou mal, mas a bola desviou em Gabi e entrou (autogolo).

Publicidade

SEJA RESPONSÁVEL, BEBA COM MODERAÇÃO.

Quando a dança se torna uma força...

Em 2006, altura em que tinha 14 anos, a viver longe da sua mãe, Lidénio Daúdo tornou-se órfão de pai. A partir daí, a incerteza do seu destino era (quase) um facto. Entretanto, a par do apoio do seu tio, o artista encontrou nas danças tradicionais uma força contra as adversidades da vida. É com base nelas que, no seu dia-a-dia, luta contra os obstáculos da vida...

Texto & Foto: Redacção/Sebastião Paulino

Na sequência da morte do seu pai, em 2006, as peripécias que se seguiram – com destaque para o desamparo, já que a sua mãe vivia em Maputo – podiam ter sido uma fatalidade na sua vida. No entanto, o destino, para quem nele acredita, não quis que assim fosse. Lidénio Daúdo, um dos bailarinos mais apreciados na cidade de Nampula, foi acolhido por um dos seus tios e, imediatamente, começou a praticar a dança a fim de sustentar os seus estudos.

Inicialmente, explorava as coreografias modernas mas depois o bailarino entendeu que – por uma questão de personalidade e identidade cultural – devia praticar danças tradicionais. No Museu Nacional de Etnologia, em Nampula, associou-se aos Radical Dance, dando, assim, início a uma carreira que já possui sete anos.

Refira-se que, quando surgiu, a colectividade era composta por 26 pessoas que realizavam concertos em diversos locais da urbe, com enfoque para as ocasiões festivas como, por exemplo, a celebração do dia da cidade.

Em cada actuação, os jovens ganham algum dinheiro que repartem por igual. É com base nele que Lidénio investe na aquisição de material escolar, incluindo o vestuário. “Quando o meu pai, a única pessoa que financiava as despesas escolares, faleceu entendi que não devia desistir de estudar por causa das dificuldades que apareceram. Por isso, comecei a praticar a dança para ganhar algum dinheiro a fim de dar continuidade à minha instrução”, recorda.

Desde o princípio, os Radical Dance têm sido uma colectividade artística bem-sucedida, estando associado ao referido sucesso o constante crescimento do grupo. Aliás, o impacto objectivo da sua evolução foi a necessidade de a formação subdividir os bailarinos entre os subgrupos de dança moderna e tradicional. Lidénio decidiu associar-se ao segundo: “Sinto-me bem nele”, comenta.

Na verdade, como na sua génese os Radical Dance praticavam a dança moderna, a segmentação da colectividade significou a origem de um novo grupo, bem como a ampliação da sua esfera de acção. O movimento artístico cresceu até que, por várias vezes, acabou por tornar-se tradição a realização de actuações em vários distritos da província de Nampula.

Em 2010, a 20 de Março, o agrupamento – que desde o princípio preserva os seus 26 elementos – decidiu criar a Associação Cultural Ekhanu Sa Miravo com sede nas instalações do Museu Nacional de Etnologia.

Com o surgimento dessa agremiação, o grupo ficou mais coeso e unido, passando a realizar actividades teatrais – nas quais Lidénio é actor – para disseminar mensagens sobre o combate ao HIV/SIDA em defesa da vida.

Com a evolução dos Radical Dance, os sonhos de Lidénio tornam-se fecundos. “Gostaria de ser um grande actor de teatro”, refere ao mesmo tempo que se congratula pelo facto de – nalgumas peças teatrais da sua agremiação – ser protagonista. “Estou seguro de que um dia concretizarei o meu sonho”.

O batuque, a timbila, a marimba e o chocalho têm sido os instrumentos mais utilizados pelo grupo nas suas actuações. Aliás, de acordo com Lidénio, é nas sonorida-



des produzidas por essas ferramentas que a (sua) satisfação de um artista em concerto se concretiza: “Quando estou no palco sinto-me como se estivesse no paraíso. Esqueço todos os problemas que se encontram na minha mente, perco a vergonha e envolvo-me nessa manifestação artístico-cultural”.

O envolvimento de Lidénio na dança é profundo de tal sorte que o artista revela que, por e para ela, é capaz de abrir mão de um emprego bom se a condição for abdicar da arte. O que moveria um homem a manifestar tal comportamento? Ao que tudo indica há razões sublimes.

“Apostei nas danças tradicionais porque notei que na sociedade actual, a maior parte dos jovens moçambicanos está a deixar esse movimento cultural morrer. Por isso, pretendo resgatar parte importante da nossa cultura através da dança”, diz ao mesmo tempo que especula que “os jovens sentem de praticar essa expressão artística porque pensam que se trata de algo ultrapassado”.

É por essa razão que Lidénio afirma que, a par de todas as virtudes que as danças tradicionais nacionais possuem, ele quer demonstrar através delas a possibilidade de explorá-las para lutar contra as dificuldades da vida.

Entretanto, diga-se, na região norte do país o grupo de Lidénio pratica a dança tradicional Insiriputhi e as relacionadas com a música Vumba. Do sul de Moçambique, a Marrabenta não é excluída pela Associação Cultural Ekhanu Sa Miravo. O grupo está a ensaiar a Rumba, outra dança praticada na Zambézia e em Nampula.

Os planos da colectividade – sobretudo, a inclusão no seu reportório de novas modalidades de dança, com enfoque para o Mapiko (do planalto da Moeda) – são obstruídos por falta de instrumentos musicais. É essa a realidade que influencia de forma negativa as suas actividades. Além de que, desde a sua fundação, a colectividade nunca beneficiou de apoio financeiro de nenhuma entidade.

Com livros de cartão, eles promovem a literatura

Há um ano, um grupo de jovens universitários – inspirados por Luís Madureira, o fundador das editoras cartoneras, em Maputo, através da Kutsemba Cartão – criaram a Livaningo Cartão D’Arte. Presentemente, com 13 obras editadas e publicadas, três das quais de escritores estrangeiros, além de celebrar os feitos, o grupo pretende abraçar novos desafios: ampliar a sua esfera de acção em Maputo.

Texto: Redacção

Por ocasião da celebração do primeiro aniversário da Livaningo, a sua equipa realiza no próximo dia 24 de Maio um evento cultural (a ter lugar no bairro de Laulane) em que irá associar actores de diversas áreas artísticas, muitos dos quais oriundos das zonas suburbanas.

No evento, cujo início está marcado para as 18 horas, será lançado (pela segunda vez) o livro de contos “Xiphefu” de Elcídio Bila. O mesmo será apresentado por José dos Remédios, editor da Livaningo e estudante do curso de Literatura na Universidade Eduardo Mondlane.

“Mutxukumetiwa”, de Rei do Gado, e “Estatuto e Focalização: Modalidades Técnico-narrativas propensas à expressão de ideologias em Godido, João Dias e Portagem, Orlando Mendes”, de Aurélio Cuna, foram os primeiros livros publicados pela editora, no dia 27 de Julho de 2012.

A partir daí, o ciclo dos lançamentos e feiras de livro tornou-se fecundo. Por isso, em Agosto publicou-se a obra poética “É Tudo Que Tenho”, de Herdino Polínésio, que foi seguida por muitas outras.

Devido à sua natureza artesanal, esta editora tem como objectivo criar espaço para que novos autores – muitos dos quais sem oportunidades para o efeito nas editoras convencionais – publiquem as suas criações. Através da produção e venda de livros a baixo custo também assegura que mais pessoas tenham acesso aos mesmos, promovendo-se, assim, a literatura moçambicana, em primeira instância, e de outros países com os quais a Livaningo tem relações institucionais.

A ignorância pode aumentar em Nampula...

Em Nampula, o representante da Associação dos Escritores Moçambicanos (AEMO), o escriba Mário Semedo, considera que os jovens locais não manifestam interesse em relação à compra e consumo de obras literárias. Em resultado disso, os níveis de ignorância tendem a aumentar.

Texto & Foto: Redacção/Sebastião Paulino

Aos 51 anos de idade, o escritor moçambicano Mário Semedo é o representante da AEMO em Nampula há quatro anos. A par da actividade literária, este homem dedica-se ao recital de poesia, ao desenho e à pintura.

Começou a interessar-se pela literatura influenciado pela música brasileira. Fazia a transcrição da música. Com uma relação com as letras que se inicia desde os tempos da escola, aos 14 anos de idade, Semedo recorda-se afirmando que “ganhei uma maior habilidade através dos versos que escrevia nas cadernetas a fim de ser elogiado. Eu queria continuar naquela arte. A partir daí comecei a escrever poemas e a declamar em eventos festivos da escola e da praça”.

No princípio, além de se interessar pela escrita poética, Mário Semedo aprendeu a tocar guitarra – o que lhe deu maior motivação para recitar os seus próprios textos. Participava em cerimónias culturais que arrastavam multidões. Nos eventos realizados em Nampula, mormente na cidade, o escritor era convidado, recorrentes vezes, para realizar as suas actuações, impressionando os dirigentes políticos.

Actualmente, Semedo tem poemas escritos em português, inglês, alemão, francês, macua entre outras línguas. Os seus versos são satíricos; no entanto, possui uma lírica de intervenção social.

O artista gostaria que se publicasse, primeiro, o romance com o título “Um passo incerto”, na medida em que, para si, este género é mais procurado no mercado do que a poesia.

O segundo livro chama-se “Onze irmãos do primeiro de Janeiro”. Tal texto retrata a história de igual número de irmãos, todos nascidos no referido mês. A terceira obra intitula-se “O Cabrito come onde está amarrado”. É com base nele que o escritor explica a governação do Presidente Joaquim Chissano na sua época.

Num outro desenvolvimento, a par do movimento literário local, Mário Semedo lamenta a escassez (ou quase inexistência) de empresários interessados em apoiar o desenvolvimento da literatura. Está relacionado com esta realidade o facto de até agora o escritor não ter publicado nenhum dos seus sete livros.

“Quando pedi apoio financeiro para a publicação das minhas obras, todos os agentes económicos locais – desconfiados da possível falta de retorno sobre o investimento feito – recusaram-se a patrocinar o seu lançamento”.



É por todas estas razões que o escritor, sem livro publicado, considera que na província de Nampula a literatura está a murchar porque – nos últimos tempos – tem sido muito difícil encontrar um jovem na biblioteca a ler um livro ou uma revista. A sociedade está a esquecer-se do papel da leitura.

De acordo com Semedo, os jovens que vão às bibliotecas nunca escolhem publicações como revistas, romances, contos e ou obras poéticas. Eles limitam-se unicamente à literatura científica em cumprimento das orientações vindas da escola.

“Os jovens actuais não gostam de ler obras literárias porque a maior parte deles passa o tempo nas diferentes redes sociais. Eles não se preocupam em investigar ou conhecer os conteúdos que constam num determinado livro. Esta situação associa-se ao desenvolvimento da informática”.

Promover o gosto pela leitura

Desde o ano passado, a Associação dos Escritores Moçambicanos – ao nível da província de Nampula – desenvolve uma campanha de sensibilização e mobilização para incentivar a leitura, que se realiza nas escolas secundárias.

Semedo, que está na direcção da iniciativa, afirma que o projecto está a trazer resulta-

dos bons, prevendo-se que ainda este ano o mesmo passe a abranger outras escolas sedeadas naquela cidade. “No ano passado, os pais e encarregados de educação das crianças com quem trabalhamos pediram para que continuemos com este programa, alargando-o a outros estabelecimentos de ensino porque está a estimular o hábito da leitura nas crianças e jovens abrangidos”.

No aspecto da divulgação, a iniciativa também é promovida pelas rádios comunitárias, contando ainda com o apoio da Direcção Provincial de Educação e Cultura.

Há um défice de membros

Há cerca de quatro anos, Mário Semedo dirige a Associação dos Escritores Moçambicanos em Nampula. Falando sobre a sua experiência, o escritor afirma que o trabalho é árduo porque implica investir o tempo a cuidar dos interesses dos agremiados em detrimento dos pessoais. Mas o principal embaraço – nos programas que o dirigente pretende implementar – é o facto de a juventude local não apreciar a literatura.

“Não é fácil dirigir esta associação porque a maior parte das pessoas não gosta da literatura. De qualquer modo, para não ficarmos paralisados, estamos a interligar a literatura a outras formas de arte como, por exemplo, o desenho, o ensinamento da língua e a capoeira”.

De acordo com Semedo, há um défice de membros na Associação dos Escritores Moçambicanos, ao nível de Nampula. O mesmo regista-se devido à falta de incentivo aos associados e, sobretudo, à inexistência do espírito de associativismo na camada juvenil. É que “os jovens actuais querem ocupar lugares onde ganham algum valor para poderem sustentar as suas famílias. Como a nossa agremiação não dispõe de dinheiro, os jovens que aparecem afastam-se depois”.

Segundo Semedo, em Nampula há mais declamadores de poesia do que escritores. Por essa razão, “nós, como AEMO, tentamos sensibilizá-los para ingressarem na nossa agremiação a fim de que possam melhorar nalguns aspectos ligados à literatura, apostando na escrita de obras originais. O problema é que eles rejeitam os convites”.

A CONTECEU

A verdade em cada palavra.

Seja um Cidadão e Reporte a Verdade

SMS: 90440

WhatsApp: 84 399 8634



O Jornal mais lido em Moçambique.

Plateia

Constantino Warrila: O decano do canto tradicional

Constantino Warrila dedica-se à música tradicional desde a infância. Por isso, aos 62 anos, a sua produção musical confunde-se com a vivência dos seus apreciadores, havendo, em resultado disso, em Nampula, pessoas que assumem que é sobre elas que o artista canta.

Texto & Foto: Redacção/Júlio Paulino

Constantino Warrila canta a música tradicional em Nampula, para retratar o dia-a-dia das comunidades locais, com enfoque para o povo macua. As suas actuações – que se confundem com um ritual tradicional – arrastam multidões, tornando o artista um dos mais populares. É autor e intérprete das composições 25/9, Muana Conthelia o Hienve (As crianças não devem casar precocemente) e Omualana Ossivilewaka.

Warrila tem 62 anos, nove filhos, é professor de profissão e dedica-se ao canto tradicional desde a infância, em Ribáuê, onde nasceu.

Em Nampula, por causa da experiência que possui, Warrila confunde-se com uma biblioteca ambulante, sobretudo para a geração mais jovem. A par da produção musical, o cantor é investigador de raízes no campo da medicina tradicional. Trata-se de uma actividade que acompanha a sua vida. Para si, a música é um meio de disseminar informação e instrução.

Domina a língua portuguesa, mas – quando o assunto é a produção e exposição dos seus produtos musicais – prefere cantar em Emákuã. “Além de me satisfazer, esta língua amplia a minha liberdade para o trabalho que faço”, comenta.

Num outro desenvolvimento, Warrila esclareceu que “aprendi a tocar instrumentos de música tradicional com os meus pais. Eles cantavam em Emákuã. O meu pai, que era um médico tradicional, tocava instrumentos de música tradicional e cantava. A minha mãe cantava nos rituais femininos enquanto o meu avô materno tocava um ritmo chamado Thakacare”.

O cantor possui um violão de quatro cordas – um Kanakare, como o baptizou. As suas composições são criadas em função das circunstâncias e do contexto vividos por si, guiando-se, assim, pela necessidade de fazer uma intervenção social. Ele canta e toca. “Graças a Deus nunca fiz nenhum tipo de plágio às obras dos outros artistas. As pessoas que acompanham e apreciam as minhas músicas dizem que sou poeta”, refere.

Warrila chama Sebá Sebá ao tipo de dança originada pela sua música, que pode ser praticada de forma solitária ou mesmo aos pares, como acontece nalgumas coreografias modernas.



Cantar para o público

Warrila fez um longo percurso no tempo para tornar as suas obras conhecidas. No entanto, a sua primeira e grande oportunidade apareceu-lhe há cerca de 30 anos. Ele recorda-se da data – 20 de Setembro de 1984, altura em que a Rádio Moçambique, em Nampula, lhe criou condições para gravar as primeiras composições, algumas das quais foram emitidas naquela estação radiofónica.

Actualmente, este artista possui 47 músicas espalhadas por várias rádios que, às vezes, são tocadas. No entanto, ainda que tal número seja expressivo, a maioria das suas obras ainda não foi divulgada.

“Tenho 120 músicas por lançar. O meu primeiro e único CD, composto por 12 temas, foi gravado em 2010 na cidade de Maputo e produzido por uma editora sul-africana, com o apoio da Universidade Lúrio. Pensei que a sua publicação seria uma grande oportunidade para a popularização das minhas músicas, mas houve problemas técnicos. Grande parte dos discos chegou com defeitos e teve de ser restituído à África do Sul”, afirma Warrila que espera pelo envio do produto à capital moçambicana em bom estado.

Um sonho antigo

Entretanto, apesar das dificuldades económicas em que se encontra, o cantor não abre mão de um sonho antigo – ele pretende fundar uma escolinha de música a fim de transmitir o seu legado intelectual às camadas mais jovens. Para o efeito, está a procurar apoios.

Pensa que a Casa Provincial de Cultura em Nampula podia ser um espaço ideal para a materialização do seu projecto. Mas outros sítios podem ser seleccionados.

Desvalorização da música

Warrila reconhece que nos últimos anos tem havido uma evolução grande na música moçambicana, incluindo em Nampula. No entanto, quando o assunto é a promoção da música tradicional tal fenómeno não se verifica. Mesmo que se realizem concertos de acesso gratuito, as pessoas não aderem. É essa realidade que desvaloriza o trabalho criativo dos artistas. “O músico precisa de ser acompanhado e acarinhado, no entanto, infelizmente, isso não tem acontecido na actualidade. É preciso valorizar aquilo que é nosso”.

Por exemplo, “no ano passado, a convite dum grupo americano, participei em dois espectáculos na cidade de Maputo, num dos quais era o único músico moçambicano. Na sala que acolheu o evento havia muitos estrangeiros que aplaudiram a minha actuação, contrariamente ao que sucede quando os espectadores são moçambicanos”, afirma Warrila.

Foi histórico

O artista afirma que das centenas de todas as suas actuações, as que o marcaram aconteceram na cidade de Maputo – na inauguração do Centro Cultural Franco-Moçambicano, bem como na tomada de posse do Presidente da República, Armando Emílio Guebuza.

“Assim que soube que iria actuar na cerimónia da tomada de posse de Guebuza, preparei uma música porque pensava que ia cantar. No entanto, quando cheguei à cerimónia fui surpreendido pela informação de que devia recitar um poema traduzido para a língua Emákuã. Havia três artistas que representavam as três regiões do país”.

Em decorrência do facto de presentemente o artista não ter os discos que aguarda da África do Sul, ele considera que “não tenho nenhuma obra à venda, ainda que o meu objectivo também seja ganhar dinheiro, não tenho hipótese de concretizá-lo. De qualquer modo, fico feliz pela possibilidade que a música tradicional me oferece”.

ALERTAR

A verdade em cada palavra.

Seja um Cidadão e Reporte a Verdade

SMS: 90440

WhatsApp: 84 399 8634

@Verdade
O Jornal mais lido em Moçambique.

ENTRETENIMENTO

PARECE MENTIRA...

O grande violinista Kreisler conta na sua biografia um engraçado episódio passado com ele próprio, em que prova que, se porventura algum ladrão quisesse roubar-lhe um dos seus violinos, seria logo apanhado. Foi o seguinte: Estando ele, certo dia, em Antuérpia, na Bélgica, e tendo que esperar uma hora pelo barco para Harwich, empregou esse intervalo, como era seu costume, a percorrer os antiquários. Descobriu numa loja de bugigangas um violino, experimentou-o por simples passatempo. Era um instrumento miserável. Perguntou ao dono da loja, judeu velho e astuto, qual era o preço e quanto, por sua vez, lhe dava por um violino que possuía também. Dizendo isso, apresentou-lhe o seu violino de concerto, que levava consigo. O velho mirou o instrumento e disse:

– Bem se vê que o senhor é entendido. Não sou tão rico que possa pagar o preço que esse violino vale. E na minha loja não tenho um único instrumento digno de lhe ser mostrado. Em todo o caso, se quiser esperar uns minutos, o tempo necessário para eu ir a casa, trago-lhe um Amati (nome que se deve a uma família italiana de fabricantes de violinos, famosa na sua época devido à elevada qualidade das suas obras) que, decerto, o interessará. Kreisler concordou. O homem saiu e daí a bocado voltava, mas, em vez do Amati trazia consigo um polícia, a quem disse, apontando para o ilustre violinista:

– Este homem é um ladrão. Quer vender-me um violino que pertence a Kreisler! O artista teve a maior dificuldade em convencer o judeu de que era o próprio Kreisler e só o conseguiu por completo, depois de ter tocado ali mesmo um trecho do seu repertório, que o desconfiado negociante comparou com um disco de gramofone gravado pelo célebre violinista com o mesmo trecho e que o velho judeu esteve a seguir para estabelecer a comparação.

PENSAMENTOS...

- A sabedoria morre-se com ela.
- Burla com dano não acaba o ano.
- Pedra e cal encobrem muito mal.
- Antes que fales vê o que dizes.
- Bate-se no ferro enquanto está quente.
- Ao menino e ao borracho põe Jesus a mão por baixo.
- O ausente não ouve nem sente.
- Um enxada emprestada não cava.
- Cada vaso transpira ao que dentro arrecada.
- Quem não quer ser, não pareça.

SAIBA QUE...

O Taoísmo é um sistema filosófico chinês, fundado pelo filósofo Lao Tzu, no século VI a. C. O "tao" (ou "caminho") indica o princípio oculto do universo, sendo colocada menos ênfase nos bons actos do que na interacção harmoniosa com o meio ambiente, o que automaticamente assegura uma boa conduta.

O Taoísmo considera que o equilíbrio do universo é mantido pelas forças opostas de yin e yang, as quais agem numa tensão dinâmica entre si e dão forma a toda a vida, mediante a sua interacção.

Thatcherismo é a denominação dada às políticas seguidas por Margaret Tacher, que compreendem a crença na eficácia das forças do mercado, a necessidade de um governo central forte e a convicção de que a auto-ajuda é preferível à dependência do Estado, combinada com um forte elemento de nacionalismo. Esta ideologia está associada a Margaret Thacher, mas tem origem numa visão individualista encontrada em partidos britânicos, nomeadamente no Partido Liberal do século XIX e no Partido Conservador do século XX, não se achando já confinada ao Reino Unido.

Na década de 90, encontram-se elementos thatcheristas nos Estados Unidos da América, em França, na Itália e na Nova Zelândia.

Satyagraha é a resistência ao domínio britânico na Índia e que se assemelhou à praticada por Mahatma Gandhi, em 1918, para exigir reformas políticas.

Esta ideologia teve como mentor o escritor russo Leo Tolstoi.

RIR É SAÚDE

Um homem espantosamente feio e de maus antecedentes queixava-se de ter continuamente maus sonhos e de não ver, enquanto dormia, senão visões monstruosas.

– A que se deve isto? – perguntava ele a um amigo.

– É que, quando fechas os olhos, comesas a ver-te por dentro.

Depois da sua última constipação, Churchill, ao entrar nos Comuns foi aclamado pelos "Tories" conservadores. Os Trabalhadores vingaram-se, aplaudindo Morrison, quando este se levantou para discursar.

– Também esteve doente? – perguntou-lhe Churchill, sorrindo ao colega nas aclamações.

Um indivíduo muito viajado regressava a casa já muito tarde e numa noite de um terrível temporal, com relâmpagos, trovões, granizo, enfim, um cenário para criar mal-estar a qualquer um.

Quando entra no seu quarto, encontra os seus filhinhos a dormirem com a sua mãe.

Resignado, foi dormir no quarto dos miúdos.

No dia seguinte ele dirige-se aos filhos:

– Eu percebo que tenham medo da trovoadas e que queiram dormir com a mamã, mas quando eu estiver para chegar, por favor, durmam no vosso quarto. O papá não consegue dormir nas vossas camas!

Semanas depois, quando chegava de outra viagem, estava a esposa e as crianças à sua espera num aeroporto cheio devido ao atraso de vários aviões.

Mal apareceu no vestíbulo, o seu filho mais novo começou a correr e a gritar:

– Olá, papá! Tenho ótimas notícias!

Ele acenou para o miúdo, sorriu e gritou de volta:

– Que boas notícias?

Ele gritou com mais entusiasmo ainda:

– Ninguém dormiu com a mamã desta vez enquanto estiveste fora!!

Como era de esperar, fez-se um silêncio sepulcral no local e com toda a gente a olhar para si de soslaio...

HORÓSCOPO - Previsão de 17.05 a 23.05



carneiro

21 de Março a 20 de Abril

Finanças: Não se deverão verificar grandes alterações a nível financeiro. Aconselhável que evite gastos desnecessários. Poderá ser confrontado para o fim da semana com uma situação que exigirá de si uma atitude firme.

Sentimental: Este aspeto durante toda a semana poderá ser uma tábua de salvação para outras questões menos agradáveis. Aproveite da melhor maneira todos os momentos que lhe possibilitem gozar a companhia do seu par. Para os que não têm par o melhor que tem a fazer durante este período é não iniciar nenhuma relação.



caranguejo

21 de Junho a 21 de Julho

Finanças: Evite despesas desnecessárias, caso contrário poderá sentir algumas dificuldades. Para o fim da semana é de esperar uma ligeira melhoria que pode estar relacionada com uma entrada de dinheiro um tanto inesperada.

Sentimental: A sua relação sentimental merece uma atenção muito especial. Seja mais carinhoso com o seu par. Não menospreze as opiniões do seu par e com um diálogo franco e aberto poderá inverter a tendência deste aspeto.



balança

23 de Setembro a 22 de Outubro

Finanças: Alguma estabilidade na área financeira pode dar-lhe o equilíbrio que permita concluir algumas tarefas pendentes. Não gaste mais do que pode. Para o fim da semana poderá verificar-se uma pequena entrada de dinheiro.

Sentimental: Este aspeto requer alguma atenção e muita sensibilidade. Não crie problemas onde eles não existem e mantenha a sua confiança no seu par. Cenas de desconfiança e ciúme poderão estragar a sua semana.



capricórnio

22 de Dezembro a 20 de Janeiro

Finanças: As questões que envolvam dinheiro estarão muito relacionadas com as suas próprias opções. Não gaste demasiado. Tenha a noção exata das suas possibilidades.

Sentimental: Este aspeto poderá ser o seu ponto de equilíbrio. A sua relação será marcada pela compreensão pela parte do seu par e essa ajuda minimizará os outros aspetos menos favorecidos. Os que não têm par poderão conhecer alguém com muito interesse.



touro

21 de Abril a 20 de Maio

Finanças: Deverá verificar-se durante esta fase uma tendência para que as suas finanças comecem a melhorar. Caso essa situação se concretize aproveite-a bem. Uma mente positiva obtém melhores resultados.

Sentimental: Na sua relação sentimental tente evitar a rotina. Seja imaginativo e convide o seu par para sair, jantar fora, passear um pouco e acima de tudo conversar sobre os problemas que os poderá ter feito cair nesse ambiente rotineiro. Um novo conhecimento poderá fazer o seu coração bater mais forte. Seja prudente e não se precipite.



leão

22 de Julho a 22 de Agosto

Finanças: Poderá sentir algumas dificuldades de carácter financeiro. Não se deixe abalar negativamente por essa situação e tenha fé e esperança em melhores dias. Alguma tentação para o lucro fácil deverá ser evitada a todo o custo.

Sentimental: A sua relação sentimental deverá ser encarada como uma das formas de recuperar a força animica que tanta falta lhe faz. Aproxime-se do seu par, abra o seu coração, exponha as suas carências e frustrações. Vai valer a pena.



escorpião

23 de Outubro a 21 de Novembro

Finanças: O aspeto financeiro poderá durante esta semana dar-lhe uma trégua. Assim, é a semana ideal para que descanse e se descontraia um pouco.

Sentimental: Seja paciente e raciocine pela positiva. Se for agradável com o seu par a ajuda não se fará esperar e tudo terá um aspeto mais simples e fácil de suportar. Os que não têm par assim deverão continuar uma vez que este aspeto não se encontra favorecido.



aquário

21 de Janeiro a 19 de Fevereiro

Finanças: Poderá entrar numa fase francamente favorável em matéria de dinheiro. Aproveite este período para investimentos moderados. No entanto, não gaste o que não pode.

Sentimental: Não torne a sua relação como culpada de tudo o que lhe acontece. Tenha uma visão positiva da sua companhia e que o seu par poderá ser a pessoa mais indicada para o ajudar a ultrapassar estes momentos.



gémeos

21 de Maio a 20 de Junho

Finanças: Opiniões que nada têm a ver com as suas realidades podem criar-lhe uma situação com alguma dificuldade. Deve deixar-se conduzir pelo seu instinto. No entanto, na área financeira, não faça nada que se possa arrepender.

Sentimental: O seu relacionamento sentimental poderá ser um motivo de equilíbrio e estabilidade durante toda a semana. Divida com o seu par os seus projetos e problemas. Seja imaginativo e verá que nem tudo é mau. Basta um pouco de ternura e compreensão para ter todo o apoio e simpatia do seu par.



virgem

23 de Agosto a 22 de Setembro

Finanças: Deverá acontecer, porque os astros o favorecem, que durante este período se inicie uma fase que o conduzirá a uma maior tranquilidade financeira. Semana com saldo bastante positivo.

Sentimental: A sua relação sentimental não poderia encontrar melhores perspectivas do que aquelas que esta semana apresentam. Saiba tirar partido deste aspeto, converse com o seu par, preste-lhe atenção, seja carinhoso e verá que valeu pena.



sagitário

22 de Novembro a 21 de Dezembro

Finanças: As finanças parecem querer estabilizar. O seu maior adversário nesta questão poderá ser o próprio nativo deste signo por excesso de despesismo em supérfluos.

Sentimental: Um despertar para os encantos do seu par poderá tornar esta semana muito gratificante. Grande entendimento e uma forte atração contribuirão para que este período se torne num manancial de prazer e amor.



peixes

20 de Fevereiro a 20 de Março

Finanças: Os astros indicam que este poderá ser um período de viragem com algumas entradas inesperadas de dinheiro. Aproveite este aspeto para tirar dele o maior partido.

Sentimental: É neste aspeto que encontrará a paz e a harmonia tão necessária. O entendimento com o seu par é quase perfeito; com um pouco de imaginação poderá tornar este aspeto francamente agradável e relaxante.

Cartoon



VIOLÊNCIA

A verdade em cada palavra.

“ Paz sem voz não é paz, é medo. ”
– O Rappa

Seja um Cidadão e Reporte a Verdade

SMS: 90440

WhatsApp: 84 399 8634

/JornalVerdade

Email: averdademz@gmail.com

@Verdade Online: www.verdade.co.mz



O Jornal mais lido em Moçambique.